



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 05/2022
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO

Presidente:	- <i>Francisco José Esteves</i>
1.ª Secretária:	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
2.ª Secretária	- <i>Graciete Cláudia Alves Ramos</i>
Hora de Abertura:	- 09.30 Horas
Ata da Sessão Solene do 25 de Abril 25 de abril de 2022	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Ata da 2.ª Sessão Ordinária 29 de abril de 2022	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i> e pelos Senhores Vereadores: - <i>Carlos Duarte Travanca</i> - <i>Vítor Manuel Correia</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i>
Local da Reunião:	- Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos, cumpre-me abrir os trabalhos desta 3.ª Assembleia Municipal Ordinária neste dia de S. João, agradecendo a todos a vossa presença, lançando o desafio para que os trabalhos da nossa Ordem do Dia sejam produtivos.

Cumprimento a Senhora Presidente da Câmara e respetivo Executivo, as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social e público em geral, vamos dar início à Sessão.

Cumpre-me dar três esclarecimentos à digníssima Assembleia Municipal.

O primeiro, dizer-vos que vivemos hoje uma circunstância excepcional decorrente da ausência do nosso 2.º Secretário, Professor *José António Ferreira* e já depois de ter merecido o aval dos vários líderes municipais, que abordei hoje de manhã, promover uma substituição para que esta Mesa ficasse dotada com o terceiro elemento. A Lei tem mecanismos que preveem a ausência do Presidente da Assembleia Municipal, tem também mecanismos que preveem a ausência do 1.º Secretário, mas não tem mecanismos que preveem a ausência do 2.º Secretário.

Nesse contexto, era muito importante, para a Mesa não ficar totalmente dependente da presença física dos dois únicos elementos da Mesa, designar um terceiro elemento e nesse contexto, nós lançámos o desafio ao Grupo Municipal do PS, força maioritária, que designou a Dr.ª *Graciete Ramos*, que é uma pessoa que tem o perfil adequado, do nosso ponto de vista, para o exercício do cargo. Esta circunstância já mereceu o acordo dos líderes municipais das várias forças políticas presentes nesta Assembleia, neste sentido, gostaria de chamar à Mesa a Dr.ª *Graciete Ramos*, por favor, agradecendo-lhe este gesto.

A segunda circunstância que queria informar esta Assembleia Municipal é da Ordem do Dia, a retirada do Ponto 4.8 da agenda de trabalhos divulgada previamente aos Senhores Deputados.

E finalmente, dizer-vos que no fim dos trabalhos desta Assembleia, após o seu encerramento, julgo que estão todos convidados para assistirem à apresentação da *Marca Mirandela*, que será feita por videoconferência, uma vez que o autor do trabalho está com Covid-19 positivo sintomático e fez o favor de nos trazer aqui a apresentação de um assunto que é do interesse do Município, sem sombra de dúvidas.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Bom dia a todos e desejo que os Trabalhos decorram da melhor forma possível.

Feita a chamada e após as informações fornecidas, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada **Camila Padrão Fraga** é substituída pelo Senhor Deputado **Emanuel Sérgio Batista**;

O Senhor Deputado **Mário José Medeiros Vilarinho** é substituído pelo Senhor Deputado **Luís António Santos Tomé**;

O Senhor Deputado **José António Costa Ferreira** é substituído pela Senhora Deputada **Maria Manuela Gonçalves Fernandes**;

O Senhor Deputado **Rui Filipe Pacheco Carrazedo** é substituído pelo Senhor Deputado **Paulo Jorge Morais Pontes**;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesias de Múrias **Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso** é substituída por **Patrícia Paula Ruivo dos Santos Romão**;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas **Joaquim António Morais Clemente** é substituído por **Hélder Armando Ruivo Castelo**;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro **Adérito de Jesus Teixeira** é substituído pelo Senhor Secretário **Luís Jorge Lourenço Reis**;

A Senhora Vereadora **Nélia Alexandra Pires Pinheiro** informou que não pode estar presente.

Registo de Faltas.

Camila Padrão Fraga, Mário José Medeiros Vilarinho, José António Costa Ferreira, Rui Filipe Pacheco Carrazedo, Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso, Joaquim António Morais Clemente, Adérito de Jesus Teixeira, Nélia Alexandra Pires Pinheiro.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 24 de junho de 2022.
- *Mário José Medeiros Vilarinho*: Sessão de 24 de junho de 2022.
- *José António Costa Ferreira*: Sessão de 24 de junho de 2022.
- *Rui Filipe Pacheco Carrazedo*: Sessão de 24 de junho de 2022.
- *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso*: Sessão de 24 de junho de 2022.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 24 de junho de 2022.
- *Adérito de Jesus Teixeira*: Sessão de 24 de junho de 2022.
- *Nélia Alexandra Pires Pinheiro*: Sessão de 24 de junho de 2022.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da Sessão Solene do 25 de Abril de 25 de abril de 2022 e da Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal **LUÍSA BELCHIOR** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Ata da Sessão Solene do 25 de Abril de 25 de abril de 2022, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

Não havendo inscrições, passo à votação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da Sessão Solene do 25 de Abril de 25 de abril de 2022.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal **LUÍSA BELCHIOR** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

Não havendo inscrições, passo à votação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo uma inscrição do público.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhor Presidente, quero fazer aqui um agradecimento grande à Senhora Presidente da Câmara, ao senhor Vereador *Vitor Correia*, ao Senhor Vereador *Duarte Travanca* e ao resto dos elementos da mesa que fizeram parte da Reunião de Câmara do dia 17 de junho de 2022., sem esquecer a Senhora Engenheira *Noémia Janela*, o meu muito obrigado.

Foi feita a colocação de uma placa de horário de funcionamento das 07:00 h às 23:00 h, estou a referir-me ao bairro Tua Sol e ao parque infantil, agora que respeitem as horas de funcionamento.

Agora vou explicar o porquê dos meus agradecimentos a estas pessoas, participei nesta Reunião quase sem querer, mas por razões óbvias tive de o fazer, sem estar inscrito para intervir, a Senhora Presidente de Câmara permitiu-me, obrigada. Está relacionado com o parque infantil no bairro Tua Sol e as pessoas que ali estavam quando apresentei a minha indignação ficaram sensibilizadas, obrigado. Passamos noites que pouco dormimos, a minha mulher já tem que tomar medicação para tal, é barulho às 23:00 h, à 00:00 h, à 01:00 h, isto não pode ser, trazemos a cabeça a mil, há horas para descansar, não estou contra o parque, estou contra as pessoas que não têm respeito para com os outros.

Já tivemos ali alguns prejuízos com bolas, invasão de propriedade, mal tratados, mas quanto às bolas está melhor a partir do momento que ali foi colocada uma placa a proibir, obrigado.

Em relação ao barulho, espero que venha a acontecer o mesmo, mas vou aqui dizer, quem escolheu aquele equipamento não tinha ideias de levar com o barulho que nós estamos a levar.

Em relação ao meu muro, quando na Reunião perguntei à Senhora Presidente de Câmara, quando pensaram em fazer o parque não veio falar comigo e com o meu vizinho para saber se queríamos um muro de encosto ou não, ficava-lhe bem. Também espero que o empreiteiro seja chamado à atenção para pintar o que sujou e não fazer como ele quer, só quer pintar onde está sujo, para isso fica como está, porque de mal agradecidos está o inferno cheio, esse senhor, se pensasse o que eu lhe fiz, que lhe dei a água para fazer as obras, não andava com estes rodeios, mas como se diz, nunca peças a quem pediu e nunca sirvas a quem serviu.

Senhor Presidente, se me permitir, vou falar aqui um pouco da Freguesia do Cobre porque hoje tenho pouco a falar de Mirandela, porque já adiantei aqui noutras Assembleias coisas que estão relacionadas com Mirandela, umas que a Senhora Presidente já mandou executar, outras nem por isso porque cabe à Senhora Presidente tomar decisão, mas também das aldeias do concelho, umas que conheço bem, outras nem por isso e dos seus Presidentes que as representam, sem tirar o mérito a nenhum e o valor que eles têm, ganhando umas cascas de alho e terem que aturar o povo, um obrigado.

Falar da minha Freguesia, deve ser e já o era a mais abandonada em todos os aspetos, muitos Presidentes que conheço têm proa nas suas Freguesias, obras, limpeza, no Cobre vai a caminho de oito meses que o Senhor Presidente está a governar, ou a desgovernar, só ainda mandou limpar as ruas duas vezes.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Agradecer a intervenção do nosso município *Manuel Brízido*, relativamente ao parque infantil houve já uma intervenção na Reunião de Câmara e este parque infantil, como sabem, resultou de uma área de cedência do loteamento Tua Sol e havia vontade dos moradores, houve até um abaixo-assinado para a construção de um parque infantil, porque de facto é uma zona que tem muitas crianças e esta área de cedência era precisamente para um equipamento público. Resultou efetivamente na construção de um parque infantil, que tem um horário de funcionamento e também tem a ver com a própria forma como as pessoas utilizam o parque infantil até às horas devidas, permitindo, por questões associadas ao ruído, a sua utilização até às 23:00 h. A placa com o horário já estava para ser colocada, julgamos que agora essa questão estará resolvida.

Relativamente à empreitada, já foi contactado o empreiteiro no sentido de acautelar a situação anterior à construção do parque, é normal que as obras tenham alguma interferência com a propriedade privada quando são confinantes e por isso o assunto será resolvido logo que haja oportunidade da parte do empreiteiro.

Antes da Ordem do Dia

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão *VANDA PRECISO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Muito se tem falado nas últimas semanas acerca do Parque Eólico da Serra de Santa Comba, repito Serra de Santa Comba e esclareço que 90% do Parque se situa na Zona dos Baldios de Lamas de Orelhão. Tal como é do conhecimento de todos, o processo relativo a tal Parque remonta aos anos de 2008-2010, data na qual foi efetuada a assinatura de contratos também em Lamas de Orelhão.

Importa desde já esclarecer que a gestão desta área não é realizada pelas Juntas de Freguesia, mas sim pelos Baldios, formalizada na Assembleia de Compartes e respetivo Conselho Diretivo.

Neste sentido, como Presidente da Junta, quero esclarecer os seguintes pontos:

- Os Baldios de Lamas de Orelhão têm sido contactados diretamente pela empresa Enervento/Perform 3, tendo sido informados de todo o processo. Efetuou a renegociação do contrato assinado em 2010, em 2021, no sentido de atualizar o número de anos em relação à duração do contrato inicial. Ou seja, os Baldios de Lamas de Orelhão assinaram em 2010 um contrato que foi em 2021 renegociado e atualizado.

- A Junta de Freguesia acompanhou todo o processo, reivindicando no que respeita às contrapartidas que entram nos cofres da Câmara Municipal, que uma grande parte desse valor deveria ser investido na Freguesia de Lamas de Orelhão. Durante quase dois anos acompanhamos e reforçamos a necessidade de estabelecer contrapartidas justas e adequadas à população que poderá ver condicionada a sua qualidade de vida pela presença das eólicas. No entanto, nunca foi estabelecido pela Câmara Municipal um valor, ou qualquer contrapartida. Até setembro de 2021 acompanhamos o processo, e estivemos presentes em várias reuniões na Câmara Municipal. Foi acordado que o tema seria trazido à Assembleia Municipal, mas tal nunca aconteceu. Foi estabelecido que seria criado um Plano de Comunicação, no sentido de informar as populações, chegando a ser elaborado um folheto que nos foi enviado, mas que não teve continuidade.

- Em abril de 2022, fomos informados pela empresa Enervento de que o processo de licenciamento por parte da Câmara Municipal estaria concluído. Não fomos contactados pela Câmara Municipal, nem informados da evolução do processo. Ou seja, o valor pago à Câmara Municipal pelo levantamento das licenças foi transferido, sem que o Município estabelecesse com a Freguesia de Lamas de Orelhão qualquer tipo de contrapartida. Atrevo-me a dizer que fomos mesmo marginalizados nesta fase do processo, e que, não fosse a empresa precisar da colaboração dos Baldios, ninguém contactaria nem a Junta, nem os Baldios de Lamas de Orelhão. Muito se fala sobre o impacto da implantação das eólicas, muito se fala de qual o papel das Juntas. Mas afinal quem protege as populações que serão vítimas do impacto negativo que tudo poder ter? Quem está preocupado afinal em favorecer e compensar justamente aqueles que ficarão condenados ao Parque Eólico? Alguém perguntou a estas populações se o queriam? Sabemos que não podemos parar a evolução do mundo, mas devemos proteger as comunidades e respeitá-las quando são obrigadas a contribuir, mesmo que existam riscos, para essa evolução. 90 % do Parque situa-se no Baldio de Lamas de Orelhão. De entre seis máquinas, cinco serão implantadas em Lamas de Orelhão, assim como os acessos do Parque, o estaleiro e todas as infraestruturas.

Senhora Presidente da Câmara, tem sido difícil estabelecer as contrapartidas que serão atribuídas à população de Lamas de Orelhão. Pertencemos ao concelho de Mirandela, mas não concordamos que grande parte do investimento seja efetuado fora do território onde as eólicas serão colocadas. Neste sentido, e em nome da população de Lamas de Orelhão, e por decisão da Assembleia de Compartes e Assembleia de Freguesia, trago a proposta de que, do valor de um milhão e meio de euros pago à Câmara Municipal de Mirandela, meio milhão, ou seja, 500 mil euros, pelo que temos conhecimento até já entraram na Câmara Municipal, sejam investidos na Freguesia de Lamas de Orelhão.”

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

O assunto que me traz aqui é muito rápido, é referente ao Conselho Municipal de Juventude, relembrar a Senhora Vereadora *Vera Preto* que estamos no segundo trimestre, estamos quase no final e ainda não foi marcado o Conselho Municipal da Juventude e que eu pensei que estaria para breve essa marcação visto que na última Assembleia Municipal voltou a ser reforçada a proposta da Assembleia Municipal Jovem, estamos a chegar ao final de um período letivo, vai iniciar-se outro logo a seguir e seria importante até no próximo ano letivo iniciarmos com uma Sessão ou a primeira Sessão da Assembleia Municipal Jovem e o que é certo é que ficou comprometido pela Senhora Vereadora e pelos Serviços Técnicos enviarem um esboço daquilo que era o Regulamento e até hoje ainda não aconteceu. Estamos desde fevereiro à espera, nós queremos contribuir, os elementos que estão no Conselho Municipal de Juventude querem contribuir, mas sem esse esboço nós não conseguimos fazer nada, por isso volto a reforçar que é necessário esse envio e uma marcação desse Conselho Municipal de Juventude.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ MESQUITA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Venho hoje aqui apresentar uma Proposta e porquê? Falou-se ainda agora aqui, o ano letivo está a terminar, vai começar agora um novo, é preciso começarmos a preparar efetivamente o próximo ano letivo.

“Proposta

Como é sabido, o concelho de Mirandela é composto por trinta (30) Freguesias. Tem uma cobertura escolar constituída por um Agrupamento, com um polo até ao nono ano na vila de Torre de Chama e duas escolas profissionais.

O Agrupamento, em todos os níveis de ensino, é frequentado por um número aproximado de 2.200 alunos.

É do domínio público que cada refeição por aluno é custeada em parte pelo Governo, ou seja, em 1,40€ e o restante, concretamente 1,46€ pelos pais ou familiares dos alunos.

Neste momento chegou ao nosso conhecimento que as empresas que fornecem as refeições pretendem aumentar os preços das mesmas, o que, valha a verdade, não é surpreendente.

Na situação atual e como flui do já acima exposto, uma família com um filho na escola paga 1,46€ por cada refeição.

O período de aulas decorre durante 30 semanas, 5 dias por semana, o que perfaz um total de 150 dias por ano. Isto, multiplicado por 1,46 por refeição conduz a um custo global anual de 219€ por aluno.

Considerando o número de alunos (2.200) e visto o custo anual de cada um (219€) conclui-se que há uma despesa anual de 480.000,00 €, suportado pelos pais.

Ora é inequívoco que no momento presente as famílias como as empresas vivem uma situação assaz difícil, com o crescente aumento da inflação, do custo de vida, do preço dos combustíveis e energia, etc., ao contrário dos salários e ordenados que há muito se mantêm inalterados.

Não se ignora que tem sido efetuado trabalho relevante pela Ação Social do Município, quer no pagamento de medicamentos, quer no pagamento de rendas, alimentação, etc. O que, contudo, não é incompatível com um maior esforço que ora se pede.

Acontece-nos viver num concelho do interior, cada vez mais desertificado, onde acontecem menos nascimentos, onde há menos investimentos, e por isso estamos cada vez mais abandonados.

Ao contrário, há concelhos do litoral em que, para além do mais os alunos de todos os níveis de ensino, inclusive o universitário vão usufruir de transportes escolares gratuitos.

Importa esclarecer que não se critica esta iniciativa, e simplesmente se refere aqui para enfatizar as assimetrias que se acentuam e para conferir natural apoio a esta pretensão, que se propõe, e que não deixa de ser modesta.

Assim, o Grupo Municipal do CDS propõe a esta Assembleia Municipal, que aprove esta proposta no sentido de que o custo das refeições dos alunos, desde o primeiro ano até ao final do ensino secundário, seja integralmente suportado pelo Município.”

Estes 480 mil euros são uma migalha no bolso da vereação, eu acho que é compatível como apoio aos nossos municípios, aqueles que têm filhos com dificuldades e criando aqui uma situação de igualdade para todos os alunos, quer os menos favorecidos, quer os mais favorecidos, mas criando uma situação de igualdade que se propõe efetivamente que assim seja.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Começo por falar aqui de uma matéria que já referi em várias Assembleias anteriores, estou-me a referir a uma muralha que existe junto do cemitério de Frechas.

Como sabem é uma matéria que já foi aqui debatida, eu também tenho consciência que foi uma obra do anterior Executivo, mas como é do conhecimento da Senhora Presidente a referida muralha está implantada numa zona verde de lazer de utilização pública, como consta na planta do loteamento.

Exigimos a demolição da referida muralha do cemitério, pelo impacto negativo que causa, tendo em vista o alargamento do cemitério e intervencionar a área envolvente.

Existe um amontoado de lixo próximo da aldeia de Frechas, junto a EN 213 ao KM 60, eu digo existe porque efetivamente ainda se encontra todo o lixo, exceto o que ardeu no passado dia 1 de junho.

Falei sobre esta matéria 4 vezes, citei o parecer que havia do Senhor Capitão da GNR e da Senhora Eng.^a *Fátima* da Câmara Municipal de Mirandela, que passo a citar: “é um atentado ao ambiente e de elevado risco de incêndio”, a Senhora Presidente nunca procedeu a retirada do referido lixo.”

No passado dia 1 de junho, ocorreu um incêndio nesse amontoado de lixo, o que é grave.

Um morador da Freguesia de Frechas, mais concretamente da localidade do Cachão, que foi candidato nas listas do PS a Assembleia Municipal nas eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021, apressou-se a escrever nas redes sociais o seguinte, passo a citar: ”Incêndio ao ar livre num amontoado de madeira usada, perto da localidade de Frechas concelho de Mirandela, mais um atentado ao ambiente”, fim da citação.

Senhora Presidente, este incêndio só tem um culpado, um responsável, é a Senhora Presidente da Câmara, digo-lhe isto com toda a frontalidade, sabe porquê? Porque ignorou as intervenções do Presidente da Junta de Frechas que fez durante o mandato anterior sobre esta matéria.

Mas mais grave, foi a Senhora Presidente tentar enganar o Presidente da Junta de Frechas, com um *e-mail* enviado dia 04 de outubro de 2020, pela Senhora Presidente, datado de 22 de setembro de 2020, assinado pela Dr.^a *Maria Manuel Gouveia* e pelo Senhor *Armando Cepeda*, que passo a ler:

“Caríssimo Presidente, para seu conhecimento:

Informação nº 135/2020, conforme solicitado superiormente, cumpre-me informar que à data de 21 de setembro de 2020 o terreno sito no lugar das Latadas Frechas, junto à EN 213 já se encontra limpo de resíduos sólidos e vegetais. Oportunamente este serviço tinha atestado diligências junto do Comando Territorial da GNR e os mesmos foram removidos por se desconhecer o proprietário e o depositante.”

Isto não é verdade, continuava lá o lixo.

O mesmo mereceu a resposta do Presidente da Junta de Frechas dizendo que esta informação não corresponde à verdade, todo o lixo (resíduos sólidos) ainda se encontra no local. Unicamente aquilo que foi feita a regularização do terreno junto à entrada, presumindo eu que seria para facilitar o acesso dos camiões que viessem carregar os resíduos sólidos.

A comunicação social tem como título da notícia do incêndio, “decorreu junto a localidade de Frechas incêndio num amontoado de resíduos da *Mirapapel*”. Eu pergunto quem está a falar a verdade? A comunicação social ou a Senhora Presidente quando afirmou que estava limpo de resíduos sólidos?

Para quando a retirada do restante lixo que ainda se encontra no local? Ou vai ficar sentada à espera que arda na totalidade?

Não podia deixar de falar no parque infantil de Frechas, obra que tinha como prazo de execução 90 dias e já passaram 390 dias, sei que vai responder que está a ser tratado, mas eu gostava que me respondesse que já está a ser utilizado.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Como já deverão ter reparado e já me deram esses cumprimentos, estou satisfeítíssimo, estou duplamente satisfeito por estar aqui hoje, mesmo que de forma provisória ou em substituição e espero que não seja por um motivo mau para a pessoa que estou a substituir.

Estou aqui com dois propósitos, o primeiro propósito é aquele de poder contribuir, como sempre acho que fiz ao longo de 28 anos que aqui estive seguidos, poder contribuir para o bem-estar e para as melhorias do nosso concelho.

O segundo propósito, também quem me conhece sabe a pessoa que sou, é de olhar ali para a minha ex-Bancada e olhar para o número de pessoas que ali estão, alguns conheço desde que aqui estou há 28 anos, outros que não conheço, mas que com certeza que serão boas pessoas. Olhar e de certa forma, aos que foram responsáveis pela minha retirada daqui da Assembleia Municipal, agradecer-lhes, agradecer-lhes porque de facto me devolveram a independência, apesar de toda a gente saber que eu toda a minha vida fui independente, faço questão de continuar, também desde já digo, de continuar independente, eu penso pela minha cabeça, não penso pela cabeça dos outros, apesar de ouvir aquilo que os outros têm para me dizer e depois se tiver de decidir, decidir.

Dá-me um certo prazer olhar para a cara de algumas pessoas, que foram os responsáveis pelas decisões e que parece que continuam, segundo as informações que me chegam, continuam a ter decisões negativas e como sempre, o povo não é parvo, não é estúpido, antes pelo contrário, é muitíssimo inteligente e daí que, mediante os comportamentos e atitudes que se tem, o povo responde e responde de quatro em quatro anos como é lógico e respondeu da forma como respondeu e é isto que nós temos.

Estou aqui mas muito feliz e agradecer pelo facto de aqui estar.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há uma coisa que a Mesa gostava de dizer aos Senhores Deputados, com todo o respeito pelas intervenções dos mesmos. Quando os Senhores Deputados se inscrevem, devem tratar de assuntos do concelho, perguntas, esclarecimentos e não assuntos pessoais que os podem tratar diretamente, noutros palcos e noutras situações.

Pedimos que tenham algum cuidado nesse tipo de intervenção e que não se volte a repetir, porque a Assembleia Municipal e os períodos de intervenção são muito importantes para os municípios, saber o que é que se traz, saber o que é que se pergunta, o que é que se pretende, trazer preocupações. É isso que nós estamos aqui a fazer.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Passos *CARLOS MONTEIRO* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Venho aqui em primeiro lugar para vos convidar a visitar a minha aldeia, Passos, que este fim-de-semana vamos realizar o evento Festa da Serra, pela segunda vez é Festa da Serra e Feira de Produtos da Terra.

É Festa da Serra porque a maior parte das atividades iam ser feitas na serra, para divulgar a serra, só que no nosso entender “a cereja no topo do bolo”, o melhor evento que ia ter a serra infelizmente teve de ser cancelado devido a previsões de risco de incêndio máximo pelo IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera e tivemos que o adiar, portanto, também queria pedir aqui à Senhora Presidente da Câmara juntamente com outros Presidentes do interior de Portugal, porque naquela reunião que nós tivemos com a Proteção Civil, com a GNR, com a Câmara Municipal, com o Posto de Turismo, com a Portugal NT, só faltaram os Bombeiros Voluntários, porque se calhar não tinham disponibilidade, e Mirandela a Correr, eu vi o mapa e o mapa só atinge praticamente o interior do país.

A explicação que me deram foi que saiu uma lei nova este ano em janeiro, e essa lei a meu entender, vocês autarcas do interior de Portugal, têm de se juntar e melhorar a lei, a lei é para se cumprir, mas tem de se melhorar a lei. Porque se nós pedimos às pessoas que invistam no interior, por exemplo, vamos fazer um agroturismo, turismo rural, eu moro na cidade e quero ir passar uns dias ao campo, mas se por acaso o alerta estiver em risco máximo de incêndio, vou alugar uma casa para ficar encerrado dentro da casa, eu se alugo uma casa para ir para o campo é para ir desfrutar da natureza, do campo, da serra, penso eu.

Pedia-lhe à Senhora Presidente da Câmara que fizesse um bocadinho de força, pressão porque as leis existem, mas podem ser melhoradas e devem.

Em relação ao parque eólico, faço das palavras da minha colega Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão *Vanda Preciso* as minhas palavras, ela diz que é Serra de Santa Comba, os dos Passos dizem que é Serra dos Passos, os de Suçães aqui há uns anos diziam que era Serra do Arasto, cheguem a uma conclusão, se alguém me conseguir provar que aquilo não é Serra dos Passos eu estou em pleno acordo com vocês todos.

A mim, aquilo que me explicaram é que não foi os Passos que deu nome à Serra, foi a Serra que deu nome aos Passos, porque a Serra era um local de passagem, portanto, são essas explicações que tenho, para mim continua a ser Serra dos Passos. Enquanto não me explicarem o contrário é Serra dos Passos.

Em relação ao parque eólico faço das palavras da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão *Vanda Preciso* as minhas palavras. Em relação ao dinheiro, nós tivemos uma reunião em que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão esteve presente e chegamos a um acordo com a Câmara Municipal, não chegamos a valores e aquilo que a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vereador *Vitor Correia* nos pediram, eu disse à Senhora Presidente que preferia obras do que

dinheiro, nós já apresentamos as obras que achamos que são essenciais para a Junta de Freguesia, a Senhora Presidente e o Senhor Vereador *Vitor Correia* disseram-nos que iam avaliar e orçamentar, estamos à espera de uma resposta.

Visitem-nos este fim-de-semana.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *LUÍS SOARES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Nós passamos cerca de oito meses desde as últimas eleições e fala-se muito e muitas vezes de trabalho que não é realizado, daquilo que não está a ser feito, eu recorro algumas das intervenções que este Executivo municipal tem feito e que devemos valorizar e que a Assembleia Municipal também deve tomar conhecimento, porque também toma conhecimento público de outras situações e será necessário também valorizar aquilo que é o trabalho realizado numa série de obras.

Falo sobretudo de dez principais obras que são realizadas na cidade de Mirandela e que têm uma intervenção essencial, falo por exemplo, da reabilitação do espaço verde junto da EsAct uma obra extremamente importante para a comunidade escolar, falo da via pedonal que melhorou a zona de intervenção da zona verde, falo da criação do acesso entre o bairro do Pombal e a avenida Eng.º *Camilo Mendonça* que também é uma importante infraestrutura de melhoria da acessibilidade e da criação de uma rede ciclável, falo da ampliação da Zona Industrial, falo também da rede de reabilitação do Vale da Cerdeira, isto é, uma obra extremamente importante naquilo que é a valorização da população e aquilo que é a valorização da área urbana, é uma obra do PSD, mas foi implementada por este Executivo PS e está a ser paga por este Executivo PS, falo da criação daquilo que é a via pedonal entre o bairro *Santa Catarina* e o Cemitério Novo, falo-vos também daquilo que é a implementação do campo de ténis e a pista de pesca desportiva e falo-vos daquilo que é a requalificação da Escola *Luciano Cordeiro*.

Conclusão, são tudo obras que são essenciais, que permitem a valorização da área urbana e permitem a colocação de Mirandela noutra tipo de patamar e com custos globais superiores a 12 milhões de euros.

Também não posso deixar aqui de valorizar e referenciar aquilo que é uma intervenção muito importante na área urbana, sobretudo a colocação a concurso da rotunda junto do Hospital, ela já tinha sido colocada a concurso duas vezes, ficou deserto o concurso e agora foi colocada novamente a concurso, com um custo global de 1,1 milhões de euros. É também uma importante estrutura de valorização da área urbana e que me parece que permite uma série de melhorias da acessibilidade na zona da entrada sul de Mirandela.

Outras questões que também são essenciais e que vos chamo aqui a atenção e pedia depois ao Executivo municipal, para que, hoje é dia 24 de junho, estamos numa altura de entrada no verão em que aquilo que é o risco e o índice de seca tem sido uma preocupação crescente e a questão dos recursos hídricos deve ser também uma nossa preocupação e pedia ao Executivo municipal para que, trabalhássemos nesta área da gestão dos recursos hídricos, porque são extremamente importantes na resposta às populações.

Falava-vos aqui também daquilo que era a preocupação do risco dos incêndios rurais e falando aqui um pouco daquilo que o meu colega, Presidente da Junta de Freguesia dos Passos falou sobre a nova legislação que tem a ver com a acessibilidade a determinadas áreas florestais, sobretudo devido ao índice de perigosidade sobre o risco de incêndio rural e realmente às vezes quando algum tipo de legislação se faz em Lisboa sem olhar para as realidades locais, é preocupante. É preocupante, porque limita aquilo que é a acessibilidade a determinadas zonas, limita aquilo que é a construção de uma sociedade que se possa desenvolver naquilo que é o espírito comunitário e este tipo de legislação em que nos diz simplesmente que há uma dificuldade de acesso a determinadas zonas consoante o risco de incêndio rural, quando é muito elevado e máximo e em Mirandela aquilo que é histórico é que, em muitos dias do verão é que este risco realmente está colocado neste patamar e esta preocupação deve ser uma preocupação crescente e a AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. que foi quem fez esta Proposta de Lei, este Decreto-Lei que foi criado em 2021, realmente não responde a todas as situações, mas também chamo a atenção que a maior parte dos incêndios rurais advêm daquilo que é a negligência de trabalhos em área florestal e aqui também devemos nós próprios, enquanto eleitos locais, chamar a atenção para a limitação desses trabalhos em áreas rurais, porque os incêndios florestais são uma preocupação de todos nós.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“A minha intervenção Antes da Ordem do Dia tem, no primeiro ponto, reiterar as perguntas feitas por mim na Assembleia anterior de 29 de abril a vossa excelência, que mesmo depois de ter lido a Ata dessa Assembleia não vi respondido por Vossa Excelência... reconheço até que podia ter sido distração minha... mas infelizmente não foi...E se assim não foi, eu volto-lhe a colocar as questões:

No ano 2021, quanto custou à autarquia que Vossa Excelência lidera, a pandemia SARS CoV-2 vulgo pandemia Covid-19?

Passamos, nomeadamente o último ano, a falar dos custos/constrangimentos da Pandemia Covid-19...

A minha questão é muito simples..., qual foi o custo para a nossa autarquia com a Pandemia Covid-19 no ano 2021?

Desses custos, e reportando a 31-12-2021, quais são as dívidas que faltam liquidar, refiro-me nomeadamente às dívidas decorrentes da aquisição de bens e serviços? O prazo de pagamento a estes fornecedores é ou não superior ao desejado?

Outra questão que gostaria de colocar tem a ver como uma bandeira de vossa excelência e refiro-me ao “Carro Saúde”...

“Carro Saúde” que iniciou a sua atividade a meio do ano passado...

Exma. Senhora Presidente, quanto custou ao Município de Mirandela a atividade do “Carro Saúde” e estou só a reportar-me a 31-12-2021, a que este relatório e contas reportava...

Exma. Senhora Presidente, foi realizado algum relatório que reproduza a atividade do “Carro Saúde” no ano eleitoral passado.

Se sim, quem o realizou, e em que data foi entregue ao membro do Executivo com o pelouro respetivo.

Um outro assunto que Vossa Excelência me obriga a trazer aqui, prende-se com as transmissões *online* destas assembleias municipais...

Excelentíssima Presidente, como sabemos a sua Tomada de Posse do atual mandato foi transmitida *online*...

Sendo a Tomada de Posse de Vossa Excelência, sempre, uma cerimónia importante, deve ser acessível a todo quantos queiram tomar dela conhecimento da mesma, quanto a isso só posso congratular-me com a transmissão da mesma...

O que não consigo entender é a vossa decisão relativa às transmissões das Assembleias Municipais...

Existe uma deliberação, já do seu mandato anterior, aprovada aqui, por unanimidade, para que se desse início às transmissões *online* das Assembleias Municipais...

Volvidos quase dois anos da deliberação desta Assembleia, vossa excelência continua a negar o direito dos munícipes de Mirandela a assistir *online*...

Até porque, para parafrasear o excelentíssimo Presidente da Mesa, parece que noutros locais, por razões logísticas e outras, não era possível a sua transmissão.... mas esta Assembleia já decorre neste Auditório...

Só posso perguntar, porque não a ser transmitida *online* esta Assembleia?

Infelizmente, Vossa Excelência, não cumpre, de forma grosseira e reiterada uma deliberação desta Assembleia já do mandato anterior...

Mas qual milagre, a Tomada de Posse de Vossa Excelência foi transmitida...

E porque assim foi, gostaria de perguntar a Vossa Excelência quanto custou ao Município a transmissão da sua Tomada de Posse?

A que empresa foi entregue a transmissão?

Foi feita alguma consulta prévia para a adjudicação dessa transmissão?

Se foi possível a transmissão da sua Tomada de Posse, é um completo desrespeito para com esta Assembleia, para com os munícipes de Mirandela mas e também para com os proponentes da proposta...

De uma vez por todas, gostaria que, Vossa Excelência, sob compromisso de honra nos dissesse aqui, quando vai dar início à transmissão *online* destas Assembleias...

Uma última palavra para dar os parabéns ao excelentíssimo Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, pela excelente Feira do Queijo e do Mel realizada no último fim-de-semana...

Parafraseando o excelentíssimo Presidente da Junta só “amando com força” se consegue o sucesso que a Feira teve...”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Excelentíssimo Senhor Deputado *Carlos Ventura*, só preliminarmente antes de passar a palavra a outros Senhores Deputados, para lhe dar conta que me foi garantido pela Senhora Presidente da Câmara que estava assegurado a partir de setembro deste ano a transmissão regular online.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Excelentíssimo Senhor Deputado *Carlos Ventura*, dizer-lhe ainda também que, relativamente a essas transmissões efetivamente a justificação foi uma justificação válida, mas para além disso, também dizer-lhe que a empresa que fez a Tomada de Posse não fez a Tomada de Posse da Senhora Presidente, fez a Tomada de Posse de todos nós, de toda a Assembleia Municipal.

É só para clarificar um pouco essa situação, fez a Tomada de Posse da Mesa também e do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Sobre o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e a sua desativação, quero aproveitar para, publicamente, endereçar uma palavra de apreço pelo trabalho positivo desenvolvido nestes tempos de pandemia, e desejar que os ensinamentos adquiridos neste âmbito possam de algum modo vir a ser reconhecidos como uma mais-valia técnica nas componentes de formação e carreira dos intervenientes.

Parabéns pois para a equipa do PMEPC, agora operacionalmente desativada, mas cujos elementos continuam a sua ação noutras frentes, zelando pela nossa segurança e se não considerar inoportuno, peço à Senhora Presidente, como integrante maior dessa Equipa, que nos dê um exemplo acontecido, relevante, que só por si justifique a criação de tal plano.

Sobre o concelho de Mirandela e da sua atratividade para a procura e fixação de pessoas, quero aqui deixar um elogio à ação desenvolvida em diferentes frentes, já aqui focada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Luís Soares*, com ações de melhoria em equipamentos recreativos, de desporto e de ação social e outros. No entanto, exorto para a necessidade de muito mais, nomeadamente, no que se refere à qualificação urbana, no sentido de lhe conferir maior harmonia arquitetónica e conservar e melhorar a imagem ambiental já hoje aqui focada.

Vou falar mais adiante sobre o PDM, mas não quero deixar de colocar aqui uma chamada de atenção para algumas frentes menos positivas, das quais destaco muito em particular a necessidade de reforço da segurança de estruturas de contenção, do afluentes Ribeira de Carvalhais no seu troço final.

Parabenizar todos aqueles que, entidades e instituições que direta ou indiretamente vêm contribuindo para que Mirandela se venha afirmando no panorama nacional em diferentes domínios do desporto e da sociedade, com enfoque muito especial em atletas e personalidades da terra, pelos seus feitos que muito nos honram e que devemos continuar a apoiar.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Por ter sido indicado para representar o meu Partido junto do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, venho cumprir o dever de dar conta ao plenário das atividades desenvolvidas...

Lembro que, em 30 de abril de 2021, também apresentei aqui uma resenha dos assuntos tratados na primeira reunião deste Conselho Municipal, que teve lugar em 28 de abril de 2021.

De seguida farei um breve resumo do que foi tratado nas reuniões de 30 de julho de 2021 e na mais recente, que se realizou na passada segunda-feira, dia 20 do corrente mês, presencial pela primeira vez...

Mas, antes disso, procurando contextualizar o assunto para quem não estava aqui no mandato anterior, quero apenas referir dois ou três aspetos relacionados com o momento da discussão e aprovação do Regulamento.

Nesse dia 25 de setembro de 2020 o debate esteve animado...!!! [Quem tiver interesse pode ler a ata desse dia, que se encontra disponível no “site” do Município]

Muitas foram as dúvidas levantadas e apresentadas as mais estranhas suspeições sobre a bondade das intenções do Executivo ao propor um Conselho Municipal de Agricultura...!

Em intervenções e declarações de voto foram vaticinados os piores cenários, inclusive que poderia haver a pretensão de este Conselho se sobrepor à Direção Regional de Agricultura, podendo até ditar o seu fim...!!! E houve ainda ameaças de recurso à justiça, caso o Conselho não cumprisse o seu objetivo.

Felizmente alguém da Bancada do PSD, com lucidez, na sua declaração de voto, assim se manifestou: «Votei a favor e congratulo-me pela existência deste novo Conselho Municipal. (...) Este Conselho Municipal tem que ser feito por pessoas que pensem, que tenham uma visão futura, porque Mirandela não é hoje. Temos que construir Mirandela de amanhã. (...) é importante que este Executivo ou outros que venham façam dele um órgão estratégico a bem dos nossos pequenos agricultores e a bem do nosso mundo rural.»

O Regulamento acabou aprovado, com mais de 50% de votos a favor e todos aqueles “fantasmas” parecem ter sido exorcizados na Sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2021, quando as forças políticas aqui presentes indicaram os seus representantes e o mesmo acontecendo agora, na Sessão do passado dia 19 de novembro de 2021.

Pois bem, não só a Direção Regional de Agricultura continua a existir e de perfeita saúde, como também o Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela está a funcionar e até alargou horizontes, passando a integrar organizações de produtores pecuários e cooperativas com sede nos concelhos vizinhos, que aceitaram o convite, numa visão de futuro de cooperação e não de competição.

O Conselho conta hoje com mais de 30 membros que representam um conjunto alargado e diversificado de setores da atividade agropecuária da região e incluindo a Direção Regional de Agricultura, as Instituições de Ensino Superior e Profissional Agrícola, além das organizações do comércio e indústria, entre outras...

A terminar, apresento, de forma resumida, os principais temas abordados nas duas últimas reuniões.

Os quatro Grupos de Trabalho que foram criados – considera-se que é a forma reconhecida de melhor fazer funcionar um órgão consultivo desta natureza –, apesar do contexto de pandemia e confinamentos, foram reunindo com alguma regularidade, por videoconferência.

Assim: o Grupo de Trabalho incumbido de analisar a possibilidade de Apoio Financeiro à Apicultura, apresentou já uma proposta que se encontra em análise; a problemática de Comercialização de Produtos Locais e de Licenciamento de Pequenas Unidades Industriais, está também a ser acompanhada por outro Grupo de Trabalho; as questões de Proteção do Olival Tradicional encontram-se numa fase bastante avançada, depois de duas reuniões do Grupo de Trabalho em que eu próprio estou envolvido; e, por último, o Grupo de Trabalho dedicado ao tema Plano de Regadio Municipal, tem já o assunto em desenvolvimento e irá reunir novamente na próxima semana.

Estes Grupos de Trabalho estão a desenvolver e irão apresentar pareceres fundamentados sobre cada um destes assuntos para serem objeto de debate nas próximas reuniões do Conselho e remetidos, na sua versão final nos termos do Regulamento, às entidades com competências nas diferentes temáticas.

Informo ainda que a próxima reunião está agendada para o dia 19 de setembro de 2022 e sugiro aos mais interessados nestas matérias que compareçam, já que o Regulamento prevê a participação do público, o que é sempre divulgado com a devida antecedência, através de Editais.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou tentar responder às questões que foram colocadas, vou começar por ordem de intervenção, relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão *Vanda Preciso*, assinalar que de facto existe na Câmara Municipal um contrato assinado de 2008, com a empresa. Desconheço naturalmente, o que é que motivou a assinatura do Protocolo de Cooperação entre a empresa e a Câmara Municipal de Mirandela, mas certamente terá sido, como é hoje em dia suscetível de críticas, no entanto foi efetivamente assinado e foi deliberado em Reunião de Câmara, aprovar a Minuta do Protocolo para a criação de um fundo de desenvolvimento regional da Terra Quente, conforme proposto e delegar ao Senhor Presidente da Câmara, à data, isto em 2009, os poderes necessários para a formalização do mesmo, ou seja, este processo decorre há vários anos, houve a diminuição do número de torres eólicas permitidas, aliás, a concessão é feita pela Direção Geral de Energia e Geologia e é submetido a Pareceres de diferentes entidades, desde a Agência Portuguesa do Ambiente, às questões ligadas à cultura. Foram feitos vários estudos ambientais, estudos de ruído e todo o processo é submetido ao escrutínio de várias entidades que têm competências na área da Serra.

Eu vou optar por dizer a Serra, a Serra é de todos e é de todos aqueles que a visitam, é naturalmente de todos que vivem nas suas proximidades, e eu vou-lhe chamar a Serra, porque todos sabemos de que Serra estamos a falar. Naturalmente que o nome porque é conhecida há muitos anos é Serra dos Passos, que obviamente inclui outras localidades, Serra de Santa Comba, também me parece uma designação, tanto que o projeto *EscarpArte* tem a pesquisa de ações de arqueologia na Serra de Santa Comba/Passos.

Relativamente às escavações dizer que, iniciaram-se em 1986 a 1989, foram os trabalhos de escavação arqueológica no Buraco da Pala, de 1989 a 1991 trabalhos de levantamento da pintura esquemática no Regato das Bouças, em 1994 classificação dos abrigos com pinturas no Regato das Bouças, em 1995 a apresentação de uma Tese de Doutoramento “O abrigo do Buraco da Pala em Mirandela, no contexto da pré-história recente, Trás-os-Montes e Alto Douro”, em 2010 nova fase de levantamento de pinturas no Regato das Bouças e outros pontos da Serra. De 2014 a 2017, 2018, foram iniciados novos trabalhos de escavação no Buraco da Pala.

Em 2014 houve a abertura de procedimento de classificação de quatro conjuntos de abrigo na Serra no concelho de Mirandela e um em Valpaços, sendo atribuído o estatuto em vias de classificação. A partir de 2017 até à atualidade houve alguns trabalhos esporádicos, o levantamento da pintura na Serra dos Passos no concelho de Mirandela e Valpaços e em 2020, houve uma Proposta do Projeto do *EscarpArte*, submetida a financiamento da Fundação *La Caixa* e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, que está neste momento a decorrer. Isto para explicar que houve da parte da Câmara Municipal sempre e ao longo de 1986 até à data de hoje, um investimento de vários Executivos, no sentido de sabermos o valor sob o ponto de vista arqueológico, cultural, ambiental e também turístico na Serra, proporcionando aos investigadores, cientistas as pesquisas relativamente às pinturas e houve, de acordo com aquilo que é obrigatório pela DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia, o estudo de Impacte Ambiental, porque de outra maneira o parque eólico não poderia ser suscetível da sua aprovação.

Relembrar que na Revisão do PDM de 2015, houve a proteção das partes de zonas classificadas, obviamente o restante da Serra, poderia ter para além do seu valor florestal e aqui chamo a atenção que é um perigo eminente a quantidade de combustível que temos na Serra, este ano já tivemos alguns focos de incêndio prontamente combatidos, temos neste momento uma Equipa de Sapadores Florestais todo o ano na Serra quer na prevenção em trabalhos de silvicultura, quer também na vigilância em alturas de risco muito elevado e elevado.

É uma conjugação de todos estes fatores e também a nossa preocupação com a Serra e com o valor patrimonial, mas também com outros, nós sabemos que houve um incêndio bastante difícil na Serra há uns anos e portanto, temos mesmo que investir na proteção daquele local.

Dizer que, relativamente aos temas que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão *Vanda Preciso* falou, a verdade é que houve sempre a preocupação de informar, na medida em que nós também eramos informados do desenrolar do processo, mas como a DGEG é a entidade concessionária, no fundo, a verdade é que durante alguns anos, mesmo no anterior mandato, não houve qualquer contacto com a Câmara Municipal até à concessão e à determinação de todos os Pareceres positivos das várias entidades envolvidas, sendo que, quando houve a determinação da localização e do número de torres aprovadas é que o promotor veio à Câmara Municipal, como em todo e qualquer investimento, fazer o licenciamento. O processo de licenciamento entrou e foram submetidos os vários Pareceres sendo que, todas as zonas de proteção especial que estavam determinadas e que estavam classificadas ou em vias de classificação, não é possível instalar qualquer atividade económica, seja ela para fins de energias renováveis, ou outras.

Relativamente aos montantes, vou dizer-vos aquilo que foi entretanto, porque o fundo permanente era muito difícil de gestão e optamos por negociar no fundo, mas a negociação tem limites, a lei estabelece valores limite para as contrapartidas das Câmaras, aliás, a Associação Nacional de Energias Renováveis veio a alertar de que alguns Municípios estavam a aplicar taxas muito superiores àquilo que era legal, ficou definido que era pago 500 mil euros com a licença, 700 mil euros em três prestações, 200 mil euros no início da obra, 200 mil euros no início da construção das fundações dos equipamentos e 300 mil euros na ligação à rede. 300 mil euros é para a eficiência energética de edifícios municipais e aqui temos 1,5 milhões de euros.

A contrapartida da eletricidade produzida durante o período de concessão é de 2,5 % para o Município e 0,5 % para os gestores dos Baldios envolvidos, de Lamas de Orelhão e Passos, porque entretanto as torres que estavam previstas para o Franco não foram concessionadas. Neste momento são seis torres que estão previstas no local.

Efetivamente foi feita uma reunião com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e com as Assembleias de Compartes de Baldio e aí a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão *Vanda Preciso* tem toda a razão, a negociação é direta entre a Associação de Baldios, a empresa e a Câmara, a Câmara no sentido de ter também as suas contrapartidas e portanto, as Juntas de Freguesia aqui não têm qualquer intervenção, a não ser que também façam parte da Associação dos Baldios e sejam Presidentes da Associação dos Baldios e Presidentes de Junta de Freguesia, portanto é bom que haja esta proteção dos nossos Presidentes porque são temas muito específicos.

Em relação às contrapartidas, foi apresentado um documento das contrapartidas de investimentos públicos, que neste momento estão a ser avaliados, orçamentados e preveem vários tipos de investimentos, precisamos de os orçamentar para podermos ter um calendário de implementação e podermos efetivamente assumir as contrapartidas, de qualquer forma, nunca houve qualquer intenção deste Executivo de marginalizar os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, bem pelo contrário, a nossa preocupação foi sempre a proteção das comunidades e havia, como houve há pouco tempo umas Jornadas Arqueológicas, até alguns riscos que a Serra tem tido ao longo dos anos que não tem havido proteção, desde escaladas que manifestamente são perigosas sob o ponto de vista da proteção, muito mais ainda que as torres sob o ponto de vista territorial. Por isso, depois da apresentação deste caderno de encargos, nós estamos também a analisar um *dossier* que tem a ver com as comunidades de energias, comunidades de energias renováveis, que é potenciar que as populações, as contrapartidas sirvam todos aqueles que residem nestas Freguesias, isto quer dizer que, uma das soluções que está a ser estudada é permitir que a fatura energética dos residentes possa diminuir, recorrendo a painéis fotovoltaicos e a produção de energia sendo comunidades autossustentáveis, está a ser ainda analisado, a E-Redes já nos forneceu a totalidade dos consumos das Freguesias, não por habitante obviamente, mas das Freguesias, falta a aldeia de Fonte da Urze, na altura solicitamos Passos e Lamas de Orelhão, falta só a aldeia de Fonte da Urze, mas já temos os consumos e agora perante os consumos podemos verificar, é o nosso Engenheiro Eletrotécnico que está com este processo, verificar a possibilidade dos painéis fotovoltaicos, para a fatura energética dos residentes nestas duas Freguesias possa ser diminuída e julgo que os

Senhores Presidentes de Junta concordam que haja um benefício da totalidade dos habitantes, complementares aos investimentos que poderão ser contactados.

Quanto ao plano de comunicação e à situação do tema ser trazido à Assembleia Municipal, a verdade é que houve um período de tempo bastante prolongado até com a pandemia que houve um deserto de informação e muitas vezes consideramos que era um tema que estava a ser eventualmente gerido na DGEG, porque nós nunca temos um contacto direto com a DGEG, curiosamente há só a comunicação que este investimento foi autorizado para o nosso território e por isso, este lapso de tempo decorrido desde a altura em que houve este compromisso e aquilo que foi efetivamente feito, mas é um tema contraditório, é um tema difícil. Acho que todos nós se nos perguntassem se queríamos que as torres fossem construídas, estamos a falar de um investimento de 30 milhões de euros, fossem construídas na Serra dos Passos, provavelmente diríamos que não, mas todos nós consumimos energia, todos nós usamos a energia e a energia é hoje, particularmente as energias renováveis, são hoje o grande futuro em termos de sustentabilidade das populações.

Relativamente aos impactos das energias eólicas, nós temos efetivamente torres em muitas serras e a compatibilidade entre aquilo que são os trabalhos arqueológicos, o turismo arqueológico e o parque eólico, há efetivamente a parte da Direção Geral da Cultura essa abertura e também há a possibilidade de eventualmente poder ser deslocada alguma torre, porque poderá haver alguma proximidade maior com zonas protegidas, mas o processo está efetivamente desde 2008, está muito avançado, ou seja, neste momento aquilo com que nos devemos preocupar é efetivamente com as contrapartidas, mas também a mitigação de todas as questões da instalação do parque.

Neste momento aquilo que vamos apresentar às Juntas de Freguesia, que já tivemos uma reunião na semana passada, foi verificarmos estas comunidades de energia para ver se conseguimos efetivamente ter um impacto direto na fatura de todos os habitantes e depois seguiremos com as Assembleias de Compartes à sua informação, quando este processo das comunidades estiver fechado e por isso há muito trabalho pela frente. Temos também já uma reunião agendada com a Direção Regional de Cultura do Norte, que não quis estar presente numa reunião com as investigadoras, dizendo que tudo aquilo que está nos contratos é legal e por isso não há quaisquer dúvidas que há cumprimento da lei e que, quer o PDM, quer as proteções culturais estão asseguradas.

Julgo que já respondi a tudo, de qualquer forma é um assunto importante para todo o concelho e é importante este envolvimento, eu não conheço exatamente o que foi feito em 2008, nem da parte da Câmara Municipal, nem da parte da Assembleia de Compartes, assinaram contratos em 2010 ou 2012, acho que foi primeiro em 2010 Lamas de Orelhão e depois em 2012 Passos e também acho que envolveu o Franco, julgo eu, e portanto são compromissos assumidos, criticáveis de certo modo, mas são compromissos assumidos por todos, à data e não sei se à data houve algum tipo de divulgação ou auscultação das populações, mas de facto em 2022 este processo está muito adiantado, quer sob o ponto de vista da concessão, quer sob o ponto de vista do licenciamento camarário.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, agradecer a sua intervenção, porque de facto o Conselho Municipal de Juventude é importante para este Município e a Assembleia Municipal Jovem tem de ser uma realidade no próximo ano letivo e esperemos que, até ao final deste mês fique agendado o Conselho Municipal de Juventude para o início do próximo período, no sentido de terem um calendário de reuniões fixo anualmente, para que em 2023 possam reunir com regularidade, como temos tido outros Conselhos Municipais com reuniões regulares.

Lamento este atraso e de facto julgo que é um impulso que vamos ter que dar, juntamente com a articulação dos Serviços de Juventude da Câmara Municipal, para que consigamos, organizar a Assembleia Municipal Jovem, que eu acho que é um momento importante de debate e é por aí que temos que caminhar sob o ponto de vista da educação para a cidadania.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *José Mesquita*, eu posso-lhe acrescentar que desde 2018 que os transportes escolares são gratuitos para todos os alunos, eram gratuitos até ao 9.º ano, a partir de 2018 passaram a ser gratuitos para todos os níveis de ensino e todas as atividades de apoio à família também são gratuitas. De referir que relativamente às refeições escolares, que consideramos ser justo socialmente, o Escalão A é gratuito, o Escalão B é pago a 50 % e também garantimos as refeições durante as férias escolares quando são solicitadas, ou seja, não fica ninguém para trás e por isso a Proposta relativamente às refeições escolares, a verdade é que já temos todos os procedimentos levantados para as refeições escolares e têm custos diferentes, as refeições transportadas têm um valor e temos vários lotes em vários concursos para cada um dos estabelecimentos.

Aquilo que nos parece é que a Proposta não é justa socialmente, deveremos manter o apoio público a famílias carenciadas, mas o apoio gratuito a todos, já o fazemos com os transportes escolares e também com as atividades de apoio à família, julgo que, se formos justos socialmente deveremos pagar refeições a quem tem carências económicas e não a toda a população, uma vez que estamos a investir em famílias que felizmente têm possibilidade de pagar as suas refeições.

Como disse o Escalão A é gratuito e o Escalão B é pago a 50 % de acordo com a avaliação social e as listagens que estão distribuídas. Também garantimos as refeições durante as férias escolares, consideramos que seja muito mais importante garantir as refeições durante as férias escolares e investir neste público-alvo de famílias carenciadas, do que estar a investir em famílias que felizmente não têm carência económica e que podem perfeitamente suportar as refeições escolares dos seus filhos e por isso não concordamos sob o ponto de vista teórico da gratuitidade das refeições escolares, concordamos efetivamente com a garantia da gratuitidade para famílias carenciadas e a manutenção das refeições durante as férias escolares, porque é um público-alvo muito sensível e suscetível de não ter alimentação, como é necessário.

Na nossa opinião, sem sabermos exatamente o que é que isto teria impacto a nível orçamental, há efetivamente famílias que não precisam felizmente, que seja o Estado a pagar as refeições dos seus filhos e para essas que precisam está garantido o pagamento integral dentro do seu Escalão e por isso acho que por questões de justiça social, se deve manter nestes moldes.

Relativamente à questão relacionada com o Senhor Presidente de Junta de Frechas *José Carlos Teixeira*, dizer que a Muralha ao Cemitério de Frechas a zona de lazer é um projeto que está a ser feito pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, neste momento não está prevista a demolição e houve, recentemente, a visita ao local no sentido de concluir a fase de projeto.

Quanto aos resíduos e ao lixo amontoado junto à localidade de Frechas nas Latadas, obviamente tem a ver com aquilo que já conhecemos, é um processo que também decorreu no Complexo Agroindustrial do Cachão e também tem a ver com a entrada para Mirandela, quem sai do lado direito, todos conhecemos as instalações junto a uma empresa de produtos alimentares que é, sob o ponto de vista das entidades mais perigoso sob o ponto de vista da proximidade com locais e com empresas. Obviamente que o

acumulado que está nas Latadas é uma questão que nos preocupa e são realmente crimes ambientais da responsabilidade dos proprietários, porque são locais privados e eu já vou explicar aquele *e-mail* que foi comunicado, uma vez que este assunto tem sido tratado em várias entidades, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil já fez vários relatórios ao Ministério do Ambiente, a Agência Portuguesa do Ambiente conhece a situação, o anterior Ministro do Ambiente conhece a situação e são efetivamente atentados ao ambiente. Uma empresa de reciclagem que foi em tempos, muito forte no concelho, deixou-nos uma herança muito pesada sob o ponto de vista ambiental.

No Complexo Agro-Industrial do Cachão como todos sabem e foi aqui falado várias vezes, foi retirado o lixo com apoio do Fundo Ambiental e a Câmara Municipal teve que assumir a propriedade do local e depois juntamente com o Município de Vila Flor organizar a retirada do lixo. Nestas duas situações nós temos uma candidatura ao Fundo Ambiental, assumimos a propriedade daquele local e depois são processos jurídicos, para ser o Estado a retirar o lixo. Eu informei também, julgo que à data, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas que não conseguimos por na candidatura do Cachão a retirado do lixo nas Latadas, porque a candidatura era só específica para aquele local do Cachão, neste momento queríamos fazer a limpeza dos dois, que é a das Latadas e também da entrada na cidade. Vamos ver se conseguimos quanto antes fazer, também relembro que é um processo judicial complicado, já esteve numa empresa de insolvências, depois voltou ao empresário e neste momento, sou sincera, é muito difícil estes processos terem um bom fim, sei que, quer a GNR, quer a PSP, porque são áreas de intervenção diferentes, já têm relatórios sobre isto e sabemos que há dois anos houve um incêndio muito próximo da zona da empresa e havia ali um risco grave para a população e também, este ano tivemos lá um incêndio e todos conhecemos os incêndios desastrosos que houve no Cachão na altura do lixo e portanto, não queremos que efetivamente volte a acontecer.

Este *e-mail* do lugar à nacional, foi informação que obtive relativamente à limpeza, efetivamente houve a limpeza mais junto à estrada e se passarem na estrada praticamente não é visível lixo portanto, pode ter sido uma informação errada dada ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas e por isso lamento. De qualquer forma foi a informação que me chegou e que eu informei o Senhor Presidente de Junta.

Relativamente ao parque infantil de Frechas, houve um convite em 11 de março de 2021, a consignação foi feita dia 01 de julho de 2021, havia efetivamente o prazo de execução de 90 dias, a empresa *BCity*, o valor foi 46.891,94 € com IVA. É uma obra que está dentro da garantia e a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais está a acompanhar a sua instalação. Houve efetivamente um atraso, porque o portão de acesso ao parque infantil não estava de acordo com aquilo que estava no Caderno de Encargos, consideramos não estar em condições e por isso teve que ser substituído.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pontes*, julgo que aquilo de que falou são questões de caráter muito pessoal, só lhe quero dar as boas vindas, como a todos os outros que estão em regime de substituição e por isso desejar-lhes as maiores felicidades.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Passos *Carlos Monteiro*, dizer que realmente o Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, no seu artigo 68.º estabelece as áreas prioritárias de prevenção e segurança, as chamadas APPS e é precisamente a AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, que está a assegurar a sua classificação. No concelho de Mirandela nós temos 37 % do nosso território coberto por estas áreas e relativamente a estas questões, salvaguardando também as motivações da população, terão de ser sempre cumpridas, podemos, eventualmente, fazer uma manifestação de interesses e assegurar medidas de mitigação relativamente à realização dos passeios, mas neste momento, sempre que há perigo muito elevado e elevado não são permitidas, por questões de prevenção, estas atividades. Percebemos o interesse que têm sob o ponto de vista social e económico e poderemos a nível de Proteção Civil preparar um comunicado, dando nota de que seriam asseguradas todas as condições, mas não podemos de todo assumir a responsabilidade de algum problema que possa existir nestes locais e depois somos, eventualmente, confrontados com essa situação e como diz o velho ditado, “mais vale prevenir, do que remediar”, neste momento temos de cumprir aquilo que está na lei e sob a tutela da AGIF com a identificação das áreas prioritárias de prevenção e segurança.

Efetivamente, o interesse da proteção e o combate aos incêndios, como sabem, é difícil no nosso território, nós atingimos temperaturas muito altas e este ano, é um ano particularmente difícil por causa da ausência de chuva durante muito tempo e estamos efetivamente com problemas até de água para rega, mas de qualquer forma, podemos eventualmente fazer essa comunicação.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Luís Soares*, dizer que efetivamente estamos com obras no concelho no total de 32 milhões de euros, 12 milhões de euros de orçamento municipal, há obras estruturantes, algumas delas, outras não, o bairro Vale da Cerdeira não havia sequer projeto e portanto, eu costumo dizer que os projetos não são dos Executivos, muito menos dos Partidos, os projetos são do Município e dos mirandelenses, para os mirandelenses, portanto, as dívidas também são do Município, os projetos não são dos Partidos, as dívidas também não são dos Partidos, são do Município e por isso, a titularidade dos projetos é sempre dos mirandelenses. Por acaso o Vale da Cerdeira não é, a ampliação da Zona Industrial, não tínhamos Estudo de Impacte Ambiental, tivemos de fazer o Estudo de Impacte Ambiental, por isso é que também houve a alteração de todo o projeto.

O acesso ao bairro do Pombal e avenida *Camilo Mendonça*, para além do valor da obra, temos também as expropriações, neste caso foram acordos negociais com os proprietários, uma das parcelas, pelo menos, chega quase a 0,5 milhões de euros, de indemnização aos proprietários e por isso, muitos projetos também demoram mais tempo porque temos que efetivamente não fazer obras públicas em locais privados, como aconteceu ali na Sacor, porque vai ter problemas e impactos futuros.

Posso-vos informar também, porque é esse o meu papel, que no acesso à A4 e isto foi anterior ao nosso mandato, foi feito um acordo com os proprietários, um contrato promessa de compra e venda e o valor da parcela era inferior ao sinal, estamos a falar de uma parcela de 40 mil euros, que foi o contrato de compra e venda, quando a avaliação do perito nos deu 13 mil euros, que foi o valor do sinal praticamente, ou seja, vamos fazer escritura, vamos pagar os 40 mil euros, mas o valor oficial da parcela eram somente 13 mil euros, foi efetivamente um mau negócio para a Câmara Municipal, mas já tínhamos assinado o contrato de compra e venda e havia a expectativa dos proprietários.

Quanto à rotunda do Hospital, é uma rotunda com muito impacto na circulação, temos ali, apesar dos semáforos estarem ligados, um ponto crítico e também não existia projeto para a rotunda e vai permitir o escoamento de tudo aquilo que é mobilidade na entrada da cidade. Relativamente a todas as obras que estão a acontecer, inclusivamente a Escola *Luciano Cordeiro*, também foi

feito agora o projeto, a reconstrução dos pavilhões, a melhoria das condições dos pavilhões. O campo de ténis, curiosamente do Orçamento Participativo de 2016, tínhamos três campos de ténis aprovados por 50 mil euros, que não dá para fazer um campo de ténis e por isso, os Orçamentos Participativos que foram suspensos durante o anterior mandato, têm de ser muito calculados, o custo da aprovação, porque de facto não é possível construir com esse valor um campo de ténis, quanto mais três campos de ténis com esse valor.

Em relação às obras, a Estação Ferroviária está a bom ritmo, julgamos que no final do ano estará concluída, as obras estão a correr muito bem, o teto de toda a estrutura está muito danificado, mas têm existido soluções para manter a traça, o interior e julgo que vai ficar um edifício de altíssima qualidade e que todos nos vamos orgulhar daquele local.

Relativamente às Estradas Municipais que foram aprovadas e realizadas no anterior mandato, algumas terminaram já neste mandato, estão praticamente concluídas, Múrias-Regodeiro, Alvites-Vale de Lagoa, Rego de Vide, Fonte da Urze-Cobro, a de Vale de Asnes é uma obra da Infraestruturas de Portugal, já está uma empresa contratualizada e vai iniciar os trabalhos em setembro. Estamos neste momento a pedir à I. P. os trajetos de Torre de Dona Chama e Freixeda, Vila Verde, São Salvador, para que possamos requalificar estes troços para melhorarmos as condições e a acessibilidade no concelho.

As nossas preocupações são também verificar a estrada de Vale da Sancha, tinha havido esse compromisso e também a de Vilar D'Ouro, São Pedro Velho, a entrada de Valbom dos Figos, alguns troços pequenos que temos de eventualmente intervir, pelo menos ter o projeto preparado e avançar logo que haja disponibilidade. Vale Prados, Gandariças, algumas entradas que realmente têm de ser requalificadas e para isso temos de fazer a orçamentação e ter os projetos prontos. Uma das nossas dificuldades, como já referi aqui várias vezes em Sessões de Assembleia Municipal, é a parte dos projetos e por isso é trabalho que fica feito.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Ventura*, a dívida a fornecedores em 31 de dezembro de 2021 era de 3.143.354, 34 €, a dívida a fornecedores a 31 de maio de 2021 4.241.392,56 €, a conta corrente 1.900.000,00 €, as faturas em conferência 123.679,00 €, o *factoring* 26.746,00 €, a fornecedores imobilizado 941.570,00 € e a *factoring* 118.761,00 €. Relativamente ao prazo médio de pagamento, 90 dias, nós gostávamos que fosse a 30 dias e poderá aumentar.

Os custos com a pandemia e estamos a falar de custos diretos e há custos indiretos, que são as horas de trabalho de todos os trabalhadores por pandemia ou por confinamento obrigatório, que não estão aqui calculados portanto, quando nós falamos de custos diretos foi o investimento financeiro, não estamos a calcular outros custos indiretos, por aproximação 411.000,00 € em 2021 e em 2020 1.300.000,00 € e aqui já estamos a incluir custos diretos e indiretos. Estamos a falar em custos, não estamos a falar em perda de receita, ou seja, houve uma perda de receita substancial relativamente a rendas, estacionamento, parquímetros e também a faturação da água, como sabem houve o perdão de um mês que foram praticamente 250.000,00 €, mas que não foi perdoado pelas Águas do Norte que nós tivemos que pagar.

Quanto aos custos da carrinha de saúde, a nível de recursos humanos 17.174,00 € e da viatura 18.000,00 €, isto reportados ao ano de 2021 e a viatura de saúde faz relatórios ao Senhor Vereador da Pasta. Julgo que tem sido um trabalho muito interessante junto das populações e posso-vos dizer que para além do trabalho que tem sido feito pela viatura, tem sido também uma forma de estarmos próximos dos problemas da saúde, das populações, aconselharmos e já houve situações em que os níveis estavam em vermelho e foram indicados para os serviços de saúde, julgo que temos evitado algumas situações.

Isto não é um custo, isto é mesmo um investimento do Município na saúde das pessoas. Também vamos ter o SNS 24, que é a telemedicina, que vai ficar sediada em todas as Juntas de Freguesia que queiram aderir, estamos a falar de consultas à distância, nós inscrevemo-nos e já tivemos uma reunião na ULS – Unidade Local de Saúde, no sentido de as pessoas não terem de vir ao médico e poderem ter a consulta por meios informáticos sempre que isso é possível, para evitar custos e deslocação das pessoas.

A viatura da saúde também vai estar equipada com esses mecanismos, para já ainda não está ativo, mas acho que é um ótimo sinal para aquilo que é a nossa dificuldade, muitas vezes de deslocação. Agradeço os dados da Divisão de Administração Geral, que prontamente nos forneceu os dados relativos às questões que foram colocadas pelo Senhor Deputado *Carlos Ventura*.

Relativamente à transmissão *online*, a transmissão que aconteceu da Tomada de Posse de todos, aconteceu porque houve uma consulta prévia, neste momento não tenho os dados todos, eu só soube depois que estava a ser transmitida *online*, pode não acreditar mas é verdade, não sabia que estava a ser transmitida, porque eu gozei o meu período de férias no período pré eleitoral, acabei por não solicitar à Câmara o período que todos temos para fazer campanha, gozei o meu período de férias durante a campanha, solicito aos Serviços dos Eventos que façam chegar essa informação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e que depois reportem ao Senhor Líder da Bancada do PSD, relativamente à transmissão *online*, não sei qual foi a empresa que fez a transmissão, sei que foi transmitida e soube depois que estava a ser transmitida.

Felicitar o Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *Arménio Vaz*, pela realização da Feira do Queijo e do Mel, julgo que também deveria felicitar o Município porque o Município contribuiu para a realização da Feira e entre custos diretos e indiretos andar à volta dos 20 mil euros. Esta é uma das situações que nós vamos ter de falar em reunião com as Juntas de Freguesia, porque efetivamente os custos com estes eventos têm de ser transformados no próprio impacto que estes eventos têm nas populações, ou seja, estamos a prever fazer uma reunião com os Senhores Presidentes para começar a constituir a organização do próximo ano, no sentido de organizarmos eventos distintivos, agregadores e com impacto real na economia e, por isso, aquilo que vamos efetivamente promover é uma reunião para organizar já o ano de 2023, para articularmos todas estas situações, porque se o Município investe numa Junta de Freguesia que organiza eventos, as outras Juntas de Freguesia por várias razões também deveriam ter o mesmo tipo de apoio e acho que temos de voltar e retomar esta articulação, uma vez que neste ano foi o primeiro ano depois da pandemia, que estamos a voltar a realizar eventos, temos de ver também o aluguer dos *stand's*, temos de eventualmente fazer um esforço para adquirir e ser a Câmara Municipal a instalar para reduzirmos custos, porque são custos muito elevados, nós estamos só a ver os custos diretos do apoio extraordinário que damos, mas são custos, por termos recursos limitados, têm de ser muito avaliados, ou seja, tem que haver efetivamente critério na atribuição destes apoios extraordinários e por outro lado assumirmos definitivamente que temos de ter um cartaz já para o ano todo, permitindo que as Juntas de Freguesia saibam quais são as suas responsabilidades financeiras e a Câmara Municipal também possa dar um orçamento devido e até para a gestão de recursos humanos que temos, que também são limitados e é impossível acorrer a todos os eventos. E também por outro lado, para prevenirmos eventos ao mesmo tempo em várias Freguesias, pelo menos em Freguesias que pertencem ao concelho de Mirandela.

Relativamente à questão e eu volto um bocadinho atrás, para explicar um pouco aquilo que estamos a viver no Município de Mirandela, eu julgo que em todo o país todos os Municípios estão a viver tempos difíceis, a não ser que haja efetivamente receitas próprias superiores às receitas do Estado, isto quer dizer que, este ano para 2021 tivemos uma diminuição de FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro de 10 %, a Câmara Municipal durante os primeiros seis meses, porque estamos a ser pagos em duodécimos, teve a manutenção do valor que estava a ser pago em 2020 e isso quer dizer que nos próximos seis meses vamos ter uma redução de 20 % do valor do FEF e nós não fizemos alteração ao valor que vamos dar às Juntas de Freguesia, ou seja, o valor manteve-se, o que é certo é que vamos ter menos receitas do Estado.

Nós estamos a fazer um plano de contenção da despesa e um plano de angariação de receita, nós em água estamos com uma dívida de 1 milhão de euros, de municípios que devem água à Câmara Municipal, muito motivado também pelas moratórias que tivemos no quadro da pandemia e por essa razão estamos a implementar este plano no sentido de podermos ter um equilíbrio financeiro que todos desejamos.

O aumento dos combustíveis, o aumento da energia, as empreitadas estão a subir de forma exponencial e por isso todos sabemos que os preços que os fornecedores nos dão são preços para dois dias, muitas vezes, estamos a viver efetivamente uma situação muito difícil.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *José Trovisco*, uma palavra de reconhecimento, dar o exemplo relativamente à criação relevante do Plano de Emergência, obviamente que a requalificação urbana é uma necessidade e o nosso centro histórico está efetivamente com muitas dificuldades na sua reabilitação. Em relação ao desporto partilhar as felicitações relativamente aos contributos das nossas Associações e Clubes desportivos.

Relativamente à requalificação urbana, tenho de partilhar convosco que, neste momento estamos com a Estratégia Local de Habitação, a nossa estratégia está muito vocacionada quer nos agregados rurais, quer nos agregados urbanos para a requalificação dos espaços e não construção de novos bairros. Nós temos, como sabem, 16 milhões de euros na Estratégia Local de Habitação, te de estar executada até junho de 2026, vamos ter uma estratégia muito vocacionada para ao beneficiários diretos e aí está a haver um grande problema para os beneficiários diretos, porque muitas pessoas não têm o registo da casa e é muito difícil terem o registo, a Tutela já conhece estes problemas, mas o investimento municipal vai passar pela aquisição de imóveis devolutos na zona antiga aqui em Mirandela e a requalificação para habitação social e habitação a custos controlados.

Essa estratégia já estava definida, nós não optamos pela construção de bairros sociais, poderá haver eventualmente a construção de um projeto que nós já tínhamos em carteira de anteriores Executivos que ainda não sabemos se vamos remodelar, que é junto ao Centro de Saúde II, mas a estratégia passará aqui em Mirandela e também nas Freguesias, se os Senhores Presidentes de Junta concordarem, a aquisição de casas, a reabilitação e a transformação em habitação social ou habitação a custos controlados.

A habitação é um dos grandes problemas que nós temos no concelho de Mirandela, em particular aqui na cidade, a habitação é muito cara, até porque há habitualmente com os estudantes do IPB o aluguer de quartos e é muito difícil encontrar casa a custos cómodos.

Entretanto também temos uma boa notícia para vos dar, não são só más notícias, pelo menos é aquilo que a Oposição gosta de fazer referência, é que o IPB viu passar à segunda fase as candidaturas de duas residências de estudantes, em articulação connosco vamos ver se conseguimos a aprovação, o Hotel Mira Tua, em princípio, vai ser reabilitado para uma residência de estudantes e uma residência nova que nascerá junto ao campus do Instituto Politécnico de Bragança, estamos a falar de cerca de 160 quartos, não tenho a certeza do número, mas são quartos que ficam disponibilizados para todos os estudantes que venham para Mirandela estudar.

É uma forma de atrairmos estudantes, é uma forma para termos condições para os estudantes terem qualidade na habitação e, portanto, o alojamento é fundamental, na nossa opinião. Ainda tivemos a possibilidade de adquirir a Pensão Praia, mas de facto os custos de reabilitação seriam muito superiores áquilo que era o programa que temos no Aviso que abriu para residências de estudantes. Vamos ver os que passaram à segunda fase se conseguem chegar à fase final, a pontuação do Hotel é muito grande, porque tem um prazo de execução muito baixo e o custo é grande mas foi admitido. A residência de estudantes criada de raiz, tem uma pontuação inferior, mas julgamos que poderá ser uma solução.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão *VANDA PRECISO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só clarificar dois ou três aspetos, um deles tem a ver com a questão, porque houve aqui alguma confusão entre eu ser Presidente de Junta ou ser o Conselho Diretivo dos Baldios, ou ser da Assembleia de Compartes, esclarecer desde já que eu sou Presidente da Junta, mas também acumulo o cargo, isto acaba por acontecer o Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Passos sabe, nós acabamos por ficar também com a responsabilidade, de alguma forma, em relação aos Baldios e acumulo a função de Presidente da Assembleia de Compartes, ou seja, não é de todo absurdo eu trazer esta questão à Assembleia Municipal e acho que isso deve ficar claro.

Independentemente também de eu ser Presidente de Junta, ser Presidente do Conselho Diretivo, eu acho que o importante é ficar claro que o interesse maior, efetivamente tem a ver com a população que eu represento, que é a população da Freguesia de Lamas de Orelhão e voltando um bocadinho lá atrás, também deixar claro que podemos andar todos a falar da Serra dos Passos, mas efetivamente é a Serra de Santa Comba, quando falamos da Serra dos Passos falamos da área de Passos e quando falamos do Parque Eólico e o colega dos Passos sabe disso, porque tivemos todos acesso já, aos mapas de implantação das torres eólicas, aliás, eu fui a umas Jornadas de Arqueologia a semana passada e foram projetados os mapas publicamente, ou seja, isto não é segredo e toda a gente sabe que 90 % do Parque está em zonas de Lamas de Orelhão, não vale a pena andarmos aqui a enganarmo-nos.

A única questão que eu trouxe aqui foi a defesa da população que ficará por baixo do Parque, mais nada, é esse o ponto que eu quero ver aqui esclarecido. Nós falamos várias vezes em reuniões sobre estas contrapartidas e se calhar aí o colega dos Passos não esteve presente em todas, porque ainda nem sequer era Presidente da Junta e também não era Presidente dos baldios, embora já fizesse parte da Junta de Freguesia. Estas contrapartidas que aqui se falaram, nomeadamente, da questão dos projetos, Lamas de Orelhão já entregou esta proposta de projetos se calhar há mais de um ano, essa proposta até foi perdida, foi-me dito que já nem sabiam onde estava, ou seja, eu quero é que assumam publicamente qual é a proposta que têm para nos fazer. Foi isto que não foi

feito até agora, ou seja, vão receber 1,5 milhões de euros e afinal a população que vai levar com as eólicas por cima das suas cabeças recebe o quê? O Município protege esta população de que forma? Eu vou dizer às pessoas que já me abordam diariamente e me perguntam o que é que nós vamos receber, eu vou dizer o quê? Vou dizer que vamos receber 0,5 % por ano, depois do parque estar a funcionar. É isso que eu vou dizer? A Junta nem sequer recebe nada e isso também é outro ponto, é verdade, porque é assim, o 0,5 % também não entra na Junta, os 0,5 % entra nos Compartes, nos Baldios, a Junta não recebe nada. Eu acho que também tem de ser a Junta a estar neste processo, até porque logo de partida é a Junta que está nesta Assembleia Municipal e eu acho que os assuntos de interesse público têm de ser discutidos aqui, não é à porta fechada, muito sinceramente e tem de ficar escrito, até para nossa própria proteção de quem está à frente das Juntas.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ MESQUITA* (CDS/PP) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu peço imensa desculpa, mas não posso deixar de fazer aqui algumas referências, o facto é este, quais são os critérios que definem que uma família é carenciada ou não e que possa ter uma justiça social mais intensa do que o resto das famílias? É que eu conheço pessoas muito carenciadas, aparentemente, mas têm carros e fumam vários maços de cigarros por dia, ou seja, o dinheiro acaba por chegar e se calhar são consideradas famílias carenciadas, mas o facto é este, aquilo que eu aqui proponha na verdade é isto, independentemente do número de alunos ser 2.200 ou ser só 200, cada família investe 219 euros por ano em alimentação para os seus filhos, os que não são carenciados, claro, os outros se calhar têm benefício, mas estas 219 euros por ano é uma coisa importante. Porque eu ouço às vezes dizer, aumentaram as reformas 5 euros por mês, 5 euros por mês equivalem a 60 euros por ano e as famílias ficam todas contentes.

Se as famílias puderem recuperar 219 euros, naturalmente que isto é muito dinheiro. Por outro lado, a questão de Lisboa e do Porto, eles não fazem seleção de alunos, são todos os alunos, inclusive os do ensino superior que vão ter direito a transportes coletivos gratuitos.

A Senhora Presidente falou aqui numa questão, disse que já há transportes coletivos gratuitos, então em que é que se baseia isso? É para todos? Ou é só para alguns? Se é para todos, então onde é que está a tal justiça social? Não está cá. Por isso mesmo, o que eu apelo aqui é assim, a Câmara Municipal possivelmente não gastará 480 mil euros por ano para ajudar aqueles que são resistentes e continuam a querer viver nestas terras, porque sabemos muito bem que isto é uma zona desertificada, onde os nascimentos não abundam, cada vez há menos gente. Os resistentes merecem por parte do Município, que é a entidade máxima, o respeito total, se na verdade puderem beneficiar disto é muito seria muito bom, porque nem todos os 2.200 alunos vão comer às cantinas, se calhar é muito menos que os 480 mil euros. E por outro lado há outra coisa muito importante, porque não voltar ao regime antigo das cantinas escolares, com pessoal da região, pagos pelo Estado, em que a alimentação teria outra qualidade e os produtos da região seriam utilizados.

Assim, vamos estar sempre dependentes da pressão das empresas prestadores de serviços que visam o lucro, se a Câmara Municipal quer reduzir despesas, então que faça a própria Câmara e a própria escola a gestão dos seus recursos e da alimentação dos nossos alunos. É só isso, eu acho que isto não é prejuízo para ninguém. São 219 euros por ano, para as famílias que são de certeza todas carenciadas, porque como sabem, não temos aqui grandes empregos, não temos aqui grandes empresas a pagar fortunas aos funcionários.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, não é de todo sensato dizer que a obra ainda não está concluída, porque o portão não estava conforme o caderno de encargos, isso é falso e o Senhor Vereador *Vitor Correia* sabe disso, tem tido é o Presidente de Junta atento a uma série de irregularidades, porque aquilo estava cheio de defeitos, desde a relva sintética ter duas cores, o portão não abrir na totalidade, o portão estar mal feito, a caneleira da água não estar bem colocada, uma série de irregularidades que existiam, por isso é que ainda não está concluído, não diga que era o portão que não estava no caderno de encargos.

Temos de ser claros e falar a verdade.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de pedir desculpa ao Executivo por não o ter mencionado, quando dei os parabéns ao Exmo. Presidente de Junta *Arménio Vaz*, pela Feira do Queijo e do Mel. Fiquei a saber que, com 20 mil euros de apoio afinal a Câmara Municipal também ama com força! É sempre um gosto.

Destas vezes a Senhora Presidente conseguiu dizer mais qualquer coisa relativamente às questões que lhe coloquei. Ia-lhe pedir só duas coisas, uma já disse que ia enviar ao Senhor Presidente da Mesa, a segunda era que, se possível, lhe fosse também entregue, ele certamente fará chegar a esta Assembleia, o relatório, com data da atividade do Carro Saúde, relativo ao ano de 2021. Se puder acrescentar aí os custos, não só os diretos, mas também os indiretos, agradeça.

A parte inicial da sua resposta foi mais além do que aquilo que eu tinha perguntado, a minha questão reportava só aos custos designados por custos Covid-19 no ano de 2021. A Senhora no início disse muito mais do que aquilo que eu tinha perguntado, na parte final, logicamente disse que eram custos diretos, os custos diretos muitas vezes são muito menos ou muito inferiores aos custos indiretos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Passos *CARLOS MONTEIRO* (Independente) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu esqueci-me de duas situações, que estão no programa da Festa da Serra, uma delas é a visita guiada para as pinturas rupestres, a vários painéis de pinturas rupestres, temos no programa, mantivemo-las porque se não forem realizadas não tem grandes custos.

Mas mesmo assim, nós corremos o risco de não as podermos fazer devido à tal lei, porque eu só hoje à tarde é que vou ter resposta da Proteção Civil, para saber se posso fazer ou não essas visitas. E outra coisa, o 2.º *Trail* Serra dos Passos foi reagendado para o dia 13 de novembro de 2022 e mesmo assim, sendo de inverno já, corremos o risco, devido à tal lei que saiu agora, corremos o risco do IPMA não nos deixar realizar esse *trail*, por isso é que eu reforço e peço à Senhora Presidente e a toda a gente que melhorem a lei, se a lei é nova há sempre qualquer coisa a melhorar, penso eu.

Em relação à percentagem que as Juntas de Freguesia, ou a Comissão de Baldios vai receber, eu quero que fique aqui bem claro, que nas poucas reuniões que eu tive com a Câmara e com o empresário do Parque das Eólicas, eu sempre considerei e considero que 0,5 % são migalhas para as populações que vão levar com as antenas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão *Vanda Preciso*, dizer que, obviamente que o interesse maior tem a ver com a população e eu percebi, da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Passos Carlos Monteiro, que concordava na íntegra com as palavras que tinha dito a Senhora Presidente da Junta *Vanda Preciso*, dizendo que 90 % está em zona de Lamas de Orelhão, a contrapartida de 90 % será de Lamas de Orelhão, foi isso que eu percebi das palavras.

De qualquer forma vamos manter as reuniões regulares e como lhe digo, há um ano, é verdade, há algum tempo que a Freguesia de Lamas de Orelhão enviou os projetos que gostava de ver realizados na Freguesia de Lamas de Orelhão, efetivamente os Passos só muito mais recentemente, até porque houve mudança de Presidente de Junta e portanto, tudo aquilo que nós pudermos fazer para chegarmos a um consenso, vamos fazer.

Há ainda também outra questão que eu gostava de referir, o Município protege de que forma? A questão vai muito além do que o Município em si, o Município tem competências obviamente de licenciamento e tem que se reger com os mecanismos legais que tem ao seu dispor. Efetivamente há outras entidades que têm competências na Serra e em todo o território, não é só a Câmara Municipal, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Cultura e tudo isso e portanto, as competências do Município estão relacionadas com aquilo que diz respeito aquilo que está na lei.

Relativamente às contrapartidas, obviamente que as escolas aqui em Mirandela, salvo as que existem nas Freguesias, é um investimento para todo o concelho, ou seja, se nós fizermos um investimento nas piscinas municipais, se nós fizermos um investimento nas escolas, estamos a fazer um investimento para todo o concelho, também temos crianças dessa Freguesia que vem à escola, também temos seniores que vêm às piscinas, por acaso durante a pandemia não vieram, mas estamos em crer que podemos fazer a reabertura de todos os espaços. Portanto, há equipamentos municipais que servem o concelho todo, se fizermos um investimento num centro de saúde, serve o concelho todo, há determinados equipamentos municipais, por exemplo, este Auditório também serve o concelho todo, estou a falar de exemplos, não estou a falar de equipamentos municipais. E portanto, quando nós falamos em investimentos do Município, estamos a falar de equipamentos que servem o concelho todo, incluindo as Freguesias onde vão ficar, obviamente tem de haver aqui uma discriminação positiva e vai haver, pelo menos é essa a nossa intenção, e por isso, julgo que todas as Freguesias e União percebem esta situação e são solidários com os colegas deste território.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *José Mesquita*, continuo a manter a nossa opinião, que vai muito da justiça social e quando fala nas Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto, eu também sugeria que visse as receitas próprias das Câmaras de Lisboa e do Porto, porque as receitas próprias de Lisboa e do Porto superam em muito as receitas de transferência do Estado que nós temos. Efetivamente, quando falamos em transportes gratuitos, estamos a falar da questão da coesão territorial e é diferente nós pagarmos o transporte de uma criança que vem de uma Freguesia e é gratuito, do que pagarmos a refeição do filho de pessoas que não têm necessidade efetiva, porque até têm telemóveis que superam em muito o valor dos 219 euros das refeições que está a dizer e vai ser o Estado a investir no pagamento dessas refeições escolares, isso de facto não é justiça social, no respeito total por todos os municípios, trata-se de gestão de dinheiros públicos e de afetar recursos públicos sempre limitados para situações de necessidade.

Os valores são sempre aprovados em Reunião de Câmara sob proposta da Ação Social da Câmara Municipal, portanto, das crianças incluídas no Escalão A são efetivamente pagas as refeições na totalidade.

Em relação ao transporte parece-me mais do que justo que haja esta discriminação positiva, para todos aqueles que vivem em zonas mais distantes.

Relativamente às cantinas escolares e à alimentação, obviamente que há alguns anos as cantinas escolares faziam parte das escolas, é uma situação que eventualmente poderemos vir a avaliar, obviamente que inclui alguma organização e afetação de custos, os trabalhadores destas empresas são sempre locais, os trabalhadores são locais e têm também um nutricionista que é da empresa, e portanto, a Câmara Municipal para optar fazer internamente esta prestação de serviços tem de se munir de tudo aquilo que é necessário, desde a aquisição das matérias-primas, à contratação de nutricionistas, a tudo aquilo que é contratação nossa. Quando se optou e a Câmara já optou alguns anos para concurso público na área das refeições escolares, em termos internos nós só temos que monitorizar e acompanhar a qualidade das refeições e o cumprimento do caderno de encargos, se os serviços estiverem internalizados, tem de ser muito bem organizado para que não haja falhas na aquisição dos produtos e em relação ao consumo de produtos nestes cadernos de encargos, e até foi uma proposta do Conselho de Educação, na Agenda Estratégica tem uma cláusula que devem ser comprados localmente os produtos, sazonalmente de acordo com as nossas produções.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, eu falei no portão porque foi a última situação que foi resolvida, efetivamente havia outros problemas na empreitada e a verdade é que os Presidentes de Junta de Freguesia, todos os Presidentes e ex Presidentes, acompanham muitas vezes as obras, na maior parte dos casos acompanham efetivamente as obras municipais que ocorrem no seu território, como é natural e é normal e é bom que isso aconteça. Obviamente que há um gestor de contrato, há um fiscal da obra, mas pela proximidade e vamos mais à frente falar do auto de transferências, é natural, normal e até saudável e de saudar que haja este acompanhamento por parte dos Presidentes de Junta. Curiosamente está a ser agora colocado o portão e poderemos eventualmente fazer a receção provisória da obra, se houver condições para isso.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Ventura*, não é preciso pedir desculpa, as populações é que têm de ser parabenizadas, de qualquer forma em relação ao relatório de atividades que solicitou do Carro de Saúde, da Unidade Móvel de

Saúde, eu entendo as preocupações relativamente a qualquer projeto que haja na Câmara Municipal, efetivamente os projetos que são implementados no terreno têm de ser monitorizados, quer sob o ponto de vista do investimento público, quer sob o ponto de vista dos atendimentos, do impacto que está a ter e de que forma é que podemos melhorar esta nossa proximidade e acho que conhecendo a sua vida profissional, estando na área da saúde, é importante que tenha esta preocupação, efetivamente é uma preocupação de todos e o relatório de atividades relativo ao ano de 2021, com a apresentação de todas as atividades que foram realizadas, apesar da escala ser do conhecimento de todos, porque é publicada, é importante que façamos chegar depois esse relatório.

Quanto à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Passos *Carlos Monteiro*, dizer que o risco elevado e muito elevado vai-nos condicionar sempre a realização destas atividades, ainda por cima com os casos de incêndios que têm acontecido em Portugal nesta matéria, eu acho que devemos sobretudo proteger a segurança de todos, eu sei que para quem organiza é fraudar um pouco as expectativas estarmos limitados, mas temos efetivamente que ter esta consciência.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Passos *CARLOS MONTEIRO* (Independente) fez uma interpelação à Mesa: Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Normalmente quem vai para a serra fazer estes eventos é porque gosta da serra, é porque gosta do campo, não é quem lhe chega o fogo. Acho que quem faz as leis devia fazê-las muito bem feitas, porque nós queremos ir para lá correr, fazer uma prova de atletismo, não queremos ir para lá chegar o fogo áquilo.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entendo a sua preocupação Senhor Presidente.

Há pouco não respondi ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, foi a única pessoa que não respondi e por isso peço desculpa, relativamente ao Conselho Municipal de Agricultura, tivemos uma reunião muito importante e já está agendada uma reunião do Grupo de Trabalho do Regadio e portanto, acho que este Conselho vai dar frutos, até porque temos também a comunidade científica e podemos, eventualmente fazer deste Conselho um grande órgão consultivo e que trabalhe os temas importantes como é a agricultura.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia para fazer a sua condução e depois deste conjunto de intervenções a Mesa aguardava e queria deixar aqui uma palavra muito carinhosa à União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, agradecer ao Exmo. Presidente *Arménio Vaz* o acolhimento que deu à representação desta Assembleia Municipal, foi incansável no agrado, na simpatia com que acolheu a representação da Assembleia Municipal.

Dizer também que enalteço em nome da Mesa da Assembleia Municipal a organização e ainda mais, a iniciativa que a sua União das Freguesias, na pessoa do seu Executivo e de si mesmo têm em fazer a oferta financeira, que é também um incentivo às famílias numerosas e aos novos residentes na União, considerei a Feira, aliás, como é da sua pessoa, extremamente organizada e agradeço-lhe muito ter-se lembrado da representação da Assembleia para entregar estes prémios tão honrosos, muito obrigada.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desculpe Senhor Presidente da Assembleia, não sei se posso fazer aqui um alerta, porque já que estamos a falar da União das Freguesias e porque também a União das Freguesias neste momento está de luto, faleceu num acidente de trator um munícipe, um freguês dos Avidagos e também queria alertar e peço desculpa fazer esta interrupção, mas os acidentes de trator têm sido um grande motivo de morte aqui em todo o concelho, de pessoas muito jovens com uma vida pela frente e acho que efetivamente até no Concelho Municipal de Agricultura teremos que promover, em conjunto com as Juntas de Freguesia, uma grande campanha de sensibilização para evitarmos a todo o custo estas tragédias e nós sabemos que os nossos territórios são muito difíceis e às vezes as pessoas arriscam para poderem fazer o seu trabalho e por isso, aos Avidagos e à União das Freguesias um abraço solidário pelo falecimento, peço desculpa, mas é muito recente e naturalmente temos de nos lembrar destes acidentes que são muito problemáticos no nosso concelho.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Muito obrigado, infelizmente, por motivos profissionais, conheço bem essa realidade que é muito própria do nosso país e sobretudo do ambiente rural e que mata muita gente durante todo o ano.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação.

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Após uma análise atenta da informação da Senhora Presidente, presente no documento deste Ponto da Ordem do Dia, aprez-me realçar a importância da dinâmica cultural que desde há uns meses a esta parte, se tem vindo a consolidar, no nosso concelho, nos períodos pós-pandemia.

Desde o festival *Palavrarte*, sobre o qual felicito a organização e destaco o empenho de toda a equipa, especialmente da nossa antiga camarada de Bancada nesta Assembleia Municipal – Prof. *Odete Ferreira*, e faço votos de que o Festival se mantenha por bons anos e encontre formatos mais próximos das agendas da maioria dos mirandelenses para que a participação seja superior – são iniciativas tão válidas que não podem e não devem estar vaticinadas a uma determinada camada da população que pode estar num lançamento de livro às 17h pois todos temos o direito à cultura, como bem plasma o artigo 78.º da Constituição da República Portuguesa.

“Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais:

- a) Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural;
- b) Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva;
- c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum;...”

Reforçando esta responsabilidade dos executivos públicos de fomentar a cultura e chegar à maioria da população possível, ressalvo também a importância das dinâmicas culturais locais, como são disso exemplo e bom exemplo, a iniciativa “Pelo andar da Carruagem” em Frechas, a Feira do Queijo e do Mel na União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira que este ano aconteceu precisamente na aldeia do Navalho e a Feira do Vinho e do Morango em São Pedro Velho.

Tomando a legislação por mestra, Senhora Presidente, e porque a Vila da Torre de Dona Chama terá em breve um espaço multiusos com excelentes condições para iniciativas culturais diversas, questiono da possibilidade de desdobramento das iniciativas culturais municipais tendo em conta a dimensão da Freguesia da Torre de Dona Chama, bem como as que a circunscrevem, São Pedro Velho, Múrias, Fradizela, Mascarenhas, Bouça, Agueiras, Vale de Gouvinhas, Vale Telhas e as de Lamalonga, Vilarinho de Agrochão e Vilarinho do Monte, do concelho de Macedo de Cavaleiros, e Ervedosa, do concelho de Vinhais. A Vila da Torre de Dona Chama já foi palco de grandes feitos culturais, foi lá o berço dos Encontros de Cantadores de Reis, já tivemos lá Bandas de música, ranchos folclóricos, fanfarras e com certeza que a população verá com muito bons olhos a volta destas iniciativas ou similares a um palco local.

Falando ainda sobre a Torre, e porque estamos em plena época de verão, mesmo parecendo que não, questiono também Senhora Presidente, em que plano está o projeto da praia fluvial de Torre de Dona Chama, sita na ponte da pedra, porque eu pessoalmente até tenho noção do que se passa, mas a maioria da população local precisa ser melhor esclarecida:

- O que aconteceu com o primeiro concurso? - O que se segue nesta fase? - Quando se verá luz verde para este projeto arrancar? - Quando é que a população poderá contar com uma praia fluvial?

Ainda sobre a informação da Senhora Presidente, um dado aqui refletido que muito nos orgulha, é o facto do BUPI – Balcão Único do Prédio – estar já a trabalhar de forma descentralizada, indo pelas Freguesias, tornando, desta forma, mais fácil o acesso à maioria dos mirandelenses espalhados pelo concelho. Parabéns! Parabéns por todas as iniciativas refletidas aqui e não tenhamos dúvidas de que “Grandes conquistas começam com pequenos passos”.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhora Presidente, congratulo-me pelo facto de ter reparado nesta comunicação da sua Informação já não haver o nome de “colaboradores” e sim “trabalhadores”. Acho que vale a pena lutar para que se reponha a verdade e a justiça daquilo que são as normas de funcionamento desta autarquia.

Tenho umas perguntas para fazer que têm a ver não só com a questão da Informação, mas pensava que nessa Informação poderia constar também aquilo que vou perguntar agora. Gostaria de saber se o Executivo ou os serviços de Ação Social tem conhecimento da existência de um rapaz que dorme nas ruas de Mirandela. Ao que tivemos conhecimento, é um rapaz que frequentava os Salesianos e pelo facto de ter atingido a maior idade foi retirado dos Salesianos. Digamos que é um sem-abrigo. Gostava de saber se o Executivo tem conhecimento disso e que medidas é que tomou para salvaguardar essa situação.

Tenho outra pergunta para fazer, Senhora Presidente. Quando é que este Executivo vai começar a pagar o suplemento de pensosidade e salubridade aos trabalhadores e os seus respetivos retroativos, uma vez que já está consagrado naquilo que foi a apresentação do seu orçamento municipal? Até hoje, o conhecimento que temos é que ainda não foi pago qualquer suplemento de pensosidade e salubridade nem os respetivos retroativos aos trabalhadores abrangidos da Câmara Municipal.

Quanto à avaliação que o Município faz das verbas transferidas para a educação, gostava de saber se é suficiente ou se é insuficiente. Qual é a dimensão do buraco financeiro que isto vai causar?

Como ouvimos há pouco, os custos diretos com a pandemia foram em 2020 de 411 mil euros, dito pela Senhora Presidente. Em 2021 foi cerca de 1.300.000,00 €. Não sendo matemático, no total dos custos diretos, podemos dizer que estarão na ordem de um milhão de euros. Aquilo que temos ouvido na comunicação social pelos órgãos do governo, mais concretamente pela Ministra da Coesão Territorial, isso foi plasmado em alguns órgãos da comunicação social, aquilo que foi inicialmente prometido às autarquias era que dissessem “gastem o que for necessário para dar apoio numa situação de pandemia às populações”. Não querendo criar desta situação uma questão ideológica, mas a Câmara andou a participar máscaras, testes, a instituições privadas com fins lucrativos. E põe-se agora a questão em causa. Esta Câmara gastou 411 mil euros em 2020 do orçamento da Câmara Municipal, dito pela Senhora Presidente, em custos diretos e em custos indiretos e diretos estamos a falar em 1.300.000,00 €. Portanto, tirando

daqui os indiretos, que é a questão das baixas dos trabalhadores da Câmara, falamos de custos diretos na ordem de um milhão de euros.

Vendo a Ministra dizer que aquilo que inicialmente ia ser compartilhado quase a 100% pelo Estado Central às autarquias dos custos da pandemia, afinal já não vai ser na totalidade e provavelmente nem serão os 50%. Gostaria de saber qual vai ser o impacto financeiro se o Estado, neste caso, o Governo, não compartilhando os custos que inicialmente se comprometeu a participar, qual vai ser o buraco financeiro que vai provocar nas contas da Câmara Municipal?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha intervenção é sobre as informações da Senhora Presidente. Não sei se as informações da Senhora Presidente são só aquelas que quer prestar a esta Assembleia e aos mirandenses ou se, por ventura, são informações que dizem respeito ao seu exercício autárquico, mas que neste documento apenas vejo atividade política na cidade de Mirandela e que das Juntas de Freguesia muito pouco ou nada.

Senhora Presidente da Câmara, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Fico muito agradado que hoje não se tenha desculpado mais com a COVID e com a guerra. É a prova provada que doravante vamos iniciar um discurso mais claro e que não vamos encontrar nas nossas palavras subterfúgios sobre a obra que fazemos e sobre a obra que não fazemos.

Senhora Presidente da Câmara, nomeadamente através do Senhor Presidente de Junta *Luís Soares*, que teve o cuidado de vir elogiá-la, e bem, faz parte das bancadas, também fizemos isso no passado, mas com menos pompa e circunstância, porque o PSD lançava obras, não levava mesas nem cadeiras nem porta-estandartes para obras tão pequenas. Passo a explicar. Na Informação da Presidente fala na Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, são obras importantes que vão dar uma nova urbanidade, aprendi isso na passada Assembleia Municipal, à cidade e ao concelho, mais na cidade do que no concelho todo, nomeadamente no meio rural, mas que não resolvem os nossos problemas, Senhora Presidente da Câmara.

Senhor Presidente de Junta *Luís Soares*, sei que o senhor, enquanto Presidente de Junta, poderoso como está e vai ficar mais depois da afetação de 15 trabalhadores à sua Junta de Freguesia, queira ver obras na sua Freguesia, não realizadas pela Junta, mas pela Câmara, onde a Câmara ao fazer política, e bem, porque são obras importantes, a sua campanha eleitoral fica feita e tem argumentos mais que suficientes para se dirigir à sua população.

Vamos ver que obras são estas. Estas são obras do PSD, só que o PSD não lhes dava a pompa e circunstância que a Senhora Presidente está a dar.

Senhora Presidente, quando inaugura “Criação da Rede Cicável, Via Pedonal no Troço entre o Bairro do Pombal e a Av. Camilo de Mendonça - 240 metros”, depois de ver lá as bandeiras e as mesas e depois daquela apresentação à comunicação social e aos mirandenses pensei que eram 24km, até parecia uma nova ponte sobre o Rio Tua. Esta é que é a necessidade que a Senhora Presidente da Câmara tem de mostrar aos mirandenses, porque não o fez no passado. Fiquei a saber que até gastaram meio milhão de euros na aquisição de um terreno. Admito o esforço, mas a pompa e circunstância que deram a este lançamento de obra já sabemos ao que a Senhora Presidente vem.

Requalificação do Celeiro de Torre de Dona Chama, ótimo, mas que isto não desculpe a estrada, a estrada que liga Torre de Dona Chama via Mascarenhas que foi promessa eleitoral, nem que o Senhor Presidente de Junta se deixe iludir, sob pena de já ter o mandato dele cumprido, porque não tem as promessas cumpridas, com certeza. Mas se para o povo de Torre de Dona Chama está bem, para nós não.

Interface da Estação Ferroviária de Mirandela, o piso do rés-do-chão é do PARU, a reabilitação da Estação Ferroviária de Mirandela, os pisos superiores, é do PAMUS ou do PEDU. Conclusão: já percebi a engenharia financeira que há aqui. Estou expectante do que vai verdadeiramente acontecer para justificar 2,8 milhões de euros ali gastos. Também sei que ninguém vai roubar a Estação de Mirandela, ninguém a vai deslocalizar, sob pena de um dia, já não estaremos cá, será dono de algum grupo chinês que, por ventura, a queira adquirir e queira explorar o Rio Tua.

Ninguém nega a requalificação da Escola Básica Luciano Cordeiro, Senhora Presidente. É uma aposta na Educação, estruturante para o concelho de Mirandela. Dizia o Senhor Presidente da República uma vez: “Oposição sempre, Oposição em ambiente autárquico só sobre temas estruturantes”. Alguns temas que há aí, eu não me revejo neles. Aqui, de facto, toca na Educação.

Ampliação da Zona Industrial. Ainda, Senhora Presidente? Como se os empresários do desenvolvimento do concelho de Mirandela andassem aos solavancos. Sei que ainda nos separam três anos e meio das próximas eleições, mas Mirandela não pode esperar por estes ciclos eleitorais, sob pena de nos dois últimos anos acontecer tudo e nos outros anos não acontecer nada.

Para dizer o quê? Apesar do ênfase e da importância que o PSD não fazia a pompa e circunstância que vocês estão a dar, preferia fazer obra mais rapidamente.

Vou só citar: “Troço, Requalificação, Reabilitação, Reabilitação, Requalificação, Reabilitação, Troço, Troço”. Não saímos do mesmo sítio. Bem sei que temos que nos renovar, continuar de face limpa e lavada para que aqueles que nos visitam vejam que Mirandela cuida dos seus edifícios, mas não saímos daquilo que já somos e estamos a precisar de muito mais.

Senhora Presidente, gostei muito da última conferência que fez, o chamado “Cluster Digital”. Que pomposo. Mas faça-o antes, transmitam a Assembleia Municipal tecnologicamente de forma avançada, transmitam também tecnologicamente as Reuniões de Câmara e os seus Vereadores, que vou gostar muito de assistir às reuniões em casa e porque não também as Assembleias de Freguesia da Junta de Freguesia de Mirandela? E porque não as outras? Sob pena de termos um Cluster de um lado, um discurso muito bonito, que nos responsabiliza, e sob pena de não termos um discurso, por outro, de acordo.

Gostei muito da intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, que falou sobre Agricultura. Vamos falar de Agricultura e de um plano de regadio, porque está num ambiente político muito favorável, até porque sei que a Ministra que mais vezes a visitou foi a Ministra da Agricultura. Isso sim é que vai tocar no desenvolvimento de 65% ou mais da população de Mirandela. Vamos falar de Turismo que continuamos a não querer fazer absolutamente nada, nem tão pouco saber qual é a nossa identidade enquanto mirandenses, sob pena de nos andarmos a enganar com almoços e jantares, com restaurantes cheios, quando é preciso muito mais

neste mundo global onde as tradições e a identidade dos povos é aquilo que as televisões andam a vender todos os dias e concorrência não falta.

A Senhora Presidente fala no Cluster Digital, fico muito agradado e até gostava muito que um filho meu virasse informático e pudesse usufruir dessa sua ambição. Então e o Cluster da Oliveira e do Azeite? Julgo que será um trabalho inacabado. A Oliveira e o Azeite será um trabalho inacabado. Então não há a palavra “Cluster”? E o Cluster da Alheira? Continuamos a adiar a afirmação da nossa identidade e aquilo que verdadeiramente nos ajuda a constituir riqueza, sobretudo para as gerações vindouras.

Concordo consigo, muito obrigado, continuo a dizer que a sua bancada acho que não cria as oportunidades que devia criar, porque penso eu que esta intervenção é contra si, provocada pela sua bancada. Agradecemos as vossas intervenções, especialmente quando nos devemos valorizar, mas não é isso que está a acontecer, até porque sei que a Câmara Municipal está a passar um forte constrangimento financeiro, com uma feira que é muito importante, os poucos investimentos que lá se fazem são com muito sacrifício, pelo que duvido disto tudo, Senhora Presidente da Câmara.

Estas são as informações da Senhora Presidente da Câmara e quero voltar aqui outra vez se a Senhora Presidente da Câmara não me responder.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A nossa Sessão ainda não está a ser transmitida *online* como pensava que era hoje, a título experimental.

Apenas queria chamar a atenção para um dado que nos é fornecido na Informação da Senhora Presidente na última página.

Situação financeira do Município de Mirandela. Estive a analisar e tive a preocupação de ir ver há um ano qual era o estado da situação financeira no concelho de Mirandela e comparando as duas datas, junho de 2021 e agora, chego a uma triste conclusão, triste quer dizer que eu não gostaria de ver a Câmara neste estado, gostaria de ver as obras, mas a Câmara não está neste estado. Portanto, será menos triste se efetivamente as obras que vierem aí e que estão a pensar lançar justificarem isto. Mas tenho que chamar a atenção pelo seguinte. No Ponto 6 - “dívida a fornecedores, empreiteiros e outras entidades”, aumentou de 3.392.841,96 € para 11.495.815,92 € e a dívida a instituições bancárias aumentou de 6.143.695,16 € para 7.154.423,36 €. Ou seja, somando as duas parcelas a dívida aumentou de 9.536.547,12 € para 11.495.815,92 €.

Gostaria de perguntar à Senhora Presidente o seguinte: Como vai controlar as contas da Câmara? A dívida vai continuar a aumentar ou a Senhora Presidente tem outro caminho para travar este aumento?

Alertamos para esta situação que parece ser a repetição de outras gestões da Câmara de Mirandela ao longo destes últimos 40 anos, o não controlo do aumento da dívida da Câmara até já não poder mais.

Era isso que queria realçar aqui nesta Informação.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer a participação de todos, vou tentar responder o mais breve possível às questões que foram colocadas.

Relativamente à Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, quanto ao acesso à Cultura, partilho as preocupações e também as feiras temáticas em cada uma das Freguesias, aliás, já falamos sobre isso no período que antecedeu a este ponto da agenda, que tem a ver com esta articulação e coordenação entre todos.

Tomamos boa nota da referência que fez aos horários do Palavrarte. De facto, foi uma agenda muito intensa com a participação de muitos autores mirandelenses, transmontanos e teremos em atenção a questão dos horários para podermos servir mais pessoas e para que possam estar presentes.

Agradecer também a referência às atividades culturais. Também passo a explicar, estamos numa fase muito importante para entrarmos na rede geral de espetáculos, porque após dois anos de alguns espetáculos numa sala de espetáculos, podemos ter financiamento para esses mesmo espetáculos, o que traduz evidentes benefícios por parte do financiamento destes espetáculos que estão neste momento a decorrer neste auditório, recentemente inaugurado. Por isso, temos que manter alguma calendarização para podermos fazer esta candidatura, uma vez que depois se torna autossustentável.

Muitas das atividades estão focalizadas neste auditório até porque houve um investimento grande na parte acústica, mas concordamos em absoluto com o desdobramento de atividades culturais em Torre de Dona Chama, uma vez que vai haver um espaço, mas depois terão de ser articuladas com o Senhor Presidente de Junta para vermos que tipo de espetáculos são adaptados ao espaço e àquilo que é a pretensão da vila.

Em relação à Praia Ponte da Pedra, é uma praia que vai servir as duas Freguesias - Torre de Dona Chama e São Pedro Velho. Houve um concurso sobre a praia, aliás, houve três concursos públicos, o da Praia Ponte da Pedra, o da Praia de Frechas e o do Parque de Autocaravanas. Foram os três que ficaram desertos deste lote de concursos financiados pelo PROVERE, só a Pista de Pesca é que foi entregue a um empreiteiro. Dos restantes não tivemos concorrentes.

Por isso, lançamos um concurso único com três lotes, porque a totalidade dos lotes aumenta a abrangência que poderão concorrer. Assim, estamos à espera do resultado do concurso. Entretanto vamos falar com o Presidente para fazer um arranjo, ainda que temporário. Julgo que o prazo de execução são 90 dias e com a escassez de materiais que vivemos, às vezes é difícil os empreiteiros concorrerem. Privilegiamos sempre os locais, fazemos consultas preliminares e consultas prévias, mas neste caso tivemos que alargar a hipótese de outros também concorrerem.

Quanto ao BUPi, iniciamos um processo de descentralização para que consigamos chegar a mais locais. Temos um grande desafio pela frente para conseguirmos inscrever o número de matrizes a que nos propusemos. Portanto, vai haver muito trabalho nesta área e julgamos que é um projeto importante para todos.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto* e ao facto de na Informação constar “trabalhadores”, há sempre espaço para correção. Quanto à existência de um sem-abrigo em Mirandela, temos identificada uma situação, um freguês de Alvites que entretanto regressou a Mirandela e que tem criado alguns problemas, sob o ponto de vista da gestão da própria personalidade. Tem sido muito difícil de gerir esta situação.

Não temos identificado um jovem que saiu dos Salesianos como sem-abrigo, temos identificada esta pessoa que tem casa em Alvites, mas não quer ir. É difícil a Ação Social e mesmo as autoridades exercerem alguma forma de pressão sobre ele. Julgo até que o Senhor Presidente de Junta de Alvites acompanhou durante bastante tempo este caso. São situações complicadas de resolver, mas a Ação Social está a acompanhar.

Em relação ao suplemento, vai ser pago a partir de janeiro de 2022. A informação da Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais ainda não foi entregue para o processamento dos salários, uma vez que esta informação tem que ser completa, porque o valor que vai ser pago, vai ser pago por dia efetivo de trabalho. Ou seja, não inclui fins-de-semana nem férias. Os suplementos só são pagos, é isso que está na Lei, sobre os dias efetivos de trabalho. Aguardamos a receção e logo que chegue vai ter efeitos retroativos a janeiro.

Quanto às competências no âmbito da COVID, acho que houve um lapso, porque em 2020 foi 1.300.000,00 € diretos e indiretos e em 2021 é que foram 411 mil euros. O Senhor Deputado disse ao contrário, mas o valor é o mesmo.

Fizemos uma candidatura onde colocamos todas as despesas que tínhamos tido e só recebemos, até ao momento, 61.684,00 €.

Em relação a algumas referências que fez de que a Câmara Municipal dispensou ou cedeu equipamentos de proteção individual a organismos que não são do Estado, efetivamente é verdade. Tivemos uma fase de muita dificuldade nos equipamentos de proteção individual e foi solicitado para garantia de saúde e proteção, quer dos trabalhadores, quer dos utentes, quer no Hospital Público, quer no Hospital Privado, em que havia dificuldade e também no Centro de Hemodiálise houve dificuldade para garantir o abastecimento. Aquilo que posso dizer é que, à data, havia riscos para a saúde dos nossos municípios e para os trabalhadores daquelas entidades e a Câmara decidiu ceder estes equipamentos de proteção individual, tendo como objetivo a garantia e a saúde dos nossos municípios.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, quer a COVID, quer a guerra, não são desculpas. Era bom que fossem somente desculpas. São realidade e é a realidade que vivemos. Desde o anterior mandato que todos vivemos esta pandemia e todos acompanhamos diariamente, há meses, esta situação. Os próprios empresários, as famílias, têm visto os preços dos combustíveis, das obras, tudo está efetivamente a agravar. Não são desculpas, Senhor Deputado, infelizmente é a realidade que vivemos diariamente. A Câmara Municipal tem que ser transparente, no sentido de dizer aquilo que conseguimos e vamos conseguir fazer, superando os desafios e as oportunidades, mas, acima de tudo, não deixar oportunidades de financiamento para concretizar projetos estruturantes. É esse o nosso desafio.

Em relação aos elogios, Senhor Deputado, julgo que o elogio é à própria Câmara Municipal, é a Mirandela e aos mirandelenses. Não são elogios particulares, que nós dispensamos esses elogios. É, de facto, um elogio à capacidade de resistência de todos.

Quanto ao “aparato”, tenho que ser muito sincera, porque tudo aquilo que é divulgado, fizemos quatro apresentações de obras, uma delas com impacto importante de apresentação, foi o Vale de Cerdeira, que é um projeto que foi feito na Câmara Municipal, onde se explicou para a população o projeto que estava feito, os transtornos que poderiam vir a ter durante o tempo de obra e o que estava previsto. É importante estar o empreiteiro, a população, o dono da obra, o fiscal, os técnicos, o gestor do contrato e é importante que haja esta proximidade e apresentação formal das obras. Acho que todos deveríamos ficar satisfeitos por estarmos a investir no nosso território dando melhores condições. Alguns projetos já são aguardados há anos. Com certa graça, achei estranho não falar das estradas municipais, ainda não fizemos nenhuma inauguração de estradas municipais, mas vamos fazer e acho que é com gosto que as populações acorrem a estas inaugurações, até porque são, muitas vezes, desejos de décadas à espera da obra ser realizadas.

Obviamente que num período de praticamente cinco anos não conseguimos resolver tudo, não conseguimos fazer tudo e certamente que erramos, como todos nós. Todos nós erramos, mas estamos convictos que a decisão é muito ponderada, é muito pensada, são avaliados os riscos de investimento, mas também não queremos ficar para trás, queremos ser competitivos num mundo global.

Por isso, hoje vamos apresentar a marca Mirandela e é mais um passo. Como disse a Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*: “Grandes conquistas começam com pequenos passos” e é isso que estamos a trabalhar.

Quanto ao Bairro do Pombal e Av. Camilo de Mendonça, apesar de ser desvalorizada pelo Senhor Deputado, é uma obra que orça em 900 mil euros na sua totalidade e é uma obra estruturante. Já estava aguardada há muitos anos e é uma via de acesso a locais estruturantes como as escolas. Portanto, não deve ser desvalorizada e, como disse há pouco, as obras não são dos Partidos Políticos. As obras são da Câmara Municipal e são, acima de tudo, das pessoas, de todos os mirandelenses, que para chegar até aqui conseguimos recuperar.

No que diz respeito à requalificação do celeiro de Torre de Dona Chama, como sabe, não há de todo competição entre duas obras. Nunca se deve desvalorizar, o celeiro esteve ao abandono durante muitos anos e, neste momento, está em condições de receber espetáculos mais que merecidos.

A estrada municipal, como expliquei há pouco, estamos a aguardar o projeto inicial da estrada e vamos, com toda a certeza, fazer aquilo que pudermos para elaborarmos o projeto, até com o apoio da Associação de Municípios, uma vez que nós, daquela dimensão, temos mais dificuldade em fazer projetos.

Em relação à Interface e à Estação Ferroviária, não se trata de engenharia financeira, bem pelo contrário. Se o Senhor Deputado estivesse atento, nós temos dentro do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano três grandes eixos. Aliás, este plano estratégico de desenvolvimento urbano, que foi ainda aprovado pelo anterior executivo, antes de 2017, é um programa que incide principalmente sobre Mirandela e, portanto, todas as obras têm que ser executadas em Mirandela. Tem o Plano de Apoio à Reabilitação Urbana, tem a Mobilidade Urbana Sustentável e tem as obras de Ação Social, chamada PAICD.

Dentro de cada um destes programas e eixos, aquele que tínhamos mais disponibilidade financeira era o da Mobilidade Urbana, por isso, o primeiro piso foi financiado pela Mobilidade Urbana e o segundo e o último piso da Estação Ferroviária foi financiado pela Reabilitação Urbana. Ou seja, não há aqui engenharia financeira nenhuma, fomos buscar dinheiro a diferentes eixos de

financiamento e foi aprovado pela CCDR, estão os dois em execução, a obra está a ser realizada pelo mesmo empreiteiro, tivemos foi que fazer uma reprogramação deste programa estratégico para podermos introduzir e colocar a Estação Ferroviária que não estava à data que foi aprovado o Plano Estratégico e consideramos que seria um edifício que devíamos reabilitar, porque mais uns anos e não tínhamos edifício. Portanto, não interessa ser da CP ou da IP ou da Câmara Municipal, não havia edifício e, por isso, fizemos um contrato por 50 anos, assegurando que o dinheiro que vamos investir, não para aquisição do próprio edificado, mas para investimento na sua reabilitação.

A aposta na Educação tem sido transversal a todos os investimentos, bem como a ampliação da zona industrial que já referi há pouco.

Não concordo que não saímos do mesmo sítio. Efetivamente hoje na Assembleia estamos todos no mesmo sítio, mas Mirandela tem estado com muita atividade. Estamos a sair de um tempo difícil, estamos todos a passar por períodos complicados.

Quando falamos em digitalização, temos um grande programa, ainda abriu ontem o financiamento ao PRR, de transição digital. Não é um mundo tão difícil e tão distante do nosso. A digitalização vai ser sempre o futuro.

Quando falei de um projeto comum com o Instituto Politécnico de Bragança e que falamos ao Secretário de Estado que recentemente esteve em Mirandela a propósito da inauguração do Espaço do Cidadão, também felicito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela pela inauguração do Espaço do Cidadão na Junta de Freguesia, está acessível a todos este no 9vo paradigma da digitalização e até do acolhimento de nómadas digitais.

Temos todas as condições, temos um IPB que está muito empenhado em que todos aqueles que queiram ficar em Mirandela possam ficar, em concreto numa área de atividade que eles são muito bons, que são os Jogos Digitais. Temos uma terra muito semelhante a Mirandela noutra país europeu que se desenvolveu à custa deste Cluster ou de outro nome que lhe queira chamar, muito baseada no conhecimento técnico e científico à volta destas matérias. Esta pode ser uma forma de acolher jovens numa área de atividade importante.

Em relação às Reuniões de Câmara e de Juntas de Freguesia, estamos disponíveis para fazer gravações. Como já dissemos, a gravação da Assembleia Municipal estará completamente disponível a partir de setembro. A gravação vai ter que ser de vários locais para poder transmitir em direto e filmar quem está no uso da palavra.

Quanto ao plano de regadio, temos um grupo de trabalho a elaborar um plano de regadio. Aliás, a Câmara Municipal nunca teve competências muito abrangentes na área da Agricultura, só muito recentemente está mais ligada à área agrícola e esteve até presente na Feira Nacional de Agricultura.

No que concerne ao Turismo e à nossa identidade, isso é mais que natural.

Relativamente à restauração, obviamente que gostamos de ver os nossos restaurantes com pessoas a investir, a degustar os nossos produtos, em concreto a alheira.

Não tenho uma imagem de Mirandela tão má como aquela que o Senhor Deputado quis dizer. Em cinco anos conseguimos ter uma cidade e um concelho muito próspero e de repente ficou tudo mal. Não consigo entender, a não ser uma visão muito partidária daquilo que é a nossa realidade.

Em relação aos fortes constrangimentos financeiros, acho que é transversal a todas as Câmaras do país. Nós numa situação mais difícil pelo endividamento que tínhamos e que todos conhecemos, aliás, quem conhece as contas da Câmara sabe que isto é verdade efetiva, mas não é por termos menos dinheiro que vamos deixar de ser competitivos, de investir, de projetar e de ver o futuro com otimismo.

Relativamente ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, dizer que houve realmente um aumento da dívida, aliás, não sei como é que os Senhores Deputados faziam obras sem as pagarem. Quando fazemos uma casa recorremos a um empréstimo bancário. Nós temos efetivamente feito muitas obras e para isso estamos a conseguir fazer, como disse, quer um plano de contenção de despesa extraordinária, e por isso também precisamos do apoio das Juntas de Freguesia, quer um plano de angariação de receita, no sentido de podermos equilibrar. É isso que estamos a fazer. Quem investe tem o dever de pagar e é isso que estamos a fazer, equilibrar entre aquilo que é possível e não perder oportunidades para o futuro.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma Interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, vamos descer à terra, ao mundo real e àquilo que são os anseios da população e da classe trabalhadora deste Município. Vamos deixar de encher a boca com os Clusters e falar daquilo que é real.

Senhora Presidente, os retroativos destes trabalhadores da Câmara Municipal, aprovados no orçamento de 2021, são seis meses e a Senhora Presidente vem dizer que “ainda estamos a mencionar os dias de feriados”? Isto é a coisa mais fácil. Os salários são pagos aos trabalhadores da Câmara pelos dias que trabalham. Quando se faz um mapa de pagamentos salariais dos trabalhadores da Câmara não se está a quantificar se trabalham ao sábado ou ao domingo. Não sei porque é que está um atraso tão grande. Isto é o mundo real das pessoas. Visto que estamos numa fase da vida nacional, económica e financeira difícil, como já foi aqui reportado, obviamente que este subsídio não é um exagero. Não se está a pedir mais do que aquilo que as pessoas merecem, porque foi aprovado em Orçamento de Estado.

Quero perguntar concretamente, Senhora Presidente, quando é que vai começar a pagar isto às pessoas? Porque isto é que é o mundo real, não é o que se vai fazer daqui a um ano, não são os Clusters, é o mundo real, é este dinheiro que as pessoas precisam, porque é um direito que têm.

Gostava de ouvir a Senhora Presidente sobre quando é que vai começar a pagar. É no mês que vem? É daqui a dois meses? Diga-nos concretamente quando é que vai começar a pagar.

Isto é o mundo real, não vamos fazer invenções e não estar à espera aqui do Pai Natal com justificações que não são justificáveis.

Outra coisa que a Senhora Presidente não respondeu e gostava que me respondesse, mas vou tentar dar-lhe uma resposta mais concisa à resposta que não e deu. Em relação à questão da COVID é importante sairmos desta sala com consciência do que estamos aqui a falar.

A Senhora Presidente gastou com a COVID, nos dois anos, 1.700.000,00 €, pelos números que deu. Fez uma candidatura, não disse qual foi o valor dessa candidatura e eu gostava de o saber para saber a quem posso pedir responsabilidades. Se é ao seu Executivo ou se é ao Estado Central, ao Governo. Fez uma candidatura, não disse qual foi o valor dessa candidatura, e que recebeu 61.680,00 €. Ou seja, em grosso modo, estamos a falar num dívida que o Estado Central tem para a autarquia de 1.640.000,00 €.

Portanto, gostava de saber da Senhora Presidente qual foi o montante da candidatura que fez para receber só 61.680,00 € e qual é a dívida que o Estado Central tem para esta autarquia daquilo que foram os apoios que foram perdidos por esta autarquia e aquilo que o Governo se comprometeu em participar a despesa da COVID.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma Interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, caiu por terra a crítica que lhe fazíamos de não tratar da vida e do dia-a-dia dos estudantes do IPB em Mirandela, que se viam obrigados a mudar de cidade, tendo em conta os custos praticados com a habitação. Esta residência de estudantes de 160 camas espero que seja em número suficiente para colmatar as dificuldades daqueles alunos que são mais carenciados. Parabéns pela resolução deste problema.

Outra coisa Senhora Presidente e Senhor Presidente da Assembleia, quando vejo aqui um Presidente de Junta a fazer críticas ou a lamentar-se de algumas situações que não estejam a ser desenvolvidas da forma mais correta, sendo um Presidente de Junta que normalmente tem um canal de comunicação direto com a Senhora Presidente da Câmara e com todo o Executivo, porque não é só de feiras, dizer que tem um problema gravíssimo para resolver, que é a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão, que não sabe nem tem respostas atualizadas para poder dar à população sobre tudo o que é parque eólico que é instalado na Serra de Santa Comba.

Não consegui obter a informação de quanto é que o parque eólico já pagou à Câmara Municipal de Mirandela, isto é muito importante, e em contrapartida fez outra proposta na obtenção de 500 mil euros de contrapartidas a favor da sua população e também não obteve resposta da Senhora Presidente da Câmara. Isto é muito preocupante.

Não vou fazer campanha eleitoral, porque não estou em campanha eleitoral, mas, Senhora Presidente de Junta, tem a porta aberta do meu Partido para conjuntamente com a atual Junta de Freguesia, como já fizemos com outras, partir para uma luta de fúria e fogo para saber o que se passa com o parque eólico da Serra de Santa Comba que não dá as devidas participações à sua população.

Senhor Presidente da Assembleia, visitamos há relativamente pouco tempo a ULS do Nordeste, onde fomos recebidos pelo conselho de administração. Tomei conhecimento que o Distrito de Bragança tem uma carência na ordem de 20% de médicos de família, quando nos foi dito na reunião, salvo erro, que a ULS do Nordeste tinha uma cobertura de 98%. Uma vez que a Senhora Presidente falou no carro da saúde, no tal propagandeado carro da saúde, agora ainda mais a sério, se isto não nos preocupa, sob pena da nossa população estar desamparada por aqueles que devia estar fortemente amparada num período tão difícil.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, relativamente à questão que aborda das eólicas, a Mesa irá pedir os devidos esclarecimentos ao Executivo Camarário e concretamente à Senhora Presidente e, em sede própria, apresentar-lhe-á os esclarecimentos que pediu.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Jorge Humberto*, quem parece que não está no mundo real é o Senhor Deputado. Isto porquê? Relativamente aos trabalhadores, não há ninguém mais preocupado com os trabalhadores e com as condições de trabalho e de segurança dos trabalhadores que o Executivo Municipal e que os responsáveis, por aqueles que trabalham em áreas mais perigosas, em áreas mais suscetíveis de outros riscos - riscos biológicos, riscos físicos e riscos químicos - e é por isso que houve uma avaliação de risco e ficou decidida e aprovada a questão relacionada com o subsídio de penosidade e salubridade.

Este atraso tem a ver com a listagem de trabalhadores incluídos, tem a ver com os dias de trabalho. Tivemos muitos trabalhadores que estiveram ausentes, por COVID, em especial em alguns setores e não queremos, de todo, estar a pagar erradamente a uns em detrimento de outros. Portanto, isto foi aprovado em reunião de câmara de março e estamos em crer que no próximo mês, este mês foi um mês de subsídio de férias, vamos proceder ao pagamento deste subsídio com retroativos a partir de janeiro.

Relativamente ao Planeamento Estratégico, não é preciso fazermos/executarmos aquilo que é o dia-a-dia e as funções normais do Executivo e deixarmos de fazer aquilo que é fundamental em qualquer Município ou organização, que é o planeamento. O planeamento permite-nos antecipar problemas, permite-nos orientar a estratégia e, acima de tudo, permite-nos também focalizarmo-nos naquilo que é mais importante e de interesse para as populações, adaptando aquilo que são as necessidades ao nosso orçamento.

Por isso, não julgo que “encher a boca com os Clusters” seja mau de todo. Tem a ver com onde queremos estar daqui a uma década, o que é que queremos trabalhar efetivamente sem deixar de valorizar os recursos humanos que trabalham na autarquia.

Reparem, já tomamos algumas medidas preventivas, os nossos trabalhadores sabem bem, no sentido de acautelar dentro deste plano de contenção. Uma das medidas que estamos a implementar, por exemplo, é a colocação de um sistema, que já existe em muitas empresas e em muitas Câmaras, de geolocalização das viaturas. Isto porquê? Tem várias vantagens. Tem a vantagem de podermos controlar os consumos de combustíveis, saber onde é que está quando há uma avaria, tudo aquilo que tem a ver também com a segurança das pessoas.

Por isso, agradecer, acima de tudo, e passo já a dizer que em relação ao parque eólico a Mesa da Assembleia vai ser informada muito rapidamente, porque o Senhor Deputado *Jorge Humberto* já fez um pedido sobre essa situação e já temos a documentação preparada para enviar. Portanto, assim poderão debater essa questão na Comissão Permanente relativamente ao parque eólico.

Relativamente ao parque eólico acho que já respondi.

Em relação à COVID-19, a candidatura foi nos equipamentos de combate à doença, equipamentos de proteção individual, recebemos 61 mil euros, 100% de elegível. Foi um aviso do Fundo Social 99202101 que financiou dispositivos médicos, EPI's, testes, medicamentos e ações de sensibilização.

Há efetivamente despesas que não estão financiadas, podemos juntar tudo aquilo que foi consumido e enviar para o Senhor Presidente da Assembleia para o Senhor Deputado ter conhecimento de tudo aquilo que foi gasto diretamente, ou seja, investimento direto na pandemia.

Esta opinião, tenho que partilhar convosco, tem a ver com todo o investimento que foi feito durante a pandemia, que não poderia deixar de ter sido feito.

Tivemos muitos gastos no transporte das pessoas para vacinação, por exemplo. Transportamos muitas pessoas das aldeias, nós diretamente ou os Bombeiros. Tem ido na informação à Reunião de Câmara tudo aquilo que faz o Posto de Comando Operacional, que entretanto já foi desativado, mas continuamos a assegurar o transporte de todos os municípios que contactaram a Proteção Civil para fazer o transporte.

Relativamente ao Senhor Deputado Paulo Pinto, dizer que a residência de estudantes é uma candidatura do IPB, nós participamos na fase de discussão. É uma candidatura que tem dois polos, que é o Hotel Mira-Tua, que são 60 camas em renovação e 120 camas na nossa residência. Portanto, não são 160, são 180 camas. Estas já passaram à segunda fase, estão muito bem classificadas, em particular o Hotel Mira-Tua. Como é PRR há um financiamento a 100%, mas a execução tem uma data limite.

Em relação à Senhora Presidente da Junta de Freguesia, quanto às críticas, acho natural os Presidentes de Junta de Freguesia fazerem críticas, acho até saudável. Estranhava sempre como é que nos anteriores executivos não havia críticas dos Presidentes de Junta de Freguesia, ou seja, estavam sempre a concordar com o executivo.

Acho muito bem que os Presidentes de Junta de Freguesia venham reclamar pelas suas populações, pode não haver concordância absoluta, mas fariam noutras instâncias, não fariam na Assembleia Municipal e a democracia existe para haver críticas, para haver discussão e para encontrarmos soluções entre aquilo que são os interesses das populações e para as populações.

Assim, acho que o facto de haver críticas é muito saudável e agradeço que todos aqueles que tenham críticas, mas que também tenham coisas boas que vão acontecendo, todos têm coisas boas que foram acontecendo. Desde 2017 que as Juntas de Freguesia vivem com alívio financeiro e já foi reconhecido até por Presidentes de Junta que não são deste partido, mas são pessoas responsáveis e que reconhecem o trabalho que tem sido feito em prol da coesão territorial.

Relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia, não conseguiu obter essa informação, essa informação acho que estará toda disponível. Toda a informação que as Juntas de Freguesia têm sobre este processo está nas Juntas de Freguesia, toda a informação que a Câmara tem sobre este processo está na Câmara Municipal.

As Juntas de Freguesia têm uma total autonomia administrativa e financeira, a Câmara Municipal também é uma entidade local como as Juntas de Freguesia são entidades locais. Trabalhamos em conjunto, trabalhamos em parceria e vamos continuar a trabalhar e todos os Presidentes de Junta sabem que têm a porta aberta na Câmara Municipal.

Neste caso e a este tempo de mandato, acho que não vale a pena estarmos com estas preocupações, sob o ponto de vista partidário.

Quanto à visita à ULSNE, não conheço precisamente aquilo que foi dito, mas continuo a estar disponível para as críticas e para responder às vossas questões.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, mas ficou implícito nas palavras da Senhora Presidente que o PCP está contra aquilo que foi o apoio da Câmara Municipal no apoio à questão de emergência da COVID. Não estamos contra esse apoio. A única coisa que não esperava aqui era que a Senhora Presidente da Câmara fosse advogada de defesa do Governo e não estou para aceitar essa condenação ou minimizar aquilo que foi o trabalho do executivo desta Câmara no apoio a uma emergência nacional.

O que eu queria ouvir da Senhora Presidente, foi isso que lhe pedi, não mais do que isto, foi que a contratualização e aquilo que foi proposto aos Municípios, pelo Estado Central, porque aquilo que fica aqui demonstrado é que o Estado Central desresponsabilizou-se de um trabalho que era da sua competência, que era o apoio num estado de emergência às populações. Passou essa transferência de competência ou de responsabilização para os Municípios, e bem, ninguém está contra isso. Eu quero é saber qual foi o compromisso que o Governo teve com este Município, para não falar dos outros. Este Município gastou 1,7 milhões de euros no apoio à COVID às populações, e bem, o PCP e a CDU não está contra isso. Eu quero é saber como é que uma Câmara Municipal fica com um buraco de 1,6 milhões de euros quando o Estado só comparticipa com 61 mil euros. Quando aquilo que nós ouvíamos na televisão, pelo Governo, é que estes apoios às Câmaras Municipais, exatamente pela desresponsabilização que o Estado teve neste apoio, ia pagar às Câmaras Municipais aquilo que foi o esforço financeiros que as Câmaras fizeram, ou seja, quando a Senhora Presidente me diz aqui que só recebeu 61 mil euros de um gasto de 1,6 milhões de euros, quero saber qual foi o acordo que a Câmara Municipal, este Executivo, fez com o Estado Central, Governo, e qual foi o montante da candidatura que o Governo sujeitou à Câmara Municipal, para eu perceber amanhã ou passado e dizer se a responsabilidade do buraco financeiro que esta Câmara Municipal tem é da sua responsabilidade ou é do Governo.

Não quero que a Senhora Presidente seja advogada de defesa do Governo. Eu quero é que cada um assuma as suas responsabilidades, porque amanhã a Senhora Presidente vai ser acusada de um buraco financeiro do qual a responsabilidade não é sua, é do Governo, porque faltou à palavra consigo. É só isto que quero obter da Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De forma muito rápida, dizer que o Município teve custos, mas as Juntas de Freguesia também tiveram custos. Ou seja, houve um investimento também das Juntas de Freguesia. Não digo que todas tenham investido da mesma maneira, porque depois também há opções estratégicas, em função do território e dos problemas que cada Junta teve. Houve um investimento de toda a administração

local no combate à pandemia. Para além daqueles investimentos, que chamo investimentos diretos, ainda hoje estão na ULS pequenos pavilhões nossos, que eram para colocar noutros locais, para a área de COVID.

Se me disserem “é efetivamente o bem maior da saúde”, é verdade.

Não sou advogada de defesa do Governo. Aquilo que lhe posso dizer é que tudo aquilo que pudemos candidatar nós candidatamos. Houve Municípios que fizeram um investimento muito grande em testes, nós tivemos algum investimento, mas houve efetivamente Municípios que fizeram testes gratuitos, como depois o Governo acabou por fazer.

Portanto, todo este processo da pandemia foi uma luta de todos, autarcas, população, saúde, Municípios e também do Ministério da Saúde.

De qualquer forma, esta avaliação está feita, os custos estão identificados e podemos enviar toda essa documentação para o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

4.2 - Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela.

----- Foi presente uma Nota Explicativa sobre a Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, com o seguinte teor:

“NOTA EXPLICATIVA

Por força do Parecer da CCDR-N – Informação n.º INF_DSAJAL_TR_3606/2022 – Processo n.º 2022.03.08.9390, de 17-03-2022, procede-se à alteração/atualização da competência da Assembleia Municipal em matéria do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança – alínea i) do n.º 2 do art.º 2.º.

Artigo 2.º

Competências de apreciação e fiscalização da Assembleia Municipal

2. Compete ainda à Assembleia Municipal:

(..)

- Anterior redação:

i) ~~Elaborar e aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;~~

- Nova redação:

i) Apreciar e aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 6.º da Lei n.º 33/98, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 32/2019, de 4 de março;

No uso de abertura do processo de revisão do Regimento procedeu-se à atualização do funcionamento da Comissão Permanente no âmbito do seu trabalho.

Da comissão permanente dos grupos municipais.

Artigo 55.º - Funcionamento

- Anterior redação:

8. *As recomendações da Comissão Permanente, na falta de consenso, são tomadas por maioria, estando representada a maioria absoluta dos membros da Assembleia em efetividade de funções.*

- Nova redação:

8. *As **propostas** e recomendações da Comissão Permanente, na falta de consenso, são tomadas por maioria, estando representada a maioria absoluta dos membros da Assembleia em efetividade de funções.”*

----- O Senhor Deputado Municipal AGOSTINHO BEÇA (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre este assunto, não posso deixar de manifestar o meu agrado pela cortesia com que o Senhor Presidente da Mesa e a própria Mesa conduziram este processo até chegarmos aqui. Realço também a simpatia do meu camarada e amigo José António Ferreira e cito as suas palavras na Assembleia Municipal de 20 de dezembro da 2021, sobre esta matéria e diz ele assim: “... *De qualquer das formas, importa dizer que o Regimento é um documento dinâmico e aberto, estando sempre sujeito, quando assim se justificar, ou se julgar conveniente, ao seu aperfeiçoamento, sendo o seu resultado aquilo que a Mesa e os Grupos Municipais entenderem ajustado e mereça a concordância do Plenário.*”, fim de citação. Agi exatamente nesse sentido, procurando o aperfeiçoamento do Regimento.

Devo também agradecer aos Juristas que me apoiaram na construção da argumentação que, sobre esta matéria apresentei.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada Senhor Deputado *Agostinho Beça*, a Mesa também reconhece as suas palavras.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ MESQUITA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A bancada Municipal do CDS/PP nunca se oporá a essas alterações do Regimento, entende que todos estão de muito boa fé e portanto, tudo o que possa ser feito é correto e é exatamente com base nisso e eu peço desculpa à Senhora Primeira Secretária da Mesa, que na alínea e) do artigo 31.º que diz: “Uso da palavra pelos membros da Assembleia – Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o Município...”.

Com base nisto e depois de saber hoje já depois de almoço, que este Município se comprometeu a dar 100 mil euros anuais à Fundação Serralves, cuja ligação eu não vejo para com o Município de Mirandela, é por essa razão que vamos continuar a apresentar a nossa Proposta em relação ao pagamento das refeições escolares, porque este artigo confere-nos esse direito. Não será uma Proposta nossa, mas de todos aqueles que entendam que temos alguma razão para lutar por isso. Isto é uma “casca de alho” comparada com este subsídio para alguém que não nos diz rigorosamente nada, pelo menos pessoalmente. Vou entregar isto como Proposta.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para informar toda a Assembleia do que o Senhor Deputado *José Mesquita* está a falar, tem a ver com uma Proposta que foi apresentada à Mesa, no sentido de votar a comparticipação na totalidade das refeições escolares. Aquilo que a Mesa perguntou ao Senhor Deputado, nunca dizendo que não colocaria naturalmente nenhuma Proposta a votação, é que entendia que, não competia à Assembleia Municipal imiscuir-se naquilo que são as orientações de gestão da Vereação da Ação Social em causa, mas se o Senhor Deputado ainda assim entende que quer submeter a votação, a Mesa submete, foi apenas o que lhe disse, o que lhe disse repito, entendeu a Mesa que poderia ler-se como uma recomendação.

Neste caso poderemos até, inclusivamente, votar a aceitação ou a não aceitação da Proposta e depois a aprovação ou não da Proposta. Eu a única coisa que lhe disse foi que a Mesa entendia que é um assunto do Executivo, apenas isso e nada tem a ver com o fundamento daquilo que foi também o interesse executivo que viu na questão cultural do Protocolo, não foi uma Proposta do Senhor Deputado, foi uma Proposta do Executivo. O Executivo entendeu, na sua ação executiva, propor à Assembleia Municipal um Protocolo com uma entidade externa, no entanto, findo o Ponto que está a votação, vou ler a Proposta.

Também lhe queria dizer Senhor Deputado, que podia fazer esta mesma Proposta nos Outros Assuntos de Interesse para o Município, porque na verdade nós estávamos a votar a Alteração ao Regimento, aceite completamente a sua Proposta, pese embora também deva dizer-lhe que a interpelação à Mesa está completamente desenquadrada daquilo que é o Ponto que esta a votação e não era naturalmente uma inscrição para falar do Ponto em causa. Quer interpelar a Mesa Senhor Deputado?

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, no meu entendimento e poderei estar completamente enganado, mas quer-me parecer que qualquer acréscimo de despesa implicaria uma Alteração Orçamental e eventualmente, mesmo para ser discutida aqui, um cabimento prévio e todos os procedimentos contabilísticos que são inerentes a um aumento de despesa. Assim, como é que pode a Assembleia Municipal deliberar uma coisa desta natureza? O que eu proponho, no fundo, para procurar até ultrapassar isto, é que a Proposta seja aceite para análise apenas, ou então como recomendação.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado foi precisamente isso que a Mesa sugeriu ao Senhor Deputado Municipal *José Mesquita*, o Senhor Deputado insiste na colocação da Proposta a votação e é um direito de todos os Senhores Deputados, a Proposta ou é aceite ou não é aceite.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas não pode, coloca-nos a todos numa situação de ilegalidade. Pode ser votada uma proposta que não tenha implicações, a meu ver, que não tenha implicações do ponto de vista contabilístico e financeiro, parece-me a mim, se não eu também venho aqui propor que seja votado um financiamento para uma das atividades que eu procuro desenvolver.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente permita-me, aquilo que eu queria falar, é uma questão de agilização do que estamos a fazer, estamos num assunto que tem a ver com o Regimento, acho que primeiro deve votar-se a Proposta de Alteração ao Regimento e esta Proposta vem precisamente no Período de Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, a confusão veio da sua Bancada, quem interrompeu o decurso dos trabalhos foi a sua Bancada, a Mesa até está a ser relativamente generosa, no sentido de aceitar interpelações a quem não está inscrito.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desculpe, a Mesa ouvia o que o Senhor Deputado disse e tomava a decisão de avançar com o Ponto e depois é que ia à Proposta.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com certeza, vamos votar o Ponto que estava a discussão.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar Proposta de Alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela.

4.3 - Proposta de Designação de Fiscal Único para o ano económico de 2022 – “Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA”.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05/05/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar apresentar à Assembleia Municipal de Mirandela, para sua votação, nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por ser sua competência, a designação de António Fernando Ledo de Matos, contribuinte n.º 144315157, com sede na Avenida D. Dinis, n.º 25, 2.º, 5000-600 Vila Real, como Fiscal Único para o ano económico de 2022 da “Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA” e de José Alberto Figueira da Fonseca Lima, contribuinte n.º 115408282, com sede no Largo do Desterro, Bloco 1 Sobreloja Dta, Lamego, como Fiscal Único Suplente, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a designação de António Fernando Ledo de Matos, contribuinte n.º 144315157, com sede na Avenida D. Dinis, n.º 25, 2.º, 5000-600 Vila Real, como Fiscal Único para o ano económico de 2022 da “Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA” e de José Alberto Figueira da Fonseca Lima, contribuinte n.º 115408282, com sede no Largo do Desterro, Bloco 1 Sobreloja Dta, Lamego, como Fiscal Único Suplente.

4.4 - Proposta de Designação de Fiscal Único para o mandato 2021-2025 - Resíduos do Nordeste, EIM, S.A..

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19/05/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar que seja submetida para deliberação da Assembleia Municipal de Mirandela a designação de «Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C., Lda., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, com domicílio profissional na Rua do Loreto, 120 – Sobreloja, 5300-189 Bragança, pessoa coletiva n.º 502 525 410 matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Águeda sob o n.º 1526/19910325, com o capital social de € 5.000,00 (cinco mil euros), representada por Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues – ROC n.º 1047» como Fiscal Único da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. para o quinquénio de 2021/2025, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 55 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a designação de «Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C., Lda., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, com domicílio profissional na Rua do Loreto, 120 – Sobreloja, 5300-189 Bragança, pessoa coletiva n.º 502 525 410 matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Águeda sob o n.º 1526/19910325, com o capital social de € 5.000,00 (cinco mil euros), representada por Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues – ROC n.º 1047» como Fiscal Único da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. para o quinquénio de 2021/2025.

4.5 - Prestação de Contas Consolidada – 2021 – Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A., Agroindustrial do Nordeste, EIM, S.A e Resíduos do Nordeste EIM, S.A..

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/06/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e duas abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Prestação de Contas Consolidada – 2021 – Metropolitan Ligeiro de Mirandela, S.A., Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. e Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto este Ponto nem sempre é levado ao limite a sua discussão, mas relembro que esta é a parte empresarial do Município de Mirandela, para qual os Municípios enquanto entidades públicas não estão nada vocacionados, portanto, podíamos até iniciar aqui um discurso ideológico, se é que as Câmaras Municipais estão vocacionadas para gerir parques industriais, parques tecnológicos, empresas, matadouros? Parece-me que não. Porque é um problema que realmente a Câmara Municipal de Mirandela tem e que há três, quatros anos a esta parte as novidades são nenhuma, ou quando há novidades são negativas, porque de facto os equipamentos continuam-se a degradar de dia para dia.

Sobre o Metropolitan Ligeiro de Mirandela, não há vontade política do Governo para que de uma vez por todas a linha do Tua possa estar licenciada e as carruagens e as máquinas a vapor, que se encontram lá em baixo na Estação de Caminho-de-ferro, comecem a laborar na linha do Tua e a favor do turismo do Vale do Tua, não há vontade política!

Aquilo que eu sei, é que pelos vistos o operador está de mãos cheias de dinheiro de participações à época por parte da EDP, que é muito bom a licenciar barcos, muito bom a tratar do turismo, mas naquilo que tem a ver com os comboios não percebe nada disto, como é que uma empresa tão grande, que é capaz até de comprar até canais de televisão privados, não consegue por um comboio na linha do Tua a laborar e a favor do turismo em Mirandela.

Senhora Presidente da Câmara, se a Senhora Presidente da Câmara não consegue conjuntamente com tanta gente poderosa, diga-me qual é o futuro do Metro Ligeiro de Mirandela? Pois já não é mais Metro Ligeiro de Mirandela, porque estava vocacionado para a ferrovia e hoje está na rodovia! Não sei se há mais algum caso no país, mas este é único! Quer dizer que se desvirtuou no tempo.

Senhora Presidente, para quando o Metro de Superfície de Mirandela? Ou para quando as carruagens da linha do Tua, do Vale do Tua, vão trabalhar a favor do Vale do Tua, de Mirandela e do turismo de Mirandela?

Julgo que existem todas as condições e mais algumas políticas, mas parece-me a mim que não basta, tem de haver aí um passe de mágica, porque nós estamos é a precisar mesmo é de um passe de mágica a favor deste concelho. E digo-lhe mais senhora Presidente, quando a desafiei para se tornar uma líder regional, é porque só a política e fazendo política a sério é que as preocupações e os anseios dos mirandelenses podem ser resolvidos, não é fechados num gabinete, mudos e calados, que alguém nos vai ouvir e que vai resolver os nossos problemas quando nós não os manifestamos, ou se os manifestamos é em surdina, sem barulho na rua e sem as populações a apoiar-nos politicamente.

Senhora Presidente, sobre o Matadouro, aprovamos um ano antes das eleições, ou até já no último ano, um Plano de Revitalização, já nem sei se o Matadouro do Cachão suporta um plano de reestruturação, se não suporta, se está condenado ao fracasso, entretanto a concorrência sei que é muita, pergunto-lhe se o Plano Económico e Desenvolvimento Estratégico do Matadouro do Cachão elaborado pelo Dr. *Peixinho*, se está a produzir resultados? Não está a produzir resultados, ou o Plano é fraco, ou são os gestores e nem sei se o novo gestor que porventura queria nomear para o Complexo Agro-Industrial do Cachão estaria vocacionado para gerir também este equipamento, não conseguiu ficar em Miranda do Douro, porque é que havia de ter espaço em Mirandela?! Mas é a política! E agora não falo mais, mas poderei falar mais tarde, como se não houvesse gestores de “ponta” em Mirandela! Mas é a política a falar no seu melhor! Eles encobrem-se todos, é por isso que eu duvido se eu sou político ou não.

Em relação à AIN, Senhora Presidente, é assim, o que é que se passa com a AIN?! Eu li aqui nesta página, isto nem tem páginas, é um Relatório sem páginas, é mesmo, é um Relatório sem páginas, deve ser para inteligentes! E então, “a AIN ainda não ter aplicado na conta de gerência de 2021 as disposições relativas ao novo normativo contabilístico SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas e conseqüentemente não ter preparado as demonstrações orçamentais”, não há contas da AIN, Senhora Presidente? Há. Não estão é de acordo ainda com este normativo, é? É preciso mais um funcionário? Mete-se! Então o que é que falta? Ainda por cima estiveram fechados com a Covid-19, podiam ter feito logo relatórios avançados, não havia números! E depois outra coisa Senhora Presidente, quanto à AIN, foram instaladas novas empresas? Foram feitos melhoramentos por conta do Plano de Revitalização? O Plano Estratégico da CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes que custou 51 mil euros mais IVA, é para meter na gaveta? Dá para vender? Dá para ir junto de grupos económicos e grandes investidores para que se possam interessar por este equipamento? Ou será que a maior parte dos equipamentos que lá está estão todos hipotecados à Banca? A maior parte deles com penhoras, que o problema é ainda maior.

Senhora Presidente, que não seja desculpa para a Diplomacia Económica, que disse aqui nesta Assembleia Municipal em 2018, que gostei tanto de a ouvir dizer e que gostava muito que fizesse, porque é a única coisa que pode melhorar o dia-a-dia dos mirandelenses de forma significativa, acima de tudo para sermos mais, mais pessoas e mais empresas, Diplomacia Económica, tem a ver com o Eixo 1 do Orçamento de 2022, onde fala em emprego, competitividade e inovação.

Este assunto, eu acho que é muito sério, sob pena de às vezes nos perdermos aqui com outros assuntos, andamos aqui numa luta política, mas que lá fora ninguém nos ouve, mas este assunto eu acho que é da extrema importância, espero continuar por aqui para me dedicar a este assunto com mais tempo e com mais dados. Não para a atacar politicamente, mas para resolvermos um problema da Câmara Municipal de Mirandela, onde uma empresa de renome como é a AIN e o Matadouro do Cachão, possam efetivamente ser referências deste concelho.

É só isto Senhora Presidente da Câmara, agradecia as explicações que nos pudesse facultar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em resposta à Consolidação de Contas, falou-se muito na estratégia e pouco nas contas, mas aquilo que lhe posso dizer e posso começar já pelo Matadouro e pela AIN, são duas empresas, a AIN é detentora de 100 % do Matadouro e todos conhecemos o histórico do Cachão, julgo que todos nós temos consciência do descalabro financeiro que houve neste Complexo, por diferentes motivos e até é curioso e até surpreendente, dizer o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, que esteve tantas décadas de governação na Assembleia Municipal, vir falar do descalabro, tanto em relação à AIN, como ao Matadouro Industrial do Cachão e ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela, o descalabro dos últimos três ou quatro anos, como se não existisse um passado que é naturalmente, da responsabilidade de todos, não me estou a demitir de responsabilidades, é verdade que eu na altura não era Presidente da Câmara, mas também estive aqui na qualidade de Vereadora da Oposição e sei bem as dificuldades, que à data, o Executivo tinha para gerir estas empresas, não só o Matadouro, a AIN, o Metropolitano Ligeiro de Mirandela, com as suas particularidades, mas também outras situações que no passado foram mal geridas e já aqui falamos nelas, mas que, nos últimos quatro anos caminhou-se muito no sentido da resolução de muitas daquelas atividades e podemos falar por exemplo, na Associação Comercial e Industrial de Mirandela que tinha dívidas que superavam os 250 mil euros, eram quase 300 mil euros de pagamentos que a Câmara Municipal se comprometeu a fazer.

Isto só para vos explicar duas situações, em relação ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela e conjuntamente com gente do poder, já hoje foi aqui referido o Senhor Presidente da Junta com o seu estatuto de poder, o poder é sempre relativo e é sempre efémero, por isso a sensação de poder é poder resolver as situações e encontrar soluções, não é criticar por criticar. Existe efetivamente outro Metropolitano, que é o Metro do Mondego, tem uma situação semelhante à nossa e que neste momento está a fazer transporte rodoviário. Efetivamente, tudo aquilo que foi na altura negociado e foi por um Executivo PSD, foi uma contrapartida daquilo que foi a construção da barragem, pelo Plano de Mobilidade do Tua, um Plano de Mobilidade do Tua muito ambicioso que até tinha um teleférico, entretanto o teleférico foi posto de lado e ficamos com a mobilidade a barco, o transporte turístico e também a mobilidade pela ferrovia.

A Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, que foi a entidade que ficou com as contrapartidas e a gestão das contrapartidas, tem feito um esforço muito grande, onde o Município de Mirandela está representado, tem feito um esforço muito grande e já investiu mais de 1 milhão de euros na reabilitação da linha. Tem sido referido em todos os órgãos de comunicação social, a dificuldade que temos de certificar a linha e para além de certificar a linha, a adaptação daquilo que são os materiais de transporte, quer as automotoras, que neste momento ainda pertencem ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela, que nunca foram pagas à CP, e portanto, o Metropolitano Ligeiro de Mirandela ainda tem essa dívida com a CP, duas delas foram as acidentadas já foram vendidas e a situação das outras duas já foram aprovadas para serem vendidas à Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, para quando o Sistema de Mobilidade do Tua estarem a funcionar e estamos a falar de assuntos muito sérios, porque tem sido feito um esforço da parte da Agência e não estamos fechados num gabinete, estamos efetivamente a trabalhar, nós Mirandela e os outros quatro Municípios que fazem parte da Agência, para que se desenrolem os problemas burocráticos que a certificação da linha tem, muito motivados por ser uma linha estreita, com muitos declives rochosos e ainda, com a agravante de termos tido os dois acidentes mortais, cujo processo ainda decorre em Tribunal e o Metropolitano Ligeiro de Mirandela está envolvido.

O Metropolitano Ligeiro de Mirandela tem três operadores de ferrovia, tem um administrativo e tem dois condutores motoristas, são quadros do Metropolitano e o Metropolitano tem feito um esforço muito grande para manter os postos de trabalho e assegurar a mobilidade que vai para além do concelho de Mirandela, a mobilidade quotidiana.

Ainda há pouco tempo dei uma entrevista a um órgão de comunicação social, dizendo que, era uma vergonha todo este processo, uma vez que há muitas entidades e não conseguimos resolver e encontrar soluções para que o comboio que vem e que cujo último posto é aqui em Mirandela, seja definitivo. Também houve aqui uma alteração que foi a venda das barragens ao Grupo *Engie*, à *Movhera* e portanto, neste momento temos outro associado que faz parte da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua.

Relativamente ao Plano Estratégico da CIM-TTM, é um plano estratégico para todo o Complexo do Cachão, não é um Plano só para o Matadouro, o Matadouro, como sabem, é um matadouro com muitas deficiências estruturais, com custos excessivos de manutenção e tem outros problemas de natureza em todo o Complexo, redes antigas, infraestruturas danificadas, e portanto este Plano, estamos a fazer tudo para que possa ser enquadrado no próximo Quadro Comunitário de Apoio, uma vez que no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência não é elegível, dentro de um programa de centros tecnológicos, dentro do agroalimentar, porque foi essa sempre a vocação.

Quanto ao SNC-AP, efetivamente a AIN não teve condições para implementar o SNC-AP, já o Metropolitano Ligeiro de Mirandela não é obrigado a ter, mas estou em crer que o novo Conselho de Administração vai conseguir implementar esta metodologia contabilística, para que nós possamos fazer a Consolidação de Contas, dentro das duas consolidações orçamentais e financeiras.

Dentro da Diplomacia Económica, emprego, competitividade e inovação, ainda bem que falou nisso, porque é efetivamente essa a nossa estratégia para conseguirmos ser atrativos e por isso estamos a investir e estamos motivados para encontrar aquilo que são os nossos compromissos também, de um centro de negócios aqui em Mirandela. Obviamente contamos com o apoio da Oposição do maior Partido, para chegarmos a bom porto e termos como objetivo final o acolhimento de novas empresas e mais postos de trabalho.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tendo em conta que estamos num Ponto de tomada de conhecimento, parece-me oportuno resolvermos a situação neste momento, já que o próximo Ponto é um Ponto a votação da Proposta do Grupo do CDS/PP, para podermos fazer o enquadramento geral, eu vou passar a ler a Proposta e depois explicar, porque é que não podemos aceitar a Proposta.

A Proposta diz então o seguinte:

“Proposta

Como é sabido, o concelho de Mirandela é composto por trinta (30) Freguesias. Tem uma cobertura escolar constituída por um Agrupamento, com um polo até ao nono ano na vila de Torre de Chama e duas escolas profissionais.

O Agrupamento, em todos os níveis de ensino, é frequentado por um número aproximado de 2.200 alunos.

É do domínio público que cada refeição por aluno é custeada em parte pelo Governo, ou seja, em 1,40€ e o restante, concretamente 1,46€ pelos pais ou familiares dos alunos.

Neste momento chegou ao nosso conhecimento que as empresas que fornecem as refeições pretendem aumentar os preços das mesmas, o que, valha a verdade, não é surpreendente.

Na situação atual e como flui do já acima exposto, uma família com um filho na escola paga 1,46€ por cada refeição.

O período de aulas decorre durante 30 semanas, 5 dias por semana, o que perfaz um total de 150 dias por ano. Isto, multiplicado por 1,46 por refeição conduz a um custo global anual de 219€ por aluno.

Considerando o número de alunos (2.200) e visto o custo anual de cada um (219€) conclui-se que há uma despesa anual de 480.000,00 €, suportado pelos pais.

Ora é inequívoco que no momento presente as famílias como as empresas vivem uma situação assaz difícil, com o crescente aumento da inflação, do custo de vida, do preço dos combustíveis e energia, etc., ao contrário dos salários e ordenados que há muito se mantêm inalterados.

Não se ignora que tem sido efetuado trabalho relevante pela Ação Social do Município, quer no pagamento de medicamentos, quer no pagamento de rendas, alimentação, etc. O que, contudo, não é incompatível com um maior esforço que ora se pede.

Acontece-nos viver num concelho do interior, cada vez mais desertificado, onde acontecem menos nascimentos, onde há menos investimentos, e por isso estamos cada vez mais abandonados.

Ao contrário, há concelhos do litoral em que, para além do mais os alunos de todos os níveis de ensino, inclusive o universitário vão usufruir de transportes escolares gratuitos.

Importa esclarecer que não se critica esta iniciativa, e simplesmente se refere aqui para enfatizar as assimetrias que se acentuam e para conferir natural apoio a esta pretensão, que se propõe, e que não deixa de ser modesta.

Assim, o Grupo Municipal do CDS propõe a esta Assembleia Municipal, que aprove esta proposta no sentido de que o custo das refeições dos alunos, desde o primeiro ano até ao final do ensino secundário, seja integralmente suportado pelo Município.”

Ora, aquilo que a Mesa disse em tempo oportuno ao Senhor Deputado *José Mesquita*, foi no sentido de que, querendo, fazer uma recomendação, o poderia fazer, porque se for analisar o Regimento no seu artigo 2.º nas competências da apreciação e fiscalização da Assembleia Municipal, realmente não se vislumbra nas páginas 5, 6 e 7 não consigo, nem a Mesa consegue vislumbrar onde possa enquadrar essa competência. Depois, o Ponto 3.º do mesmo artigo, diz o seguinte: “*Não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal referidas nas alíneas a), i) e m) do n.º 1 e na alínea l) do número anterior, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia Municipal*”, estamos a falar de documentos que implicam situações, documentos económicos que, inclusivamente a própria Câmara querendo alterá-los, teria momentos próprios para os alterar, isso implicaria Alteração e Revisão do Orçamento, naturalmente nos orçamentos municipais, que têm prazos nos Regimentos para serem alterados. Pelo que, caso queira pronunciar-se, esta é a leitura da Mesa.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Eu proponho que este Ponto a ser discutido, seja nos Outros Assuntos de Interesse para o Município, nós temos uma Ordem de Trabalhos que só pode ser posta em causa com determinados pressupostos, de acordo com o nosso Regimento e portanto, eu proponha a continuação dos Trabalhos.

4.6 - Proposta de Transferência de Competências para as Freguesias.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/06/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os acordos de transferência de competências e de recursos, conforme respetivos autos de transferência em anexo e submetê-la à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com a respetiva repartição por freguesia/união das freguesias, com exceção das competências relativas à gestão e manutenção de espaços verdes, à manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão, à realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, à manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, à gestão do mercado municipal no que respeita à Freguesia de Mirandela, que continuarão a ser exercidas pelo Município de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, queria dizer que eu não venho para aqui discutir assuntos pessoais, mas venho sempre discutir decisões políticas que terão interferência nos fregueses e municípios.

Em relação ao protocolo de Transferências de Competências para as Juntas de Freguesia, a partir do momento em que este Protocolo seja aprovado, quem passa a suportar as despesas aqui acordadas é diretamente a DGAL – Direção Geral das Autarquias

Locais, certo? Que serão deduzidas à Câmara Municipal. Assim sendo e também toda a gente saberá a importância ou não que eu terei tido no primeiro Protocolo que existiu no mandato anterior. Eu perguntava, porque eu não consigo perceber de forma nenhuma o Ponto 3 do artigo 9.º do presente Protocolo, que eu passo a ler, eu nem sequer a redação consigo perceber deste articulado: “*Em caso algum, poderá a Freguesia proceder à arrecadação e contabilização, no mesmo mês e conjuntamente, do duodécimo a transferir pela Direção-Geral das Autarquias Locais nos termos dos números anteriores e do duodécimo a transferir pelo Município no âmbito do protocolo em vigor.*” Não consigo perceber e por isso agradecia que me esclarecesse em relação a isto. Se a partir do momento em que o Protocolo é aprovado passa a ser a transferência direta pela DGAL, não percebo isto. Mas depois também, no âmbito deste Protocolo ainda, este Protocolo é só burocrático, não há aqui nada neste Protocolo que preveja, não sei se tem que prever, quem é que passa a ter autoridade para fiscalizar, fiscalizar no bom sentido, se as competências estão ou não estão a ser levadas a cabo? São os fregueses? É a Câmara Municipal? É a Direção Geral das Autarquias Locais? Quem é que passa a ter a capacidade de fiscalizar se está ou não está a ser implementado este protocolo que aqui está, nas devidas alíneas que estão descritas?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É verdade que, este Protocolo das Juntas de Freguesia foi uma conquista de *Paulo Pontes*, à data, Membro da Assembleia Municipal e distinto Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa. A ele lhe devemos esta sua capacidade, esta sua visão, que a Assembleia Municipal numa primeira fase não entendeu, nomeadamente a Bancada do PS, mas que depois em uníssonos votou favoravelmente este Protocolo de Competências a favor das Juntas de Freguesia.

Senhora Presidente da Câmara, eu acho que é um exemplo do poder autárquico, é um exemplo de Presidente de Junta, se um dia retomar as medalhas e condecorações do Município de Mirandela, eu proponho a atribuição de uma medalha a favor do poder rural e que seja representado pelo Senhor ex-Presidente da União das Freguesias do Franco e Vila Boa, que ele não me está a ouvir, mas a admiração minha é total, ouviu o que eu disse Senhor ex-Presidente? Para mim será sempre Presidente, porque há vários ex-Presidentes que eu continuo a tratar por presidente. Mas também dizer-lhe Senhor Presidente, que o seu lugar não está vazio, há um outro cidadão, também político, que ocupou o seu lugar e que está a procurar momentos apropriados e que não vai conseguir de certeza estar aqui 28 anos como o Senhor Presidente e bem, porque é esse o seu legado e peço-lhe que o respeite, sob pena de o jogar fora a qualquer momento, porque o seu legado é imenso, não se compra, conquista-se todos os dias junto das suas populações e com votos nas eleições. Esta é a minha admiração por si e vou continuar a tê-la independentemente das críticas que me possa fazer.

Posto isto, há Juntas de Freguesia de primeira e de segunda Senhora Presidente da Câmara, sei que este Protocolo foi mais ou menos negociado e estas transferências e estas verbas, com a maior parte das Juntas de Freguesia, outras nem tanto, mas percebo nesta Proposta que aparece aqui uma mega Junta de Freguesia.

Senhora Presidente, eu confesso uma coisa, neste plano de transferências de competências do Estado para os Municípios, eu já não entendo nada, aliás, a Bancada do PSD votou sempre ao seu lado quando quis aceitar as competências nós votamos a favor, patrocinamo-la politicamente, quando não quis aceitar, nós não votamos, mas olhe, há uma transferência do Estado para os Municípios, estes pegam noutras e mandam-nas para as Juntas de Freguesia, ninguém entende nada e muito menos o povo, sob pena de ficarmos aqui rendilhados de uma forma que ninguém percebe. Na educação então, é total e a Senhora Presidente vai-se aperceber ao longo do próximo ano letivo que vai ter graves problemas na gestão dos equipamentos escolares, quem manda o quê? Quem avalia o quê? Sob pena de haver funcionários municipais no mesmo setor, se calhar da educação e afetos a outros equipamentos, a mandar noutros, sob pena de nunca ter falado com os Coordenadores de instalações e outros, no equipamento onde trabalham também, fala um delegado de instalações que até ao dia de hoje não fui consultado para nada e me vejo confrontado com problemas que eu não decidi ou deixei de decidir. Senhora Presidente, é uma chamada de atenção, que eu não vou usar politicamente, porque nunca falei nesta Assembleia Municipal de educação e de outras áreas que me dizem respeito, nem tão pouco devia votar, sob pena de haver um conflito de interesses.

Senhora Presidente, vejo aqui na Junta de Freguesia de Mirandela vai ter uma afetação de 15 funcionários?! Senhora Presidente, mas tem problemas com os funcionários da Câmara Municipal de Mirandela? Ora admite por um lado, ora joga fora por outro. Quem vai mandar nestes funcionários? A Senhora Presidente da Câmara? A avaliação é feita pelo SIADAP? Quem vai avaliá-los? Em que instalação é que vão ficar? Isto parece mais uma brigada política! Isto parece mais uma brigada política que a Câmara Municipal quer afetar à Junta de Freguesia de Mirandela?! E há Juntas de Freguesia aqui com problemas tão pertinentes, por resolver há anos, onde o Senhor Presidente de Junta cada vez que sai à rua que dá a cara, junta-se a população, não tem respostas, sob pena de uns terem 15 e outros até já lhe foram retirados. Senhora Presidente, isto é político, agradecia que desse as devidas explicações, sob pena de termos aqui uma mega Junta de Freguesia, para quê? Para obter uma transferência do Estado de 284 mil euros para limpar vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros?!

Isto é uma falta de respeito, só porque é uma Junta de Freguesia PS, digo eu, com tantas outras que manifestam problemas todos os dias. Isto é político Senhora Presidente da Câmara. Isto é uma decisão muito política, que a Bancada do PSD e eu em particular não entende, sob pena de termos aqui um Presidente de Junta poderoso, tão poderoso político, que tem de ser combatido politicamente.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu só queria questionar, no elenco das Juntas de Freguesia, na listagem que nos surge, realmente falta uma, que é Mascarenhas. Nós sabemos o que é que se passa e eu queria perguntar se nos pode informar quando é que vai haver Junta de Freguesia e se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas eleito, não se sente “mal”, no sentido de ver todas as outras Juntas de Freguesia a assinarem o Protocolo e a sua Freguesia, não só não assina como atrasa essa transferência de verbas e a realização das suas atividades.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Para o Governo do PS, esta é a oportunidade imperdível de descentralizar um Estado profundamente centralista. Contudo, o que foi apresentado através da proposta designada por Lei-Quadro, em março de 2017, de um vasto conjunto de diplomas setoriais não é mais do que um inusitado pacote de transferências de competências para os Municípios e Freguesias sem meios e recursos adequados, demonstrando-se objetivamente que se trata de uma inaceitável desresponsabilização do poder central.

Descentralização sem a criação de regiões administrativas, (regionalização) querendo transformar as áreas metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais naquilo que não são - órgãos regionais não eleitos.

A realidade é que a inexistência de regiões administrativas em Portugal tem constituído um fator profundamente negativo para o desenvolvimento social e económico sustentado e a coesão territorial do país.

A regionalização é hoje, 20 anos depois do referendo, não uma questão do passado, mas sim uma necessidade nacional que importa concretizar.

A realidade é que, em resultado das opções políticas de sucessivos Governos subordinados aos interesses da União Europeia, agravam-se as assimetrias regionais, cresceu a desertificação no nosso território o isolamento das populações com o encerramento de serviços públicos essenciais, a par de modelos de utilização e gestão dos fundos comunitários que, em nome da coesão se revelarão num sentido único o litoral. Exemplo mais recente disso é o acordo de parceria, no quadro do Portugal 2020, que definiu os investimentos no Parque Escolar e nas redes viárias regionais e locais como prioridades negativas e, no âmbito da eficiência energética e do ciclo urbano da água, através de fundos reembolsáveis.

Senhor Presidente, Senhores Membros desta Assembleia, a verdade a que importa dar voz é a de que esta chamada descentralização do Estado, promovida pelo PS e negociada com o PSD e com o apoio do CDS/PP, demonstra bem a essência da sua natureza, veja -se a negociata de PS e PSD do Plano Nacional de investimentos 2030 onde dos cerca de 25 mil milhões de euros só estão destinados 80 milhões de euros para o programa da coesão territorial para todo o país, onde estão os paladinos da defesa do interior.

A verdade é que estamos perante um quadro de reconfiguração do Estado que não irá, assim, poder assegurar as funções sociais que lhe competem, a sua universalidade, a igualdade de oportunidades e a equidade em vertentes essenciais para a vida das populações como são, a educação, a saúde, a segurança social e a Cultura.

Reafirmamos, por isso, os valores e os princípios que temos defendido e que ficaram em boa medida consagrados na resolução do XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, realizado em 9 de dezembro de 2017 importando nesta altura Destacar:

« a descentralização administrativa não pode, em qualquer circunstância, significar a desresponsabilização do Poder Central em relação às funções sociais que compete ao Estado prosseguir».

Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no ato de promulgação, o Presidente da República referenciou:

- A sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração central.
- A preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais.
- O afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel.

Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adaptadas na lei.

Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos de Poder central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local.

O carácter desconcertado que rodeou o processo que conduziu à Lei 50/2018, a começar nas incongruências do texto da lei, teve expressão no próprio debate e aprovação do Orçamento do Estado para 2019 e que continuou no Orçamento de estado 2022 no qual foram rejeitadas propostas essenciais à concretização das transferências de competências. Não deixa de ser significativo que o artigo da proposta de Lei sobre o Fundo Financeiro de descentralização que remetia (abusiva e ilegalmente, sublinhe-se) para diplomas do Governo a afetação dos meios financeiros tenha sido eliminado. A eliminação deste artigo, traduzindo de forma clara a rejeição da Assembleia da República à pretensão do Governo de decidir os montantes a transferir para o exercício das competências, só pode ser lido como um impedimento de facto à sua concretização em 2019 como o também para 2022.

Senhor Presidente Senhores Membros da Assembleia, a primeira Lei das Finanças Locais só foi publicada em 1979.

Contudo, desde então, todos os Governos, incluindo o atual, nunca a cumpriram nas suas várias versões, sendo muitos, milhões (primeiro em contos, hoje em euros) que foram retirados às autarquias locais.

A lei da transferência de competências para as autarquias (50/2018) e a de alteração à lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (51/2018), aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, o estudo que a Câmara de Vila do Conde presidida pelo Socialista Vítor Costa tal como a autarca Luísa Salgueiro de Matosinhos revela um défice de 1,3 milhões de euros no valor a transferir pela administração central e ainda não projetam o enorme aumento das refeições escolares.

Senhora Presidente e em Mirandela qual é o défice deste Executivo vai a reboque dos outros.”

Senhora Presidente, estas transferências que a Câmara Municipal faz para as Juntas de Freguesia e lembrando-me o que disse o Senhor Deputado Paulo Pinto em relação à transferência de competências do Estado central daquilo que foi o Matadouro do Cachão, é bem exemplo do que se vai passar e ficam aqui duas ou três perguntas que eu gostava de fazer, Senhora Presidente, para poder votar esta Proposta em consciência e em total liberdade.

Quem é que vai fazer um licenciamento e quem é que vai aplicar a taxa de afixação de publicidade nas Juntas de Freguesia? Ou seja, se irá ser também uma receita adicional para as Juntas de Freguesia?

Quem é que vai autorizar a realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública? E a respetiva taxa vai ser revertida para quem? Para a Câmara Municipal ou para a Junta de Freguesia?

Quem é que vai autorizar a exploração da atividade de máquinas de diversão? A quem é que se vai pagar a taxa? À Câmara Municipal ou à Junta de Freguesia?

São resposta que eu gostava de ver aqui complementadas nesta Proposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Penso que o assunto que aqui trago é oportuno neste Ponto, porque sempre interfere com algumas das competências, agora transferidas, nomeadamente, no que se refere a intervenções de limpeza de vias e espaços públicos. Refiro-me ao Edital datado de 27 de maio de 2022, que anuncia ter sido desencadeado o procedimento de elaboração do Regulamento de Gestão de Arvoredo Urbano do Município de Mirandela, o que foi aprovado em Reunião de Câmara Municipal e que se encontra em consulta pública e para o qual, me parece que devem ser dados contributos.

Este Regulamento baseia-se na Lei n.º 59/2021 de 18 de agosto, aguarda-se apenas a publicação de um Código de Boas Práticas, por parte do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, tal como decorre da Lei, para dar continuidade ao processo, que depois, virá aqui oportunamente, para discussão.

Apenas, a título informativo, devo referir que esta legislação vem disciplinar as formas de gerir o arvoredo público, responsabilizando os Municípios pela profissionalização destas atividades.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes de mais, não se podia falar da transferência de competências sem fazer aqui uma pequena alusão ao Protocolo que até janeiro de 2023 está em vigor, digamos que foi uma espécie de iniciativa visionária, aquilo que a Lei veio, posteriormente dispor no sentido de haver essa proximidade do autarca à população foi conseguido, seja por intermédio do meu ilustre colega *Paulo Pontes*, mas que nunca teria avançado não fosse o Executivo ter dado “luz verde” à iniciativa. Este era o primeiro ponto.

O segundo ponto, é o seguinte, numa das Sessões de Assembleia Municipal foi aqui dito por um Membro da Assembleia que já aqui não está, que os assuntos das Freguesias não se discutiam aqui nesta Assembleia, que as questões de cada uma das Freguesias devem ser resolvidas no foro próprio, que é em cada uma das Assembleias de Freguesia. Lida a Lei, no que diz respeito à apreciação deste Protocolo, a última palavra do bom ou mau desempenho do autarca da Junta de Freguesia no cumprimento destas transferências é desta “casa”, é a Assembleia Municipal em caso de incumprimento grave das transferências que aqui estão neste Protocolo, vai ser a Assembleia a dizer, este Presidente de Junta, ou esta Junta de Freguesia não pode mais exercer esta competência. Esta chamada de atenção aos meus colegas acho que é de extrema importância, eu já estou alertado, fiquei alertado quando li, ainda não tinha lido, mas efetivamente, vai ser esta Assembleia Municipal, qualquer freguês pode perfeitamente vir a esta “casa” e dizer que o Presidente de Junta de Alvites não faz nada pela Freguesia, tem as ruas numa desgraça, junta as fotografias e se esse comportamento meu fosse reiterado, poderia eventualmente ser aqui votado na Assembleia Municipal, dizer que a Junta de Freguesia de Alvites não desenvolve essa atividade e portanto não deve essa transferência ser transferida para a Junta de Freguesia.

Outro reparo Senhora Presidente, é uma maneira de chamar a atenção de um assunto que ficou esquecido por causa da Covid-19, é que há determinadas matérias que, se o Executivo considerar serem de tal forma importantes, que devam ser exclusivamente tratadas pelo Município, essas não devem ser transferidas e eu aqui, como estamos a aproximar-nos da época de incêndios, eu queria aqui recordar o trabalho que já tivemos no mandato 2017-2021, no levantamento da rede de estradões em termos de Proteção Civil, por causa dos incêndios, isto para dizer, que essa rede de estradões, essa rede de ligação, os caminhos prioritários, esses deviam ficar claramente sinalizados, é uma boa oportunidade para sinalizar esses caminhos de maneira a definir-se bem o que é que o Município deve considerar ser pertinente continuar a ser ele a fazer, porque efetivamente estão outros interesses em jogo e essa rede de estradões, tristemente e compreensivelmente, nunca chegou a ser implementada e portanto, é uma boa maneira para que essa questão volte a ser abordada.

Uma última questão, há assuntos, eu pelo menos na minha Freguesia, aqui pecador me confesso, em termos regulamentares não temos toda a informação para desenvolver as competências que nos estão atribuídas e esta lei, aquilo que diz é que, é com base nos Regulamentos camarários, que nós vamos passar a fazer o exercício destas competências. Quando nós falamos em gestão e manutenção corrente de feiras e mercados, utilização e ocupação da via pública, autorização de colocação de recintos improvisados, autorização da realização de espetáculos, autorização de fogueiras e lançamento de artigos pirotécnicos, autorização e receção de comunicação prévia de queimas e queimadas, isto não vai ser deixado à vontade de cada uma das Freguesias, se não isto era uma autêntica bandalheira e portanto, o pedido que eu queria aqui fazer à Senhora Presidente, era que através do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, antes de janeiro de 2023 idealmente, que todos os Regulamentos que digam respeito a estas matérias que estão agora a ser transferidas serem desde já enviados aos Presidentes de Junta de Freguesia, para que atempadamente possam consultá-los, lê-los de maneira a quando começarmos a exercer estas competências estarmos em condições de o fazer dignamente.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *LUÍS SOARES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Hoje concluímos o processo de transferência de competências entre o Município de Mirandela e as Juntas de Freguesia,

Estamos a trabalhar em proximidade, na valorização e coesão do território, cumprindo assim o Decreto-Lei n.º 57/2019. Mirandela à semelhança de muitas áreas é um exemplo entre a divisão de responsabilidades entre a Junta de Freguesia e Município.

Vivemos numa era de descentralização, com as dificuldades que estão associadas a esta própria descentralização, aliás, o Município também vive essas dificuldades e nós vamos ter muito trabalho ao longo destes seis meses, naquilo que é a preparação destas responsabilidades de partilha com o próprio Município, com um objetivo de estar mais perto do cidadão e dos seus problemas. O estado central transfere para os Municípios e os Municípios transferem para as Juntas de Freguesia numa ótica de partilha.

Realizando uma análise ao cumprimento deste Decreto-Lei os 12 Municípios do distrito de Bragança transferem para as Juntas de Freguesia 1.3 milhões de euros às Freguesias.

Só as Freguesias do concelho de Mirandela vão receber 876 mil euros, vamos à frente neste processo que não termina aqui com a manutenção do acordo anterior, que prevê a transferência de 480 mil euros.

Quero com isto dizer que o Município de Mirandela em 2023 irá transferir para as Freguesias 1.3 milhões de euros comparando com os Municípios vizinhos, não existe grau de comparação possível.

Em relação à Junta de Freguesia de Mirandela, das 13 competências possíveis iremos assumir 9 destas, 2 são áreas de gestão logística e planeamento como a feira municipal e a limpeza urbana e 7 serão administrativas, na área do licenciamento que em Mirandela representa um volume de trabalho significativo, sobretudo com a ocupação da via pública, e para isso já estamos a trabalhar para perceber todos os *dossiers* e todos os Regulamentos, para que possamos cumprir aquilo que são os Regulamentos Municipais e aplicar a legislação que foi assumida por esta Assembleia Municipal no cumprimento das responsabilidades do Município de Mirandela.

E porque não assumimos as restantes áreas? Não queremos uma Junta de Freguesia megalómana, como dizia o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, não queremos, queremos é servir melhor as pessoas, queremos ajudar a resolver os problemas, não queremos não encontrar soluções, não é isso que nos traz aqui.

Parece-nos adequado que este processo fosse gradual ao longo do mandato e que se pudesse fazer análise da sua execução para a receção de novas temáticas de responsabilidades já em 2023 e nos anos seguintes,

Estamos perfeitamente disponíveis para analisar um contrato interadmitrativo, até para perceber qual foi o trabalho que foi feito e se realmente existem ganhos para a população, que é isso que nos interessa.

Para isso também existe uma figura jurídica diferente para execução de tarefas que não são abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 57/2019 e estamos a falar mais concretamente na gestão dos cemitérios, manutenção de outros espaços urbanos ou concretização de pequenas obras com impacto positivo para a população.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara.

Na concretização destes autos de transferências damos mais um passo no desenvolvimento e na capacitação das autarquias locais para que possamos prestar um melhor serviço à população, resolvendo os problemas, trabalhando por Mirandela e com Mirandela.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pontes* dizer que, esta de facto é uma transferência direta da DGAL, ou seja, as verbas inscritas nesta Proposta de Transferência de Competências para as Freguesias, foi aprovada em todas as Assembleias de Freguesia, exceto em Mascarenhas como está na Proposta, dizer-se que, as verbas vão ser transferidas diretamente da Direção Geral das Autarquias Locais, ou seja, vão entrar diretamente para as contas das Juntas de Freguesia. Relativamente ao Ponto 3, é a questão relacionada com o facto de não podermos, não ser possível receber verbas para as mesmas funções, ou seja, o que está inscrito neste Auto de Transferência não pode ser pago através do Protocolo anterior. A Assembleia de Freguesia dentro das competências das assembleias de freguesia no fundo representa aquilo que é a Assembleia Municipal para o Executivo municipal e portanto, o acompanhamento e a monitorização de todas as competências também têm competência as Assembleias de Freguesia.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, eu agradeço efetivamente os elogios que fez a um Deputado da nossa Bancada, porque falou em capacidade, visão, admiração e são de facto uns elogios nobres e portanto, agradeço essa sinceridade e essa honestidade nessa situação e por isso o legado mantém-se conosco, o que é sempre muito bom para o funcionamento da Assembleia Municipal.

As Juntas de Freguesia não são de primeira nem de segunda, aliás, este foi um patamar que foi afastado a partir de 2017, quando houve um tratamento igualitário a todas as Juntas de Freguesia, ou seja, o estabelecimento de critérios, concordando com todos e portanto, houve, da parte do Município e da parte do Executivo, à data, a concordância com estes critérios, estas regras e portanto, as Freguesias de primeira, de segunda e até de terceira e até de nenhuma classificação, ou com qualquer classificação, existiam anteriormente a 2017.

Relativamente aos graves problemas, essa acusação de “jogar fora” os trabalhadores, isso é de uma gravidade imensa e porquê? Porque o Senhor Deputado não sabe, ou não quer efetivamente admitir que, o princípio de subsidiariedade é de facto um princípio que norteia a Comissão Europeia e posso esclarecê-lo de que, basta ir à *Wikipedia* e ler o que é a subsidiariedade, “é um princípio de organização social que sustenta que questões sociais ou políticas de uma sociedade devem ser resolvidas no plano local mais imediato que seja capaz de resolvê-las”, ou seja, é um dos princípios gerais de utilizado na estrutura governamental da União Europeia e que está a servir de mote para a descentralização, mais ainda no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Já em 1999 dizia-se que, a descentralização ou descentralização da governança refere-se à reestruturação, ou reorganização da autoridade, para que exista um sistema de corresponsabilidade entre instituições de governo dos níveis central, regional e local, de acordo com o princípio da subsidiariedade, aumentando assim a qualidade e a eficácia gerais do sistema de governança, enquanto aumenta a autoridade e as capacidades dos níveis sob nacionais. Isto quer dizer o seguinte, que devemos dar competências a quem está mais próximo, desde que seja com custos iguais, mas que sejam mais eficazes e é este o caso e ficou provado no âmbito do Protocolo assinado com todas as Juntas de Freguesia, que as Juntas e Uniões das Freguesias têm competências e são capazes e competentes para as executar e por isso há aqui uma confiança plena naquilo que é a descentralização de competências, neste Auto de Transferências, que consta até da Lei n.º 57/2019, foi aprovado em todas as Assembleias de Freguesia, com exceção de uma e

está plenamente ciente de todos os Senhores Presidentes desta transferência, isto quer dizer o seguinte, quer dizer que, durante este meio ano que falta para janeiro de 2023, vamos ter a capacidade de acompanhar, de estudar os Regulamentos e obviamente que todas as taxas que são cobradas aos fregueses é receita da própria Junta de Freguesia que assume estas competências.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, Senhor Deputado, deve fazer também no âmbito da sua Bancada, uma autoavaliação daquilo que aconteceu efetivamente em Mascarenhas, ou seja, temos um Presidente da Junta eleito, que, como em outros locais do concelho e do país, houve um acordo para a constituição do Executivo e por isso, perguntar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia se não se sente mal, eu acho que é até um pouco insultuoso, pelo facto de que, quer o CDS/PP, quer o PSD, quer o PS, deviam efetivamente no âmbito das pessoas representadas e são todos eleitos, ou seja, na Assembleia de Freguesia foram todos eleitos, não têm é a maioria e portanto, deveria haver efetivamente um consenso, apesar da Câmara Municipal não ter qualquer predisposição para fazer esta intervenção, mas sob o ponto de vista partidário, é óbvio que deve haver a responsabilização daqueles que não contribuem para que haja um consenso, como acontece em muitas outras Juntas de Freguesia.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer que, não é uma questão de responsabilização, é uma questão de descentralização, julgo que vamos conseguir a coesão territorial e todas as Juntas de Freguesia vão estar preparadas para o conseguir. Relativamente a irmos ao reboque dos outros, não vamos a reboque dos outros, temos a nossa própria política local obviamente, somos distintos e somos diferentes, mas temos a Associação Nacional de Municípios, que representa os Municípios portugueses e que vamos obviamente e estamos a ter reuniões preparatórias para que possamos, até no âmbito das refeições escolares, ter preços mais compatíveis com aquilo que é o custo das próprias refeições.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça* e o Regulamento da Gestão do Arvoredo, também partilho da opinião de que todos devemos contribuir para este Regulamento.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*, falou neste acompanhamento que a Câmara Municipal terá de assegurar até dezembro de 2022, para que em janeiro de 2023 se efetivem estas competências, obviamente que o montante maior é da Junta de Freguesia de Mirandela, até porque foi considerada a transferência, acompanhada pelo respetivo envelope financeiro, de 15 trabalhadores do Município, que passarão para a Junta de Freguesia e tivemos que consolidar tudo aquilo que são o custo dos recursos humanos, se nós criticamos o Governo que está a fazer descentralização sem o envelope financeiro, não podemos cometer alguns desses reparos e tudo aquilo que foi conseguido, até sob o ponto de vista da afetação de recursos financeiros foi acautelado, mas temos efetivamente que acompanhar estas transferências, temos que conseguir consolidar todas estas competências durante o ano de 2023. Qual é o objetivo? É a proximidade com as pessoas e concordo que vamos continuar a trabalhar por Mirandela, com Mirandela e com todo o concelho.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A aprovação desta medida e também por parte da Bancada do PSD, não deixamos de dizer o seguinte, que esta medida é pouco igualitária, porque não é repartida por todo o concelho, tratando de forma diferenciada as Juntas de Freguesia do concelho de Mirandela. O estado político a que a Junta de Freguesia de Mascarenhas está subjugada, é da responsabilidade da Câmara Municipal, da sua Presidente e do PS de Mirandela.

Todos os ganhos que vai obter a Junta de Freguesia de Mirandela, não vão ser possíveis de atingir e conseguir a favor da população de Mascarenhas, porque a Junta de Freguesia de Mascarenhas, tendo em conta o seu estado político e de gestão autárquica, não estava em condições de absorver também este Protocolo.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, permita-me que me dirija à Senhora Presidente já que falou de uma forma que dá impressão que nós nos intrometemos nas Juntas de Freguesia, o grupo do CDS/PP, que eu sou Independente, não sou filiado sequer, não se mete e pessoalmente eu, em nenhuma Junta de Freguesia a resolver os assuntos da própria Junta de Freguesia, quem esteve lá presente foi a Senhora Presidente, não fui eu, nem nenhum dos elementos do CDS/PP e eu perguntei, porque queria saber realmente o estado em que está a Junta de Freguesia, porque a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia são um homem só e isto não pode continuar assim.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto* dizer que, este Auto de Transferências é efetivamente igual para todos, não entendo quando diz que é pouco igualitário, estão contabilizadas todas as verbas relativamente à transferência de competências, tanto estão contabilizadas que foram aprovadas em todas as Assembleias de Freguesia, com exceção de uma e portanto, este valor da Junta de Freguesia de Mirandela é unicamente pela transferência de recursos humanos, estamos a falar de 15 trabalhadores e por isso, não é perceptível onde é que quer chegar com esta situação.

Quanto à responsabilidade política da situação de Mascarenhas, isto até é um pouco contraditório com aquilo que disse o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* e foi o próprio que perguntou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas se não se sente mal e por isso dizer que é uma Freguesia de um homem só, também não é verdade, porque temos uma Assembleia de Freguesia constituída e temos dois elementos no Executivo. Foi precisamente o Senhor Deputado, que diz que não tem qualquer interferência com as Juntas de Freguesia e tem toda a razão e eu poderei estar em qualquer Junta de Freguesia, até na qualidade de cidadã, porque eu continuo a ser muncípe, não tenho de ser sempre em todas as situações Presidente de Câmara e foi nessa qualidade que fui e não fui eu que vim trazer aqui uma questão ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que deveria ter sido colocada na Assembleia de Freguesia de Mascarenhas, enquanto muncípe e cidadão de Mirandela esta questão, se não se sente mal, na Assembleia Municipal efetivamente nós não temos nenhuma interferência relativamente às condições de trabalho das Assembleias de Freguesia de todas as Juntas de Freguesia, porque é o Presidente da Assembleia de Freguesia que gere os trabalhos

e é o Presidente de Junta ou de qualquer União das Freguesias que está efetivamente naquela Junta ou União que responde à Assembleia de Freguesia e portanto, até é um pouco contraditório dizer-se que não tem nada a ver e depois perguntar diretamente ao Senhor Presidente de Junta se não se sente mal com esta situação. Naturalmente que é preocupante e cada um assumirá as suas responsabilidades.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) fez uma interpelação à Mesa:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, a Senhora Presidente depois leva as coisas para onde quer, eu quando disse que não tinha nada a ver, quero referir-me à interferência seja de quem for, nos trabalhos, nas decisões, neste caso na eleição dos outros elementos, etc, que a Junta faz, é nisso apenas que eu me queria referir, não há aqui contradição nenhuma e eu como Deputado Municipal tenho todo o direito de vir aqui questionar porque razão é que efetivamente a Junta de Mascarenhas não vem contemplada, se é porque não existe Assembleia, acabou de dizer que sim. Então, diga-me, porque é que a Junta de Freguesia de Mascarenhas não assinou ou não concordou com este Protocolo ainda, já agora para nos esclarecer. Mas não há aqui contradição naquilo que eu disse, Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em resposta, dizer-lhe que eu não estive presente na Assembleia de Freguesia ou nas conversações que a Assembleia de Freguesia e o Executivo atual da Freguesia fizeram e portanto, não tenho conhecimento daquilo que aconteceu, sei que não chegaram a acordo mediante este Auto de Transferências, teria de ser votado, aliás, houve outras situações noutras Juntas de Freguesia e outras Assembleias de Freguesia e cada um, naturalmente, tem a sua realidade e a sua situação.

Só achei um pouco contraditório porque por um lado diz que têm autonomia local as Juntas de Freguesia e é verdade e portanto, quem exerce um papel é a Assembleia de Freguesia e não a Câmara Municipal, nem a Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *LUÍS SOARES* (PS) fez uma interpelação à Mesa:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu só tenho aqui alguma questão, nomeadamente para o PSD e para o CDS/PP porque para a Assembleia de Freguesia foram eleitos três Partidos, não foi só o Partido Socialista, foi eleito o CDS/PP e foi eleito o PSD e responsabilizar só os elementos do PS, que tentaram encontrar soluções para que pudessem constituir esta Junta é no mínimo hipocrisia, porque até parece que os Senhores nem estiveram lá. Até parece que o PSD e o CDS/PP tentaram trabalhar, ou tentaram construir soluções, para aquilo que foi a vontade dos eleitores. Até parece que alguém quis trabalhar ou construir soluções de futuro para aquela Junta de Freguesia, por isso a população de Mascarenhas deve perguntar ao PSD e ao CDS/PP porque é que a Junta de Freguesia não está constituída? Deve ainda perguntar ao PSD e ao CDS/PP, sobretudo ao CDS/PP qual foi a política de rescisão que estiveram nas últimas eleições? Aconteceu-me o mesmo na Assembleia de Freguesia de Mirandela, aconteceu igual, não ganharam, saíram e é isto que nós queremos votar? É nestas políticas? Quando não ganhamos desistimos.

Eu não vejo a política assim, peço desculpa. A responsabilidade no mínimo deve ser partilhada e devia-se encontrar soluções para poder ser constituída a Junta. Eu acho que todos temos responsabilidades, não é só o PS, deve ter o PSD, deve ter o CDS/PP, mas acho que olhar só para um lado e não retirar conclusões da nossa própria política, parece-me cobardia e não estamos a servir os mirandelenses.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 39 votos a favor e 14 abstenções, aprovar os acordos de transferência de competências e de recursos, conforme respetivos autos de transferência em anexo, de acordo com a respetiva repartição por freguesia/união das freguesias, com exceção das competências relativas à gestão e manutenção de espaços verdes, à manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão, à realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, à manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, à gestão do mercado municipal no que respeita à Freguesia de Mirandela, que continuarão a ser exercidas pelo Município de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A Bancada do PSD votou pela abstenção esta Proposta, porque desejamos igualmente, que outras Juntas de Freguesia beneficiem também destes apoios de recursos humanos de que tanto precisam, sob pena de terem mais privilégios sobre outras igualmente democráticas quanto as outras.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A CDU absteve-se, porque os pressupostos em que assenta este processo são prova disso, quando sublinhado o maior posto pelo Governo, é de que não pode resultar aumento de despesa pública então, está tudo dito quanto às intenções.

4.7 - Proposta de Suspensão Parcial da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20/06/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar propor à Assembleia Municipal de Mirandela, de acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a Suspensão Parcial da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal, a incidir sobre a planta de ordenamento – classificação e qualificação do solo, nas 4 áreas delimitadas na planta anexa de incidência, com a área total de 9,8 hectares e sobre o regulamento, suspendendo a qualificação do solo e a aplicação dos artigos 55.º a 57.º e 69.º a 71.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor, aplicáveis àquelas áreas, pelo prazo de dois anos a contar da data da sua publicação em Diário da República, prorrogável por um ano, caducando com a entrada em vigor da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal e aprovar nos termos dos n.º(s) 1 e 2 do artigo 134.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, as medidas preventivas constantes na proposta e seus fundamentos em anexo, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto são os tiques de uma Câmara maioritária à semelhança do Governo da Nação, fazem o que querem e lhes apetece e não prestam contas! Suspensão Parcial da 1.ª Revisão do PDM, então se nós há três anos atrás fizemos uma Assembleia Extraordinária no mês de julho, porque o PDM não podia perder tempo quanto à sua Revisão e agora vimos suspender parcialmente a 1.ª Revisão para depois darmos dois passos juntos a seguir. Isto é pura política por causa do edifício do Canal, que a Senhora Presidente da Câmara tenta e está amarrada ao passado, para obter lucros em relação ao futuro politicamente.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos falar da Proposta de Suspensão Parcial da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela, fazendo uma introdução histórica:

Em 05/06/2015, foi aprovada a 1.ª Revisão do PDMM na Assembleia Municipal, o qual vigora nesta data;

Em 26/07/2019, foi apreciado pela Assembleia Municipal o REOT conducente à 2.ª Revisão do PDMM, na qual se falou então e já de conflitos entre índices e parâmetros urbanísticos nos quadros de edificabilidade, da desatualização regulamentar, fruto de alterações legislativas posteriores à entrada em vigor;

Em relação ao edificado verifica-se um crescimento das novas construções, em detrimento da recuperação do edificado existente, o que poderá acentuar algumas assimetrias dentro da própria estrutura urbana, reduzindo a atratividade dos centros urbanos em favor das periferias, contribuindo para uma maior dispersão da malha urbana. Hoje mesmo foi aqui dito pela Senhora Presidente algumas fragilidades tais como: a situação do centro histórico com uma elevada percentagem de edifícios não registados e a adoção de uma estratégia que consiste na aquisição de imóveis devolutos para a reabilitação, tendo em vista a fixação de pessoas no centro histórico.

Passando à análise da Proposta:

A Câmara fundamenta a Proposta de Suspensão nos pressupostos seguintes, de entre outros:

- A constatação de que algumas frentes urbanas principais não estando integradas no espaço central do PDM em vigor;
- a urgência de regulamentar as operações urbanísticas nestas áreas, não se tornando viável aguardar pela conclusão dos tramites processuais da 2.ª Revisão do PDM, nomeadamente nos Espaços Urbanizados, Residenciais Tipo II que vão ser objeto de alteração de qualificação para Espaço Central, no contexto da 2.ª Revisão do PDM;
- Transformações no tecido urbano consolidado;
- Qualificar o sistema urbano e territorial, reforçando a atratividade do centro urbano;
- Adequar alguns espaços da cidade ao papel que eles passaram a assumir, (exemplo, o IPB);
- Os investimentos efetuados na qualificação do espaço público (ambiente, espaços verdes, rede de mobilidade suave);
- A construção de superfícies comerciais e reabilitação urbana;
- Segundo o artigo 52.º do PDM são áreas onde se concentram funções de centralidade, nomeadamente comerciais e de serviços, além das habitacionais, circunscritas às zonas centrais da cidade de Mirandela, que inclui o seu núcleo histórico. É unicamente nestas áreas onde é permitido a construção com a cêrcea de 22 m e 6 pisos, sendo de 4/16 e de 2/12 nos espaços residenciais e espaços urbanos de baixa densidade respetivamente;
- A câmara propõe a suspensão visando 4 áreas de intervenção, a qualificar o solo urbano como espaço central e descritas na planta como A, B, C, e D. A requalificação permitirá na zona A, a regularização de uma situação de inconformidade de número de pisos, não contemplada na 1.ª Revisão do PDM (classificação e qualificação, regulamentação atuais desadequadas), mas já assegurada na 2.ª Revisão.

Assim, verto aqui a minha apreciação, dizendo:

A urbanização correta de uma cidade é primordial, pese embora não tenha ainda esgotado o prazo de revisão da versão em vigor, entende-se que a dinâmica urbanística de uma cidade como Mirandela clame predispor de condições de gestão que lhe permitam avançar o seu processo de centralidade urbana, na forma como é proposto;

Concordo pois com a preocupação da Câmara em regularizar o seu território urbano, neste caso a classificação e qualificação do seu Espaço Central urbano, mas não vejo uma razão de fundo que explique a emergência, quando está à porta a publicação da 2.ª Revisão.

Aproveito para perguntar sobre o ordenamento do PERU- Plano Estratégico de Reabilitação Urbana, já aqui citado e lembrar, cito: “O seu grandioso objetivo que previa a criação de um território com identidade dinâmica, coeso e ambientalmente sustentável, capaz de atrair e fixar residentes e atividades, traduzido num conjunto de projetos e ações de intervenção a realizar no prazo de 10 anos portanto, até 2028 e envolvendo um investimento estimado entre 22 e 25 milhões de euros. Qual o ponto da situação?”

Concordo com a classificação descrita para as áreas C e D, mas em nome do rigor e da transparência, face à fundamentação apresentada, gostaria de esclarecimentos complementares nos aspetos seguintes quanto às zonas A e B, aspetos cuja interpretação se me afigurou muito difícil, tendo em conta a qualidade dos elementos de apreciação de consulta, nomeadamente a planta de condicionantes e esses aspetos são:

- Estas zonas A e B estão ambas classificadas com a condicionante de localização em solos alagáveis (artigo 11.º do PDM), sendo que:

- A área B está ainda sob servidão do Domínio Hídrico, ficando neste caso sujeita a regulamentação adicional no PDM, um assunto da competência do Ministério do Ambiente;
- A área A sofre a condicionante conjunta da Ribeira de Carvalhais e da albufeira, cujo espelho de água no seu pleno armazenamento se estende bem mais a montante da foz da Ribeira. Lembrar aqui (e a propósito) a necessidade de obras de consolidação do talude empedrado no troço final da margem direita da Ribeira, cuja erosão é bem visível e com repercussão imprevisível na sua envolvente próxima.

- O artigo 43.º do PDM estabelece 4 pisos para a edificabilidade em ambas as áreas e há uma inconformidade na zona devido a tal;

- Porventura também não cumprem com o critério “frentes urbanas consolidadas”, porquê?

- Arruamento não concluído na parte sul da rua *Teófilo Braga* na zona A;
- A zona B (na parte central), e a zona A na parte mais a jusante, não cumprem com o critério *Espaço Urbano Consolidado*, conforme a alínea e) do artigo 6.º e cito: “... densidade de ocupação, harmonia arquitetónica e alinhamentos do edificado em continuidade...”;

Por último, sobre a urgência e assumindo o risco de desalinhado, vou parafrasear um político conhecido, perguntando: Qual é a pressa? Qual é a pressa?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente da Câmara, estamos confrontados com uma situação inédita no nosso concelho e na nossa Câmara Municipal, era importante que fosse referido aqui, eu não me quero alongar nas questões técnicas porque não sou arquiteto, quero-me só posicionar sobre aquilo que são as questões políticas e o porquê de chegarmos a esta situação.

Está claro para todos, se não está irá ficar claro dentro em breve, com as explicações que a Senhora Presidente vai dar acerca de algumas questões que eu lhe vou colocar e voltando ao princípio, esta suspensão fica clara porque é que aconteceu e a razão de estarmos aqui a discutir neste momento, ou seja, temos uma Divisão na Câmara Municipal que ao longo dos últimos 40 anos, pelos vistos tem feito atropelos àquilo que é a legalidade da construção em Mirandela e obviamente que, provavelmente, eu não quero ser o “advogado do diabo”, mas provavelmente haverá mais casos do que estes, a única diferença é que neste caso houve massa crítica que criticou aquele empreendimento e nós tivemos de conviver com aquele empreendimento durante 25 anos, na total e absoluta ilegalidade e obviamente isto financiado pela autarquia e pelos seus órgãos que deviam dar uma resposta cabal e justa sobre o empreendimento do Canal, ou o chamado prédio da Pomba.

A avaliação política que a CDU faz disto é digamos, um desnorte, é um desnorte deste Executivo porque não consegui e obviamente que temos de dar aqui razão, não consegui desde 2017 reverter e pondo esta situação de uma forma legal, obviamente que a responsabilidade total neste processo tem a ver com os Executivos do PSD durante estes anos todos, meus amigos, eu sei que dói mas é verdade, é verdade e obviamente que numa situação em que se impõe, que é decretado por um Tribunal que aquele prédio está ilegal e que a Câmara Municipal em 2015, na sua Revisão podia ter regularizado este processo, não só pela distância do prédio à linha de água, fizeram um aumento dos 20 m para os 50 m mas esqueceram-se da altura portanto, aqui demonstra o desvanio que existia durante aqueles 40 anos de PSD em Mirandela e que valia tudo e vocês não podem ficar livres desta crítica política.

E agora este Executivo tomando posse e tendo deparado com este processo, obviamente que chegamos a um ponto em que não há alternativa e aquilo que me faz questionar a Senhora Presidente e este Executivo é, porque é que não se tomou esta posição antes e escusava de haver o alarme àquelas famílias que habitam naquele prédio, porque é que não fizeram esta questão antes?

Eu agora queria e para acabar a minha intervenção, é que Mirandela vai ficar durante dois anos com a prorrogação de mais um ano sem PDM e eu agora queria ouvir da Senhora Presidente, porque eu não quero estar a elencar as questões que estão inerentes a este processo, eu gostava de saber pela Senhora Presidente o que é que vai representar estes dois anos sem PDM, porque ainda vamos estar à espera da aprovação do próximo e não sabemos se vai ser nos próximos seis meses, ou se vai ser daqui a um ano. Vamos dar de barato que vamos conseguir cumprir o prazo de dois anos sem PDM e eu gostava de ouvir por parte da Senhora Presidente, sem subterfúgios, o que é que vai significar para o Executivo de Mirandela e para o desenvolvimento de Mirandela e para aquilo que está em cima da mesa de Mirandela, nas questões dos Fundos Comunitários, o que é que vai representar ficarmos sem o PDM durante dois anos?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada pelas questões que foram colocadas, este é um documento importante para o Município de Mirandela e obteve Parecer favorável da CCDR-N muito recentemente, uma vez que a apresentação desta Proposta de Suspensão Parcial e repito, Suspensão Parcial da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela, com a respetiva fundamentação técnica que foi apresentada em junho de 2022, ainda este mês.

Nós a nível de Revisão do PDM, estamos já numa fase bastante avançada, já enviamos o documento final para aprovação da CCDR-N e está para agendamento a primeira reunião de acompanhamento, sendo previsível, se tudo correr bem, que vamos obedecer a todos e vamos obter Parecer de múltiplas entidades e em princípio vai ser agendada para o próximo mês de julho, sendo que, a segunda reunião da Comissão de Acompanhamento antes do final do ano, portanto, a correr tudo bem teremos a Revisão do PDM pronta até ao final deste ano ou início do próximo ano, durante o primeiro semestre do próximo ano.

De facto, confrontados com uma situação complicada sob o ponto de vista da legalização do edificado e face à Revisão do PDM já estar em fase muito avançada e contemplar estas áreas, fizemos a Proposta e porquê só agora? Porque só agora é que tínhamos condições de antecipar esta Suspensão Parcial do PDM, com a aprovação da CCDR-N com quatro áreas, área A, área B, área C e área D, conforme está na Proposta e no ofício resposta à CCDR-N, no sentido de, antecipando, podermos acautelar também os interesses de todos aqueles que, fruto da expectativas e das aquisições de imóveis, sem nenhuma responsabilidade sob o ponto de vista legal e jurídico da situação que aconteceu, que de facto, à data, quando houve a notificação do Tribunal, não foi possível responder favoravelmente, só após esta aprovação na Assembleia Municipal e com a Informação da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, poderá ser comunicado ao tribunal que neste momento, com esta Suspensão Parcial e com a Revisão do PDM aprovada, esta Revisão que vai contemplar estes aspetos que estão aqui reproduzidos, fazendo com que o PDM de 2015, seja substituído por esta Revisão de 2022, ou 2023, regularizando estas situações e sendo legalizável.

A verdade é que foi um procedimento muito trabalhado, já há algum tempo que andamos a trabalhar este processo, que a Divisão de Obras Municipais e Urbanismo anda a trabalhar este processo, mas de facto só agora foi possível obter este Parecer favorável, face à antecipação que conseguimos fazer, relativamente à Revisão do PDM 2015 e por isso, apelo a todos que possamos aprovar, para que possamos resolver um problema, antecipando a Revisão que está em avaliação neste momento.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto é possível manipular uma decisão do Tribunal, o Tribunal deu ordem de mandar abaixo os dois últimos andares, mas afinal há outros que conseguem manipular a decisão do Tribunal, que fica para trás, então a derrocada do Lidl?! Ninguém entende isto, isto é mesmo à portuguesa, é mesmo à portuguesa.

Senhor Presidente a Senhora Primeira Secretária não é a representante da Assembleia Municipal para o PDM? Gostava de a ter ouvido. Nós queremos é que isto se resolva a bem e que Mirandela deixe de sair com parangonas falsas, porque nesta Assembleia não se tem vindo a dizer a verdade, mas gostei muito dessa sua explicação Senhora Presidente da Câmara, porque na anterior escusou-se a prestar os melhores esclarecimentos a esta Assembleia Municipal.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, não houve ainda qualquer convocatória ou reunião e por isso não tenho nada a dizer, que possa poder ter transmitido, dado que não houve reunião qualquer relativamente ao PDM para a qual eu tivesse sido convocada.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu dou-lhe os parabéns, dou-lhe os parabéns porque conseguiu responder a tudo, nemos àquilo que eu lhe perguntei e eu volto a perguntar, não querendo ser chato e aquilo que eu mais lhe pedi na minha intervenção, independentemente da questão técnica, e do que levou à tomada desta posição que todos conhecemos e as responsabilidades políticas e provavelmente criminais que possam estar subjacentes a este problema, eu só lhe fiz uma pergunta simples, eu sei qual é a resposta, eu gostava era que elucidasse esta Assembleia do que é que vai acontecer à Câmara Municipal e a este Executivo, com esta Suspensão Parcial do PDM? Eu gostava que a Senhora Presidente explicasse à Assembleia Municipal. quais são as implicações que vão estar inerentes a esta Suspensão, digamos, ao ato normal do exercício da Câmara Municipal, para que todos fiquem a saber do que é que nós estamos a falar. Porque é muito desagradável, eu depois vir para aqui e elencar a questão que está inerente a esta suspensão e o que é que vai implicar isto na tomada de posições dos licenciamentos que a Câmara Municipal vai ter que fazer durante um ano, no máximo dois, ou no máximo três, porque ainda temos a prorrogação de um ano. Era só isso que eu lhe pedia Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Começo por responder ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* parece que está agora no primeiro mandato de Assembleia Municipal e que não acompanhou a vida política e estes processos que duram, este dura desde 1998 e portanto, com as responsabilidades políticas que tem, mas efetivamente o Senhor Deputado não tem motivos nenhuns para ficar tão surpreendido com algumas soluções.

Isto de facto e para o esclarecer dizer que, o Tribunal não ordenou a demolição, o Tribunal notificou-me, é verdade, em 2021, a solicitar se aquele edificado era legalizável, ou não era legalizável, face ao Regulamento que estava em vigor e face ao Regulamento que estava em vigor, nós respondemos que estávamos em processo de Revisão do PDM e que assegurávamos a

resposta. Quando o Tribunal veio notificar-me novamente, a dizer que teria de ser à luz da Lei atual, obviamente que, à luz do PDM atual não é possível ser legalizado.

Isto quer dizer o seguinte, quer dizer que não vai haver suspensão parcial do PDM durante dois anos, esta suspensão parcial é unicamente parcial e por isso pensei que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* teria percebido, de que não é uma suspensão do PDM na sua globalidade, é destas quatro áreas que fizemos referência, que inclui a área que está a ser objeto do processo em Tribunal.

À luz da Lei, depois de aprovação nesta Assembleia Municipal desta Suspensão Parcial, que vigorará até à Revisão do PDM, vigorará cerca de seis, oito meses, não depende só da Câmara Municipal, depende de outras entidades, é possível legalizar, ou seja, aquilo que vos posso dizer e foi isso que eu comecei por dizer, foi que nós estávamos a antecipar aquilo que contempla o novo PDM, resolvendo esta situação.

Relativamente a tudo aquilo que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* falou, de que é mesmo à portuguesa, eu diria que é mesmo dos Executivos que protagonizou, há erros que apoiou, há erros naturalmente, mas efetivamente houve erros graves e que estamos neste momento com vários processos e também tenho que fazer a referência que, pode haver ainda mais, no entanto, uma coisa estamos certos, há transparência nos processos de decisão e por isso vamos manter-nos a trabalhar neste sentido de isenção, imparcialidade e total independência.

----- Efetuada a votação e estando 42 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor e uma abstenção, aprovar a Suspensão Parcial da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal, a incidir sobre a planta de ordenamento – classificação e qualificação do solo, nas 4 áreas delimitadas na planta anexa de incidência, com a área total de 9,8 hectares e sobre o regulamento, suspendendo a qualificação do solo e a aplicação dos artigos 55.º a 57.º e 69.º a 71.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor, aplicáveis àquelas áreas, pelo prazo de dois anos a contar da data da sua publicação em Diário da República, prorrogável por um ano, caducando com a entrada em vigor da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal e aprovar nos termos dos n.º(s) 1 e 2 do artigo 134.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, as medidas preventivas constantes na proposta e seus fundamentos.

4.8 - Proposta de Aprovação das Minutas dos Contratos dos Financiamentos à Linha de Crédito BEI PT 2020 | Autarquias, que tem como objetivo financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados no âmbito dos programas do Portugal 2020.

----- Foi o Ponto foi retirado da Ordem do Dia.

4.9 - Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado de 2022.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20/06/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado de 2022, consubstanciada na previsão dos postos de trabalho mencionados nos documentos em anexo;
- 2 - Submeter a presente deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado de 2022, consubstanciada na previsão dos postos de trabalho mencionados nos documentos em anexo.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos a terminar estes trabalhos. Apesar das intervenções, algumas delas que não pretendia fazer, mas com o calor da discussão fui levado a isso. A minha preocupação maior hoje e que me tem preocupado há alguns dias a esta parte, Senhor Presidente da Assembleia é a si que me dirijo tendo em conta o seu perfil, a sua profissão e o seu grande humanismo, já tive oportunidade de lhe manifestar que não sei se a política o merece, porque sei das suas capacidades e o quanto ajuda aqueles que mais precisam numa hora de agonia, mas não sei se tem conhecimento, Senhor Presidente, os Bombeiros Voluntários de Mirandela suspenderam o transporte de doentes a partir das 23 horas.

Perguntava-lhe se tinha conhecimento desta situação. É verdade?

Senhora Presidente da Câmara, tem conhecimento desta decisão?

Sei que vivemos tempos muito difíceis, estamos aqui a debater assuntos desde as 9h30min, uns mais importantes, outros menos, mas é nossa responsabilidade debatê-los até à exaustão. Queremos muito que as nossas decisões se traduzam em valor e em bem-estar para as nossas populações e depois uma simples fase no final do dia deixa-me preocupado. Não sei o que é que falta fazer. Enquanto membro da Assembleia Municipal, enquanto mirandense, pagador de impostos, tomei conhecimento que os Bombeiros Voluntários de Mirandela suspenderam o transporte de doentes a partir das 23 horas.

Senhor Presidente, pedia uma intervenção sua, se é que mereço, o assunto julgo que o merece e a Senhora Presidente da Câmara Municipal e outros que, porventura, queiram prestar os devidos esclarecimentos.

Estou preocupado em terminar esta assembleia no dia de hoje e saber que, a ser verdade, há doentes, porque não escolhem a hora para estarem doentes, que nesta terra que se diz moderna, de grandes tradições e costumes, cosmopolita - que queremos que volte a ser, não por causa do desenvolvimento, mas se calhar por conta da pandemia e de outros flagelo - que os mirandenses ou aqueles que cá se encontram, ainda que fiquem doentes, mas que possam ser transportados com as diligências necessárias a partir das 23 horas, sob pena de termos uma saúde que não serve os doentes, que não serve aqueles que mais precisam numa hora tão difícil que é quando estão doentes.

Estou a dizer isto com o máximo de respeito por todos e pela instituição, porque se está a passar por problemas nós temos que ajudar.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

São alguns pontos que me trazem aqui.

O primeiro, podem-me chamar vaidoso, podem-me chamar convencido, é para demonstrar aqui a minha satisfação, o meu contentamento e a minha realização pelo facto de ter tido oportunidade de vir aqui. Digo “ter tido”, porque poderá acontecer noutra altura qualquer, mas para já não sou membro efetivo da Assembleia Municipal, pelo que virei sempre que a minha vida pessoal e profissional o permita e virei sempre que seja convocado.

O segundo, é-me completamente impossível e vão-me desculpar, não consigo ainda separar a minha condição de membro da Assembleia Municipal e Ex-Presidente de Junta e não consigo separar, porque, inclusivamente acho que mandei isso para a Senhora Presidente da Câmara Municipal, na altura, quando houve eleições, escrevi uma carta aos fregueses a dizer que nunca ninguém me iria ouvir falar da Junta de Freguesia de Franco e de Vila Boa. Mas como isto implica o facto do Ex-Presidente de Junta tenho aqui alguns pontos, até porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia já me questionou sobre alguns e como gosto das coisas claras e transparentes, não tenho qualquer problema em abordá-los aqui.

Primeiro ponto. À entrada do Franco, na Estrada Nacional n.º 15, que se vê da autoestrada, está um *outdoor* bem grande do Intermarché, presumo, a anunciar as lojas no distrito, no concelho. Esse *outdoor*, na altura, comuniquei com a Câmara devidamente, foi-me dito que não estava licenciado. Entretanto comuniquei isso ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, porque na altura me questionou. Nunca mais soube nada sobre o *outdoor*, na altura tenho a certeza que não foi licenciado, se foi licenciado mais tarde não sei, mas também mais tarde deixei de ter responsabilidade sobre o assunto.

Segundo ponto. Para quando, se é que algum dia vai acontecer, foram assuntos que aqui fiz questão de abordar em todos os meus mandatos, porque é que não se tem uma visão de futuro em termos do concelho, em termos das Freguesias? Lembro-me perfeitamente, ainda chamando aqui a memória de *Dom José Rafael*, dizia-me ele uma vez no Franco que tinha que ser colocada uma estátua de São Bento, penso que é o padroeiro da diocese de Bragança e que o Franco era a entrada da diocese e, portanto, tinha que ser lá erigida uma capela com o São Bento. Por acaso, nunca foi colocado, por iniciativa de ninguém, o Senhor Bispo na altura é que teve essa ideia. Porque é que não se tem uma visão de futuro? De marcarmos a entrada do concelho de Mirandela quando saímos do Distrito de Vila Real, do concelho de Murça, entramos no Distrito de Bragança e no concelho de Mirandela. Para quando? E só assim podemos ter perspectiva de futuro, para quando um polidesportivo coberto, no Franco, para organizar toda a espécie de eventos?

Eu sei que se calhar eu vou morrer com isto, morrerei, mas nunca deixarei de o reivindicar, isto também para que as pessoas vejam e para que saibam que isto foi sempre uma luta minha, para quando, foi discutido, tivemos várias reuniões, falou-se aqui no projeto de regadio, não consigo conceber, nem as pessoas que conhecem conseguem conceber, porque é que passa uma linha de água no Franco, que nunca, em tempo algum e de facto estamos a atravessar tempos difíceis, nunca secou e continua a correr, porque é que não é aproveitada para um projeto de regadio? Tivemos algumas reuniões, pelo menos duas, na altura com o Senhor Presidente da Câmara de Murça, que eu defendo e continuo a defender um projeto intermunicipal, entretanto muito defendido ali pelo Senhor Deputado *Agostinho Beça* na altura, não era bem um projeto de regadio, mas eu acho que devia ser um projeto de regadio e está ali aquela água desaproveitada, entretanto nunca mais ninguém falou nada, nunca mais ninguém comentou nada, não sei o que é que pretendem, ou não pretendem se calhar nada em relação àquilo, ou não pretendem nada em relação à Freguesia que dá entrada ao nosso concelho e ao nosso distrito, pelo menos nesse campo.

Depois, a limpeza dos caminhos e das ruas, espero bem que a partir de agora com a transferência das competências que melhore, mas eu também prometi, não o vou fazer, isto dizia-me respeito e que fique claro, de certa forma ainda enquanto Presidente de Junta e portanto em relação à atividade da Junta de Freguesia não me irei pronunciar.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu não era para falar sobre este tema, mas visto que foi levantado hoje de manhã e não queria falar por uma razão óbvia, é que a CDU no dia 08 de junho de 2022, fez um requerimento à Mesa a solicitar o envio de Despacho da Câmara Municipal de Mirandela - Pedido de Informação Prévia sobre o Parque Eólico (Ofício 635/15 de Setembro de 2015); Declaração de Impacte Ambiental - Agência Portuguesa do Ambiente; Licença de Produção; Memo - Descrição Sumária do estado de implementação do projeto do Parque Eólico de Mirandela e Planta de Localização.

Envio dos Contratos/ Protocolos de Cooperação assinados em 2008 e em 2010, entre a Câmara Municipal e Perform3 – Parques Eólicos, Lda., ambos referidos nas declarações proferidas pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Envio de eventuais documentos/pareceres emitidos pelos serviços de Arqueologia da Câmara Municipal de Mirandela, relativamente a este processo.

Senhora Presidente, eu não me vou alongar muito, porque como disse estou à espera destes documentos para não estar a falar de cor, mas há aqui coisas que eu vou confrontá-la com aquilo que disse, porque nós não temos memória curta e os documentos estão feitos.

A Senhora Presidente disse isto no dia 13 de agosto de 2020, numa reunião de Câmara: *“Nós, Câmara Municipal e a Assembleia Municipal temos entre nós a solução para emitir ou não a licença de construção para aprovar esta situação...”*, que fique claro, estamos a falar em 13 de agosto de 2020, numa Reunião de Câmara, disse também que: *“Ainda não estão distribuídas as verbas, mas aquilo que eu acho que deve ficar assegurado por uma questão de solidariedade com todos aqueles que moram nestas duas Freguesias, é que devem ficar os seus direitos salvaguardados e deve ser partilhado este montante com eles, apesar de ter havido em 2008 um Protocolo individual com cada uma destas Freguesias, à data, Franco, Passos e Lamas de Orelhão...”*.

Na continuação da sua intervenção, disse a Senhora Presidente: *“... Contudo, ao Executivo e também a todos os mirandelenses, que a instalação dos geradores só irá para a frente se houver alguns consensos, nomeadamente, na Assembleia Municipal que é o Órgão máximo e se houver também da parte de uma discussão pública, envolvendo todos...”*, disse mais: *“... O impacto económico terá sempre, mas o dinheiro não é tudo, o impacto paisagístico, o impacto nas populações, também é um fator importante a considerar...”*.

“Neste momento aquilo que está em causa é a aprovação deste Protocolo de Cooperação que vem substituir o anterior Acordo de 2008, pensando nós que são condições mais vantajosas para o Município.”

Senhora Presidente, estou a relembrar-lhe as suas palavras em 2020 e agora vamos para 2022, 19 de maio: *“...aquilo que pudemos negociar foi simplesmente modificar as condições contratuais daquilo que existia à data. Tendo em conta todas as licenças obrigatórias e os estudos que foram feitos houve aqui quase uma decisão de não poder comprometer tudo aquilo que foi um investimento, pese embora serem decisões que todos devemos ponderar e refletir sobre elas...”*.

Senhora Presidente, vamos falar da questão das tais contrapartidas, as contas são fáceis de fazer e é isto que a mim me deixa um pouco estupefacto, para depois concluir com aquilo que a Senhora Presidente acabou de dizer e fazendo contas de uma forma aligeirada, a Câmara Municipal vai receber 1,5 milhões de euros, em que para as Juntas de Freguesia não vai rigorosamente dinheiro nenhum, vai é para os Compartes dos Baldios, quer das Lamas de Orelhão, quer dos Passos e o que ficou contratualizado foi que, tanto os Baldios dos Passos, como os Baldios das Lamas de Orelhão vão receber por ano 0,5 % do montante faturado ou vendido pelas eólicas à rede e a Câmara Municipal, para além de 1,5 milhões de euros sobre aquelas contrapartidas dos painéis fotovoltaicos, vamos estar cá para ver, é de 2,5 %.

Senhora Presidente, a Câmara Municipal fez contas?! Sabem o que é que representam estes 2,5 % em termos de reembolso para a Câmara Municipal? Esta pergunta faço-a ao Executivo, mas também a faço aos Senhores Vereadores da Oposição, porque votaram a favor disto e provavelmente não sabem o que é que estavam a votar, mas eu digo-lhes o que é que isto representa, representa, em média por ano o que vai ganhar a Câmara Municipal com a licença daqueles Parques Eólicos, ganha em média entre 150 mil euros a 200 mil euros por ano, ora, 150 a 200 mil euros por ano, falando em euros todos nós pensamos que é muito dinheiro, mas isto representa entre 40 a 50 mil contos, é isto que está aqui em causa, reparem bem, o fluxo e a riqueza que vai ser gerada por aquele Parque Eólico para a Câmara Municipal são 150 mil euros, 30 mil contos, no máximo 40 mil contos. Para o Conselho dos Baldios vai representar entre 10 a 20 mil euros por ano, bem, se isto são contrapartidas que se negociam, meus amigos, a negociar assim eu monto parques eólicos e hídricas em Mirandela!

É para vocês perceberem o que está aqui em causa e como digo, eu não me vou alongar muito, porque não conheço o processo todo e daquilo que conheço o que está aqui em causa é isto, quando nós sabemos perfeitamente que era possível negociar mais, porque estamos a falar em livre concorrência, é o mercado. Não me venha dizer, Senhora Presidente, que isto já está tudo estipulado e que há uma tabela, que as eólicas só podem pagar isto, não Senhora Presidente, nós não caímos nessa, tanto não caímos que vamos ver os lucros que esta empresa vai usufruir daquilo que é de Mirandela e fazendo as contas, ficamos alertados por isto.

Senhora Presidente, aquilo que eu lhe digo é que, um discurso em 2020, um discurso em 2022 e o mais importante, as licenças já foram passadas, a Câmara Municipal já recebeu uma contrapartida financeira, os Baldios já receberam cada um 10 mil euros ou 20 mil euros há sete ou oito anos atrás, Senhora Presidente, é muito pouquinho para quem fala em investimento em Mirandela.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tem-se falado nesta Assembleia Municipal de milhões e milhões para construção de barragens, de facto é cada vez mais importante armazenar a pouca água que nos chega de inverno, para a podermos utilizar no verão.

Temos a Barragem do Cachão numa cota nunca antes vista, correndo mesmo o risco de algumas fábricas terem de deixar de laborar por falta de água, pergunto à Senhora Presidente se tem algum projeto para poder candidatar de forma a poder dinamizar esta infraestrutura que o Senhor Engenheiro *Camilo Mendonça* nos deixou.

Visto que necessitaria de uns pequenos melhoramentos de forma a poder ser cheia todos os anos.

Também já se tornou numa prática recorrente, um camião cisterna com capacidade de mais ou menos 30.000 litros vir abastecer dentro do Complexo, água que vem da Barragem, pergunto à Senhora Presidente se tem conhecimento, quem deu ordem e para onde vai essa água?

Posso adiantar que vai em direção a Vila Flor e o camião é dos transportes Caldas de São Lourenço, se necessitar mais informação também a tenho.

Relativamente a outro assunto que também já falei em Assembleias anteriores, é a mudança de titular de contador de água.

Pois bem, o Executivo nada mudou, ou seja, continua a cobrar uma taxa, a faturar um serviço e cobra outro, se não vejamos:

Taxa de ensaio de canalização, 15,34 €, taxa de colocação de contador, 15,34 €, taxa de ligação de água, 15,34 €, o que perfaz 46,02 €. Muitas vezes os Técnicos nem vão ao local, porque é só mudar o nome, o contador já está lá.

Mas há uma cláusula que diz por herança só paga 15,34 €, não sei qual das taxas que fica isenta?

Mas tem uma agravante se o familiar tiver uma dívida, seja ela do valor que for, para beneficiar da isenção das duas taxas tem de pagar a dívida do familiar, mais vale pagar as 3 taxas, pois muitas vezes a dívida é muito superior, entendo que pelos menos devia mudar o nome, que seria muito mais correto do que estar a usurpar.

Ainda falando de água, fico estupefacto quando dizem que a Câmara não tem dinheiro!!!

Senhora Presidente, com tanta água para cobrar? Porque não a cobra? São milhares de euros, consumidores que não pagam há anos, até funcionários da autarquia não pagam, mas não é só um ano, nem dois, pessoas que não pagam fazem outro contrato em nome do marido, do filho etc .A Câmara não faz cortes, não cobra, não vai atrás de quem ficou a dever, nos fornecedores de energia esta situação não se verifica.

Mas lanço um desafio à Senhora Presidente, ofereça a dívida da água à Junta de Freguesia de Frechas, só tem que nos fornecer a listagem dos devedores e nós tratamos do procedimento da cobrança e obviamente reverte para os cofres da Junta.

Relativamente à Agenda Cultural fantástica, de que tanto tem falado a sua Bancada, gostava de lhe perguntar o seguinte: qual foi o custo com a contratação de artistas ou empresas de espetáculos no primeiro semestre deste ano? E qual o retorno financeiro, ou seja, receitas de bilheteira referente ao mesmo período?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *LUÍS SOARES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faz-me lembrar um bocadinho as notícias do Correio da Manhã, colocam uma manchete, não a produz, obtém mal a informação e não a sabe trabalhar. É importante perceber e aqui como sabem, eu tenho responsabilidade noutra área, é importante perceber ou dividir aquilo que é a atividade de transporte de doentes, isto é, a atividade de transporte de doentes tem duas atividades principais, uma é a área de socorro e outra é a área de transporte de doentes não urgentes e o que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* da Bancada do PSD nos trouxe aqui e disse reiteradamente foi que, os Bombeiros de Mirandela tinham suspenso a atividade de transporte de doentes.

Ora, meu caro, isso é completamente errado. É errado porquê? Porque os Bombeiros não só mantêm aquilo que é a atividade de transporte de doentes, naquilo que são todos os constrangimentos financeiros que estão associados, isto é, eles não têm uma obrigatoriedade de cumprir essa atividade, mas têm uma obrigatoriedade de cumprir a atividade na área do socorro, como o nosso Presidente da Assembleia sabe e sabe muito bem.

O que é que foi feito? Para nós percebermos o enquadramento, está mal assegurado, está mal informado, tenho pena, até podia colher informação junto do seu colega de Bancada o Senhor Deputado *Carlos Ventura*, que ele sabe muito bem, ou então recolher informação junto do Conselho de Administração da ULS o que é que está aqui em causa.

Nós até 2020 cumpríamos aquilo que eram as altas hospitalares e é isto que está em causa, isto é, um doente que é colocado às duas da manhã na ambulância, está no serviço de urgência, vai para Freixo de Espada à Cinta, chega lá a equipa da ambulância, bate com a porta, não está ninguém para o receber e vem para trás às duas e três da manhã. É isto que está em causa, isto é, a alta hospitalar do doente que está no serviço de urgência ou noutro tipo de serviço, que precise de regressar a sua casa e esta atividade tem diminuição daquilo que são os constrangimentos em termos de funcionamento e tem diminuição porquê? Eu vou-lhe dizer porquê Senhor Deputado, o Senhor se calhar está a defender algum tipo de interesse privado, nós não defendemos interesses privados Senhor Deputado, eu vou-lhe dizer porquê, porque foi garantido pelo Conselho de Administração da ULS que a outra entidade que presta serviço de transporte de doentes não urgentes, iria assegurar aquilo que era o retorno à alta hospitalar e não é isso que acontece. Quem é que fica com o ónus, ou com a responsabilidade, ou com os custos associados daquilo que são a atividade de transporte de doentes, no período noturno, nos feriados e nos fins-de-semana, Senhor Deputado? Eu vou-lhe dizer, porque os custos em termos de prejuízo são cerca de 8 mil euros por mês, para assegurar essa atividade.

Existe outra entidade do concelho de Mirandela, que presta exatamente os mesmos serviços nessa área, não estou a falar de socorro, eu sei que não percebe um bocadinho, mas o Senhor Deputado ao seu lado percebe, existe outra empresa no concelho de Mirandela que presta exatamente o mesmo serviço, só que se recusa a trabalhar à noite e aos fins-de-semana e aos feriados, sabe porquê? Eu vou-lhe dizer porquê, porque isso tem custos, tem custos laborais, tem custos em termos de funcionalidade e como é lógico o seu lucro vai ser muito menor, se calhar está a defender essa área, a área do privado no transporte de doentes não urgentes.

Nós não estamos a defender, porque é mantido aquilo que é o transporte de doente crítico, isso não está colocado em causa, o que está colocado em causa é, um compromisso do Conselho de Administração da ULS, em reunião própria, em garantir que outra entidade iria assegurar estas altas hospitalares e sabe porquê? Eu vou-lhe dizer Senhor Deputado, porque eu quero garantir o socorro à população e não quero colocar recursos, não quero colocar recursos e não o vou fazer e não vou descabimentar a área de socorro, para garantir essa atividade, quando temos outras entidades que trabalham completamente na área concorrencial e acabam por ter taxas de lucro muito aceitáveis e infelizmente a Associação que suporta o Corpo de Bombeiros tem taxas de prejuízo com a realização desse serviço muito alta, é isto que está em causa Senhor Deputado, não sei se sabe, não sei se tinha esse conhecimento, com certeza foi mal informado, de certeza que não sabe muito bem o que é transporte de doentes não urgentes e o que é transporte de doentes urgentes. Eu vou-lhe dizer, isto é uma divisão completamente clara, aliás, em termos de estatutos isto não está previsto, o que eu lhe garanto é que, toda a área de socorro em termos daquilo que é o compromisso e a responsabilidade, está assumido, o que não vamos fazer como outros responsáveis fizeram e eu vou repetir, o que não vamos fazer como outros responsáveis fizeram foi, retirar pessoas da área do socorro, para garantir a atividade de transporte de doentes não urgentes, quando o próprio Conselho de Administração da ULS não está a ser justo naquilo que é a distribuição desta atividade e na utilização de plataformas de distribuição da atividade de transporte de doentes, lhe garanto eu, desta forma os Bombeiros de Mirandela estão a ser prejudicados, estão a ser prejudicados, porque garantem sete dias por semana, 24 horas por dia, dias santos e feriados e outras entidades não o fazem.

Se calhar está à espera que a entidade privada tenha mais lucros, eu lamento, não tem e nós estamos aqui exatamente para corrigir essas situações.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado quer fazer uma interpelação à Mesa? Senhor Deputado, a Senhora Presidente ainda não falou.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou tentar ser muito rápida nas respostas, quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer que, em relação ao processo de 13 de agosto de 2020, a consulta de processo e tudo aquilo que foi dito ao longo das Reuniões de Câmara e sessões da Assembleia Municipal eu mantenho e reafirmo tudo o que disse, àquela data e a solução para emitir ou não a licença é sempre da Câmara Municipal, consultadas as entidades relativamente à instalação do Parque Eólico, sendo no decurso da atividade normal e sendo que em 2008, quando foi contratualizado com a empresa, não conheço os passos que foram dados, se foi dado conhecimento à Assembleia Municipal, sei que houve deliberações da Câmara Municipal, mas efetivamente é um processo como outro investimento, que carece de aprovação no âmbito da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo e portanto a situação vantajosa ou não, eu alerto para que, houve um comunicado da Associação Portuguesa de Energias Renováveis, que alertou no dia 22 de junho, para a ilegalidade da pretensão demonstrada por algumas Câmaras Municipais, de cobrar taxas camarárias adicionais à instalação de projetos de produção de eletricidade renovável e portanto, nós temos legislação aplicável que temos que cumprir e a Câmara Municipal está a cumprir.

Daquilo que disse relativamente às Juntas de Freguesia, dizer que ainda não estão os montantes fixados, as Juntas de Freguesia obviamente que vão ser discriminadas positivamente pela instalação, estamos a avaliar neste momento, como os próprios Presidentes sabem, todos os projetos que eles querem acolher, tanto no que diz respeito ao investimento em imóveis, acessibilidades e portanto, depois de orçamentarmos e de avaliarmos a questão das Comunidades de Energias Renováveis, vamos voltar a reunir para chegarmos a um consenso, sendo que, mantenho a situação da discriminação positiva para as populações envolvidas.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Frechas *José Carlos Teixeira*, dizer que temos um plano de regadio municipal, que estamos a trabalhar, e relativamente à Barragem do Cachão houve de facto um pedido ao Conselho de Administração da Agro-Industrial do Nordeste pela situação caótica que vive o concelho vizinho, o concelho de Carrazeda de Ansiães, para ir buscar dois camiões de água, que foram autorizados, no entanto foi solicitado Parecer ao Engenheiro que está no Complexo, para verificar se poderia ser cedida esta água e foram esses camiões que foram para Carrazeda de Ansiães. É uma situação grave, que nós colaboramos no sentido de minimizar o impacto.

Relativamente aos Regulamentos de Taxas dizer que, estamos em fase de alteração, o Regulamento de Taxas é igual há alguns anos, no anterior mandato não foi revisto, estamos agora na situação de alteração das Taxas e relativamente às dívidas que municípios, empresas e contadores domésticos, temos efetivamente um plano de angariação de receita, vai ser emitido um ofício para todos os que têm dívidas de água e segundo o Protocolo que agora a maioria dos Municípios têm com a Autoridade Tributária, vai ser a Autoridade Tributária a fazer a cobrança, sempre que não é paga com regularidade e portanto o dinheiro não pode ir para a Junta de Freguesia, vai evidentemente ser cobrado pela Autoridade Tributária.

Quanto à Agenda Cultural, não consideramos um custo, consideramos sim, um investimento e dou-lhe alguns números relativamente ao cinema, a receita foi de 7.400, 00 €, a despesa de 9.500,00 € e houve 34 sessões. Relativamente aos espetáculos no Grande Auditório, houve 1.400 bilhetes vendidos, 1.600 bilhetes oferecidos a várias instituições de solidariedade social, escolas e se tiver a pretensão podemos evidentemente facultar todas as instituições a quem foram oferecidas, tivemos um total de 4.400 espetadores e como disse estamos em fase de apresentação de candidatura à Direção Geral de Artes e Espectáculos para podermos vir a ser contemplados com uma verba para os espetáculos, de forma a que não seja o Orçamento Municipal a ter que investir tanto dinheiro na cultura.

A receita foi efetivamente diminuída, foram 6.700,00 € e uma despesa de 80.000,00 €, com 30 espetáculos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quer interpelar a Mesa Senhor Deputado?

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sim.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não estava inscrito. Pensei que era o Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O caríssimo Deputado *Luís Soares*, colega, falou em mim. Portanto, tenho o direito...

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não estava inscrito. Quem se inscreveu foi o Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vai-me desculpar. Quero interpelar a mesa relativamente ao assunto do Deputado *Luís Soares*.

Começo por perguntar como é que o posso tratar? Se “Deputado”, se “Presidente de Junta” ou se “Comandante dos Bombeiros”? Não sei em que qualidade o excelentíssimo Senhor Deputado fez a sua intervenção.

Independentemente disso, permita-me dizer-lhe uma coisa...

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, peço desculpa. O Senhor também pediu, chegou tardiamente à Assembleia e também pediu para intervir no ponto que estava em curso.

Não lhe estou a dar nenhuma lição de moral, o Senhor pediu para se inscrever tardiamente. Portanto, deve aceitar isso também nos outros. Pediu para se inscrever tardiamente, assim como pediu o Senhor Presidente da Junta de Frechas e assim como o Senhor Deputado também pediu.

Quer fazer uma interpelação à Mesa?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma Interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Folgo em saber que existe transporte de doentes em Mirandela para lá das 23:00 horas. É isso que queremos, queremos garantir, com as nossas funções, com as nossas forças e que aqueles que precisam das instituições, sejam elas privadas ou públicas, tenham o apoio para poderem resolver os seus problemas.

As palavras, o tom e as insinuações de que estou colado ao setor privado, são da responsabilidade do Senhor Deputado *Luís Soares*. Dizer-lhe que eu sou funcionário público, trabalho numa instituição pública e que não sou liberal nessa área e que as justificações, em catadupa foi necessidade dele de as proferir, mas folgo em saber que a população de Mirandela tem transporte de doentes para lá das 23:00 horas. É isto que me preocupa, simplesmente mais nada, mas o assunto é pertinente e devia ser ouvido o meu colega *Carlos Ventura*, porque o assunto é demasiado sério para andarmos nestes joguetes do tira palavra, mete palavra, quando ele foi visado nesta intervenção e com tanta gente aqui amiga, sob pena de levar juízos errados.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, acha legítimo a inscrição após as respostas da Senhora Presidente da Câmara?! Interpelação sem estar inscrito?! Então pediu para fazer a defesa da honra?!

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma Interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não, eu não estou a fazer defesa da honra porque a mim não me atinge quem quer, é só quem pode. Não fui atingido na honra, estou a discutir política e os interesses de Mirandela.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, o Senhor tem que ouvir aquilo que se lhe diz, eu não estou a falar da sua pessoa, estou a falar do seu companheiro de Bancada, pediu a palavra sem estar inscrito e pediu a inscrição após as respostas da Senhora Presidente da Câmara.

Aceitei a inscrição nos Outros Assuntos de Interesse para o Município do Senhor Presidente de Junta de Frechas *José Carlos Teixeira* tardiamente, como aceitei a inscrição do Senhor Presidente de Junta de Mirandela, assim como aceitei a sua tardiamente, após ter chegado depois do almoço tarde, não devia ter aceitado, com certeza, é uma situação que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já tinha referido, que os horários são para serem cumpridos, compreende e então isso já não se verificava.

Se o seu companheiro de Bancada queria intervir, não seria interpellando a Mesa, se o seu nome foi referido, então que defendesse a sua honra e que a pedisse.

Relativamente a este Ponto temos ainda a Proposta que o Grupo do CDS/PP apresentou à mesa. Quer interpelar a Mesa?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente da Câmara, eu voltava outra vez ao repto inicial, a Senhora Presidente mencionou há pouco na sua intervenção, que a entidade reguladora das energias eólicas, diz que a renda a ser paga, ou as taxas não pode ser mais que 2,5 %? Foi isso que disse? Só para confirmar. Eu gostava de ouvir outra vez, porque eu não percebi, é que eu gostava de saber porque é que é 2,5 %. Porque é que a Câmara Municipal só cobra 2,5 %? A Senhora Presidente está a dizer que não podem ser cobradas mais taxas? Porque é que não pode ser 3 %, 4 %, ou 5 %? Eu gostava de saber porque é que a entidade reguladora diz que só pode ser 2,5 %?

Era só esse esclarecimento que eu queria.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estava inscrito, fiz questões, só se eu estava muito distraído, mas julgo que não me foram respondidas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Paulo Pontes* tem toda a razão, não foi respondido relativamente ao projeto da ribeira D'Aila, é um projeto intermunicipal e estamos, neste momento, no âmbito das nossas competências a elaborar um projeto para aproveitamento em conjunto com a Câmara Municipal de Murça. Relativamente aos projetos, está neste momento a União das Freguesias de Franco e Vila Boa a acompanhar tudo aquilo que são os objetivos da nova União das Freguesias, em conjunto com a Câmara Municipal e com o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, dando nota de todos os projetos e dos compromissos assumidos neste mandato.

Relativamente à Associação Portuguesa de Energias Renováveis, foi uma notícia que saiu na Lusa relativamente ao alerta que comunicaram, à pretensão demonstrada por algumas Câmaras Municipais, efetivamente aquilo que eu disse e posso partilhar esta notícia com o Senhor Deputado, no sentido de que é preciso cumprir aquilo que está regulamentado e a Associação informou que também está a preparar um guia para licenciamento de projetos de energias renováveis, em colaboração com a Agência Portuguesa de Ambiente e com a Direção Geral de Energia e Geologia, que são as entidades públicas que gerem estes processos. Posso partilhar a notícia consigo, não falei em percentagens, foi neste quadro que eu apresentei relativamente ao Parque Eólico.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu peço desculpa, mas isto é um assunto demasiado sério e vocês gostam de brincar com questões de dinheiro público, eu não e queria perceber. Eu só queria perceber é que, como é que a Câmara Municipal assina um Protocolo não havendo uma baliza do montante da taxa ou a renda que esta empresa tem que pagar, se chegou a est3es 2,5 % e não se chegou a 3 %, a 4 % ou a 5 %? É só esta a explicação que eu lhe peço. Porque é que é 2,5 % e não é 3 %, ou não é 4 %, ou não é 5 %? É só isto que eu queria que me explicasse.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ninguém gosta de brincar com assuntos sérios Senhor Deputado, infelizmente é natural que as pessoas tenham sob este ponto de vista todas as preocupações e que a taxa fixada, tal como a taxa fixada na Mini Hídrica são 2,5 % e 0,5 % para a Associação de Baldios e são as contrapartidas que estão fixadas.

Relativamente ao processo que entretanto pediu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, até proponho uma consulta *in loco* na Câmara Municipal, para que possa consultar todo o processo, desde a questão cultural até à questão sob o ponto de vista da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada Senhora Presidente pelas respostas, temos ainda a situação da Proposta do Grupo do CDS/PP e eu, queria perguntar ao Senhor Deputado *José Mesquita*, o Senhor Deputado *Hernâni Moutinho* quer falar sobre a Proposta?

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÂNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Uma intervenção muito rápida porque, considerando a importância para nós do tema e a suscetibilidade de daí resultarem algumas implicações de natureza processual, visto o adiantado da hora e considerando que há uma apresentação a fazer, o Grupo Municipal do CDS/PP requeria que a questão fosse transferida para a próxima Sessão da Assembleia Municipal.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bem, muito obrigada, fica então assim decidido, vamos também todos ver melhor esta situação e na próxima Assembleia trataremos deste assunto.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo uma inscrição do público.

----- O Senhor Município *ANTÓNIO FIGUEIREDO* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu só vou aqui falar sucintamente e é muito breve, venho falar porque há muito tempo enviei pedido para a Câmara Municipal, para que me informassem da consulta de um processo, esse consulta nunca mais vinha e ela só veio porque o CADA – Comissão de Acesso a Documentos Administrativos assim o entendeu, porque se não ainda estaria à espera dela, portanto, esta Câmara não tem ética republicana, como a Senhora Presidente dizia quando tomou posse, aqui neste palanque, neste magno Auditório. A palavra ética republicana não está no seu vocabulário ainda, mas agradeço-lhe também uma situação que fez e agradeço-lhe com toda a amabilidade, com toda a sensibilidade que teve para comigo, em relação a um *e-mail* que enviei para o Senhor Vice-Presidente, que eu ia ter uma intervenção cirúrgica e que pedi, com toda a amabilidade e disse se não poderia agendar para uma outra data essa consulta do processo.

Qual foi o meu espanto, disse que ia enviar para a DOMU – Divisão de Obras Municipais e Urbanismo e a DOMU me responderia. Eu fiquei indignado com isso, sinceramente eu não esperava isso de um amigo, que eu até o considero amigo e fiquei de certa maneira desolado, desolado com a pessoa e a Senhora Presidente hoje, por acaso quando abri o *e-mail* eu vi que a Senhora Presidente me tinha enviado um *e-mail* e que esse *e-mail* referenciava que poderia ir ver o processo na data que eu quisesse, em julho, ou agosto, quando eu estivesse em condições para poder ir consultar o processo.

Outra coisa que aqui eu queria dizer, é que vocês cometeram aqui um ato ilícito, um ato ilícito que tem a ver com a Suspensão Parcial do PDM, para haver suspensão de PDM tem que ter uma consulta pública, uma suspensão de qualquer lei urbanística tem de ter uma consulta pública, fizeram essa consulta pública? A Senhora Presidente por acaso fez essa consulta pública? É que eu por exemplo, posso ter um pedaço de terreno na aldeia X, ou na aldeia Y, que me podem estar a prejudicar e carece de consulta pública. Isso afirmo-lhes eu categoricamente. Isso que estão a fazer é uma situação de ilicitude, de má-fé, isso tem um precedente criminal. Aviso-vos já, se vocês referenciarem isso e continuarem com isso, vá lá ao seu assessor que sabe dessas leis, que eu não sou jurista, mas por aquilo que eu sei, que eu trabalhei em vários PDM's, não se pode suspender um PDM sem consulta pública, é como fazer uma alteração a um loteamento, tem de se fazer uma consulta pública.

Quer dizer, a Câmara Municipal faz tudo e mais alguma coisa e não presta a devida atenção àquilo que irá fazer e o seu município tem que fazer tudo em conformidade com a lei e a Câmara Municipal não faz em conformidade com a lei. É uma situação bizarra, que isso já nem se utiliza em termos de urbanismo, hoje o urbanismo chama-se urbanismo científico ou experimental, eu até me ri quando vocês falaram aqui no PDM, nas más interpretações que fazem do urbanismo, porque hoje o urbanismo, ou o meio ambiente, a sustentabilidade da cidade e outros hologramas em termos de cidade, são completamente diferentes e esta Câmara está desfasada da realidade. Não sabe o que é o urbanismo.

Senhora Presidente, vamos ter um estádio de futebol novo, ou não?

Senhora Presidente, vamos ter um projeto de um pavilhão multiusos, ou não? Porque a Senhora disse durante... eu não a vou aqui encencá-la mais, porque se não eu até a encencava.

Agora dirijo-me ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente, leu o meu e-mail que lhe enviei?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Sim.

----- O Senhor Município *ANTÓNIO FIGUEIREDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Assembleia fez alguma *démarche* em relação ao meu *e-mail*?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do Senhor Município *António Figueiredo*, tomei boa nota e os Serviços darão resposta no tempo, somos uma instituição pública que representa todos e não farei qualquer comentário quanto ao respeito pelas Instituições, Órgãos e Serviços Municipais, desculpe Senhor Município, não recebo lições de política, educação e respeito de Vossa Excelência.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Senhor Arquiteto *António Figueiredo*, eu recebi esse *e-mail* no início do meu mandato, referente ao exercício de uma atividade que, considerei do ponto de vista de apreciação pessoal e institucional, que não se enquadrava na atividade de Deputado eleito, porque julgo que foi já num período transitório.

----- O Senhor Município *ANTÓNIO FIGUEIREDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na altura que fui injuriado era Deputado.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

De qualquer maneira, o assunto foi discutido e mereceu a preocupação, com discussão em sede de Comissão Permanente e eu assumi o compromisso de lhe responder por escrito. Não respondi porque eu tenho de si uma relação pessoal, desde há muitos anos e julguei, benignamente, que nós os dois nos íamos co entender sobre esse assunto, que não carecia de resposta por escrito, mas eu, pedindo-lhe desculpa formalmente, por este atraso de resposta e foi porque tinha por si uma consideração pessoal que foi expressa

até em sede de Comissão Permanente e que os Senhores Deputados, líderes das Bancadas podem testemunhar, que eu tentei resolver entre dois amigos, porque se trata, do meu ponto de vista, de um assunto que deve ter esse tipo de resolução.

Não sendo assim, eu assumo aqui o compromisso perante a Assembleia Municipal, que eu lhe responderei institucionalmente, foi uma falha minha, aceite as minhas desculpas institucionais.

Encerramos esta 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela, desejando a todos os Senhores Deputados um ótimo fim-de-semana, umas excelentes férias e convidando-os a assistirem à apresentação da Marca Mirandela, no fim desta Sessão, muito obrigado a todos.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelas Senhoras Secretárias.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 18 horas e 40 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;


Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

A Segunda Secretária;


Graciete Cláudia Alves Ramos